



*D*  
S. T. F.  
PATRIMÔNIO  
Nº *0292449*

*23-02-79*

# DISCURSOS

# OBRAS DO AUTOR

---

## PUBLICADAS:

**Dias e Noites** (poesias)

**Menores e Loucos em Direito Criminal.**

**Ensaio e Estudos de Philosophia e Critica.**

**Estudos Allemães.**

**Estudos de Direito.**

**Varios Escriptos.**

**Discursos.**

---

## A PUBLICAR:

**Polemicas.**

---

TOBIAS BARRITO

# DISCURSOS

Publicação posthuma

DIRIGIDA POR

SYLVIO ROMÉRO

70-1-

1447



*Handwritten scribble*



1447

340.04  
B243  
DIS

RIO DE JANEIRO  
LAEMMERT & C.—Editores  
Casas filiaes em S. PAULO e RECIFE

1900

AAM



---

Companhia Typographica do Brazil, rua dos Invalidos, 98

---



## Verificação de Poderes

(Assembléa de Pernambuco — Sessão em 10 de Dezembro de 1878)

---

O SR. TOBIAS BARRETO : — Sr. presidente, bem quizera desistir da palavra, ainda que este meu acto importasse para mim uma quebra de reputação intellectual perante o juizo do publico, uma vez que, porém, dessa desistencia resultasse não estarmos mais aqui gastando inutilmente o nosso tempo, com visivel prejuizo da provincia, com visivel prejuizo do povo, que semelhante ao *Candido* de Voltaire poderia dizer-nos : « eu nada entendo das vossas recriminações, eu nada entendo das vossas discussões estereis; o que sei é que tenho fome, e preciso que venhais dar remedio aos males, de que padeço. » (*Muito bem*).

Mas, Sr. presidente, devendo falar, eu acho um meio de conciliar este dever com a necessidade do momento: é falar pouco.

Antes de tudo, entretanto, quero fazer á casa uma confissão bem singular: sinto-me possuido de medo diante do pequeno numero de illustres cabeças da opposição conservadora. (*Riso e sussurro nas galerias*).

Sim, não é sem muito receio que me aventuro a falar; tenho medo com effeito que venha por ahí uma dessas amabilidades aguçadas e percucientes, de que os illustres aspirantes trazem tão cheias as suas aljavas; um desses lances de espirito molestos, com que só elles têm procurado defender a sua causa indefensivel. E este meu receio é tanto mais fundado, quanto é certo que os dignos opposicionistas não representam aqui um papel que lhes compita, aqui não vieram e aqui não se acham, senão propositalmente para provocar, para ferir, para lançar neste recinto, que eu ainda tenho a ingenuidade de suppor ser uma cousa seria e respeitavel, a confusão e a desordem, que possam depois servir de assumpto permanente nas columnas do seu jornal.

O SR. MOREIRA ALVES:— Vimos defender o nosso direito.

O SR. OLYMPIO MARQUES:— Esta doutrina não é nada liberal.

O SR. TOBIAS:— Liberal! Ai! minha Phryné, não me fales de amor; conservador, não me fales

em liberdade! (*Applausos da maioria, rumor nas galerias*).

O SR. GONÇALVES FERREIRA:— A liberdade não é privilegio de ninguem.

O SR. TOBIAS:— Não obstante, Sr. presidente, eu arrisco-me a affrontar as iras...

O SR. GASPAR DRUMMOND:— As iras não.

O SR. TOBIAS:— Quero dizer, as iras ficticias e as pilherias reaes dos nobres pretendentes, declarando-lhes, por minha vez, como já lhes fez sentir o illustre preopinante, que não lhes reconheço direito algum de virem taxar de illegal a eleição de qualquer de nós.

O SR. OLYMPIO MARQUES:—Vamos ouvil-o, vamos ver as razões.

O SR. TOBIAS:— E apresso-me em dizel-o: quando mesmo a eleição de qualquer dos trinta e nove deputados reconhecidos pelo parecer da commissão fosse realmente irregular, não era aos nobres aspirantes que caberiam em partilha os resultados immediatos dessa irregularidade. (*Apoiados da maioria.*) Porquanto, a exclusão de um de nós não importa *ipso facto* a inclusão de um delles. Similhante idéia valeria fazer do velho e estragado principio de contradicção o supremo regulador em materia politica, deste modo: o que não é A, é B; o que não é liberal, é conservador; quando os liberaes não têm rasão, os conservadores a têm...

Ora, tudo isto é falso.

O SR. OLYMPIO MARQUES : — Concorde.

O SR. TOBIAS : — A razão e a verdade podem não estar de nosso lado, sem contudo estar do lado de Ss. Exs.

O SR. OLYMPIO MARQUES : — Também concordo.

O SR. TOBIAS : — A eleição de um de nós pôde ser illegitima, sem que aliás este facto venha legitimar a eleição dos contrarios.

Isto assentado, pergunto eu : que valor, que significação tem o longo *sermo pedestris*, a homilia politica do nobre orador, que encetou o debate ?

O SR. OLYMPIO MARQUES : — Aquillo que S. Ex. está pondo em duvida.

O SR. TOBIAS : — S. Ex. falou e falou muito ; mas de todo o seu discurso só ficou de pé a sua honrada personalidade (*Rumor, applausos; reclamações*). S. Ex. sentiu quebrar-se-lhe nas mãos o bastão ou o *cacête*, com que nos procurou ferir na cabeça...

O SR. GONÇALVES FERREIRA : — Isto é a imaginação do nobre deputado que é muito fertil.

O SR. TOBIAS : — Pode ser ; a imaginação também tem o direito de falar...

Todos nós esquecemo-nos do que disse S. Ex. para só admirar a sua habilidade, a sua paciencia, a sua copia de linguagem, a *incançabilidade dos seus orgãos vocaes*... Como se S. Ex. tivesse apostado comsigo mesmo, a ver se era capaz de falar dous dias ou mais, mettu mãos á obra e, como é facil de comprehender, ganhou a aposta.

E ganhou-a por tal modo, por um modo tão brilhante, que pude, uma vez por todas, diante de tão forte *logomania*, comprehender a justeza e exactidão de um dito do grande poeta italiano Giacomo Leopardi:--

.....*Il cuor di tutte  
Cose alfin sente sazieta, del somno,  
Della danza, del canto e dell'amore,  
Piacer più cari che il parlar di lingua;  
Ma sazieta di lingua il cuor non sente.*

«De tudo o coração sacia-se: do somno, da dansa, do canto e do amor, prazeres mais caros que o trelar da lingua; mas a saciedade de lingua o coração não sente.»

O valente narrador, que nos mimoseou com um pretendido historico da quadra eleitoral nesta provincia, fez-me ainda lembrar, não sei porque, umas chistosas palavras de Luiz XVI, de quem se conta que, depois de ouvir pregar na capella real o abbade Maury, voltou-se para um da comitiva regia e disse-lhe: « Si l'abbé nous avait parlé un peu de religion, il nous aurait parlé de tout. » O mesmo podiamos nós dizer do esplendido orador: se nos tivesse falado um pouco da eleição, ter-nos-hia falado de tudo. Realmente o seu discurso, que pouco faltou que se occupasse até da infallibilidade do papa e da habitabilidade da lua, não encerra, todavia, uma palavra, uma só, sincera e verdadeira, a respeito da marcha do processo eleitoral...

O SR. OLYMPIO MARQUES : — Dá um aparte.

O SR. TOBIAS : — Disse apenas palavras inspiradas pelo interesse partidario. Mas para que entrar, Sr. presidente, nesta apreciação? Eu comecei por dizer que não reconhecia nos illustres senhores da opposição conservadora direito algum de virem aqui taxar de illegitima a eleição de um ou outro dentre nós.

E' de meu dever provar este dito, e conseguindo, o resultado será que a nenhum de nós corre tambem a obrigação de responder a ataques dirigidos por quem não tem o direito de atacar.

O SR. GONÇALVES FERREIRA : — E' melhor botar-nos para fóra.

O SR. ROSA E SILVA : — Nós bem como o nobre deputado temos o direito de defender os nossos diplomas.

O SR. TOBIAS : — E' sabido, Sr. presidente, que os honrados aspirantes e combatentes de nós outros apresentaram-se neste recinto munidos de diplomas conferidos por uma camara suspensa...

VOZES DA OPPOSIÇÃO : Illegalmente.

O SR. TOBIAS : — Que, não obstante a suspensão, continuou a exercer funcções proprias do cargo, fazendo a seu modo uma apuração de eleições e conferindo diplomas de deputados provinciaes a quatorze seus correligionarios. E' sabido ainda que este facto, publicado nos jornaes e divulgado por outros meios de noticia, deu lugar a que a autoridade competente providenciasse

para fazer effectiva a responsabilidade dos vereadores infringentes do art. 140 do Cod. Criminal. Eis o que é incontestavel.

Porém convém ser justo; enquanto o facto arguido de criminoso compunha-se unicamente das seguintes phases : suspensão como antecedente logico, reunião no edificio da *Propagadora*, apuração, expedição de diplomas, e publicação pela imprensa, não havia realmente contra os vereadores suspensos, senão uma simples presumpção de criminalidade, pois que o acto incriminado é da natureza daquelles que, se compondo de uma serie de *momentos* successivos, *ad eundem finem spectantia*, só o ultimo momento é que dá ao acto feição criminosa, por ser justamente este momento ultimo que vem perturbar, como perturba todo e qualquer crime, a ordem de direito.

Ora, Sr. presidente, nem a reunião dos vereadores suspensos no edificio da *Propagadora*, nem a apuração dos collegios e expedição de diplomas, nem finalmente a publicação nos jornaes, eram factos capazes de estabelecer o conflicto de direito, de lançar a perturbação da ordem juridica. Até á publicação pela imprensa podia-se suppor que a camara suspensa estava gracejando; esses diversos actos por ella praticados podiam ser considerados tão simples, tão innocentes, como uma representação theatral, ou uma parodia carnavalesca. Era precisa alguma cousa de real e positivo,

que viesse accentuar o delicto e fechar o cyclo de sua consummação. Essa alguma cousa de real e positivo, que veio completar o crime, como o ponto em cima do *i*, foi a presença dos nobres aspirantes neste recinto, com os diplomas expedidos pela vice-camara suspensa. A mera presumpção de criminalidade que até então havia, Ss. Exs. vieram converter em facto indubitavel, firmando a convicção da existencia de uma violação da lei.

Eu não quero fazer comedia; quero discutir seriamente, porque creio que se trata de uma cousa seria.

UMA VOZ DA MINORIA: — E por ser seria é que nós nos achamos aqui.

O SR. TOBIAS: — Não parece; pois que, se considerassem uma cousa seria, não estariam criando obstaculos para que não se realise a installação da Assembléa. (*Apoiados*)

Sr. presidente, como ia dizendo, foi o facto de apresentarem-se entre nós os dignos opposicionistas munidos desses diplomas, que veio coroar o delicto, o qual sem isto não podia existir.

E porque a apresentação de Ss. Exs. nesta casa entrou assim como causal no conjuncto de causas do delicto, auxiliando a pratica delle, facilitando a sua execução, pondo-lhe o *accento* final, os nobres aspirantes diplomatisados pela camara criminosa são complices do seu delicto, como ella delinquentes,

como ella sujeitos ás penas do art. 140 do Codigo Criminal.

UM VOZ DA MINORIA:—Já sei que vamos ser denunciados.

O SR. TOBIAS.—Eu não sou denunciante.

Disento o facto no terreno do direito e tiro as conclusões que me impõe a logica. *Frappez, mais écoutez*: esta é a verdade.

E notai bem, meus senhores: trazendo para aqui este facto, fazendo menção do acontecimento, muito sabido, da suspensão da camara, da sua recalitração manifestada pelo acto de conferir diplomas de deputados, sem ter para isso competencia, eu não quero quebrar uma lança em favor de S. Ex. o Sr. presidente da provincia, com quem não tenho compromissos de ordem alguma, nem mesmo o compromisso tacito de partilharmos das mesmas crenças e sentimentos politicos; não quero quebrar uma lança em favor de quem quer que seja; falo somente em nome do direito e da verdade, ou ao menos daquillo que reputo tal.

Se pois, Sr. presidente, os honrados pretendentes, como demonstrei, se acham indiciados em complicitade do crime commettido pela camara suspensa, crime punido com as penas do art. 140 do Codigo, elles não têm rasão alguma de estar nesta casa discutindo a legitimidade de nossa eleição.

Isto admittido, pois que eu não quero exigir muito da attenção do auditorio, visto como entendo que aqui não comparecemos para fazer exhibição de talentos oratorios, porém unicamente para tratar das necessidades da provincia (*Apoiados da maioria*), peço a V. Ex., Sr. presidente, peço á casa, que chame á ordem esse processo, que tem corrido de um modo inteiramente irregular. Pelo proprio regimento, pelo regimento que sahio das officinas conservadoras, dá-se uma solução contraria ás pretensões dos illustres membros da opposição. Elle estabelece nos arts. 6, 7 e 8 duas hypotheses: a hypothese de que a commissão verificadora, concluido o seu estudo, dando conta do seu trabalho, duvide da validade desta ou daquella eleição, caso este, em que, precedendo discussão, se põe a votos o ponto duvidoso; e a hypothese do art. 8, o qual diz:

« Quando o parecer da commissão concluir pela annullação da eleição de qualquer deputado, ficará adiado para ser votado depois da installação da Assembléa... »

O SR. OLYMPIO MARQUES: — Apoiado. Foi o que en disse no fim do meu discurso.

O SR. TOBIAS: — Porém parece que no caso a hypothese é outra: a commissão nem sequer mencionou os nomes de Ss. Exs. os senhores deputandos ou deputados *in fieri*...

UMA VOZ DA MINORIA: — Deputado *in fieri* também é S. Ex.

O SR. TOBIAS: — A commissão não concluiu nem pela validade, nem annullação das eleições.

O SR. ROSA E SILVA: — O que muito admira.

O SR. TOBIAS: — E hão de confessar que essa nova hypothese surgiu também de um novo facto.

Este novo facto foi o de se apresentarem querendo ser deputados cidadãos investidos de poderes reconhecidos e outorgados por uma camara criminosa, por uma camara que não tinha autoridade para assim proceder (*Apoiados e não apoiados*).

O SR. OLYMPIO MARQUES: — Isto é que está em discussão.

O SR. TOBIAS: — Perdão! E' uma falta de logica da parte de S. Ex.

Isto não está em discussão; isto é uma rasão por mim agora apresentada; o que se discute é o parecer da commissão.

A camara não podia conferir esses diplomas: é o que está provado. Mas dirão, como dizem os opposicionistas, a camara podia-o.

Digo-lhes eu: a camara estava suspensa. Oppor-me-hão ainda; a suspensão é illegal. Ao que eu lhes replico: Isto é outra questão; e não são Ss. Exs. autorisados a julgar e decidir da illegalidade da suspensão. (*Apoiados e não apoiados*).

Supponhamos de barato, Sr. presidente, que o acto da administração fosse com effeito illegal. Pergunta-se : em face dos principios da nossa legislação penal, a resistencia ás ordens illegaes, para tornar-se justificavel e como tal ser considerada, não deve passar pelos tramites ordinarios? Aquelles que resistem, não estão sujeitos a processo, a pronuncia, etc., e não é sómente diante dos tribunaes respectivos que se podem defender e justificar?

Similhantemente, não sendo os honrados contendores competentes para julgar da illegalidade do acto da presidencia, como tambem incompetente é a camara suspensa para aquilatar dessa illegalidade e qualificar de justa a sua recalcitração, mister este que cabe sómente aos tribunaes, a consequencia é a que já tirei : é que Ss. Exs., co-réos de uma tal responsabilidade, não podem, não devem estar entre nós, sob pretexto de ser illegal a suspensão da camara, atropellando a marcha dos trabalhos.

O SR. GONÇALVES FERREIRA :— Nós compartilhamos a responsabilidade dos vereadores que foram suspensos.

O SR. TOBIAS :— E que nos importa a nós que aceitem ou não essa responsabilidade?

O SR. OLYMPIO MARQUES :— Dá licença para um aparte? (*signal de assentimento do orador*). Combine o que S. Ex. acaba de dizer com este artigo do Codigo: (*lendo*) « O que executar a ordem illegal, será

considerado como se tal ordem não existisse e punido pelo excesso de poder que commetter ».

O SR. TOBIAS :— E' exactamente o que é preciso verificar, se no caso se trata de uma ordem illegal.

Esse artigo suppõe já a illegalidade reconhecida.

O argumento de S. Ex. é inteiramente sophistico.

O SR. OLYMPIO MARQUES :— O nobre deputado está abusando de seu talento.

O SR. TOBIAS :— Creio, Sr. presidente, que a casa está bem informada dos motivos, pelos quaes entendo que os senhores da opposição não têm direito de atacar o parecer da commissão, assim como nós, por essas mesmas razões, não temos obrigação de defender a nossa eleição, qualificada por elles de illegitima. Se depois de seguida a marcha regular deste processo verificar-se, ao menos para mim, que todos os treze deputados em conflicto com os nobres opposicionistas, todos ou qualquer delles, tem contra si a irregularidade de sua eleição, acredite-me S. Ex., Sr. presidente, acredite-me a casa, eu terei coragem bastante para opinar pela nullidade da que me diz respeito, caso seja eu um desses irregularmente eleitos. (*Muito bem, calorosos applausos das galerias*).

Porquanto, meus senhores, na qualidade de um espirito barbaro, que ainda não se accomodou com certas regras de convivencia social...

UMA VOZ DA MINORIA :— O que é muito louvavel.

O SR. TOBIAS : — ... que não tem bem desenvolvida a *faculdade de viver*, que consiste sobre tudo na *faculdade de agradar*, eu não comprehendo uma só palavra, se quer, destes combates inglorios. Na grande luta pelo direito, que é uma das fórmulas da luta pela verdade, a qual ainda é, por sua vez, uma das fórmulas da immensa luta pela existencia, eu não vejo que esteja comprehendida a *luta por um diploma*...

Nestas condições, peço a S. Ex., Sr. presidente, que se digno de dar aos trabalhos a sua marcha normal, e pôr em pratica o art. 8º do regimento.

Ao terminar, seja-me licito ainda dizer aos honrados Srs. aspirantes que não lhes assenta bem comparecerem neste recinto, ou onde quer que seja, para proferir em nome dos principios de seu partido a condemnação do partido contrario. Confessemos sinceros: todos nós temos maculas. (*Sensação, applausos das galerias*).

O SR. OLYMPIO MARQUES : — Concorde.

O SR. TOBIAS : — A realidade mesma é uma grande macula, o seu contacto conspurca sempre, e o que ha exactamente de mais maculador, é o contacto da triste realidade politica, tristissima em nosso paiz. E' por isso, Sr. presidente, que admitto todos os meios de ataque do partido opposicionista, menos as recriminações, menos que venham os senhores conservadores falar aqui em liberdade, invocar o nome da deusa, cuja imagem quando estão no poder são tão dispostos a quebrar...

O SR. OLYMPIO MARQUES:— E aquelles que na opposição invocam a deusa, no governo tambem a desrespeitam!

O SR. TOBIAS:— Deveriam saber que a theoria é franca e generosa e a pratica estreita e mesquinha.

UMA VOZ DA MINORIA:— Isto é para todos: tanto para nós, como para vós.

O SR. TOBIAS:— De accôrdo; porém, se sabem disto, para que ousam agora, em nome da theoria, em nome dos principios absolutos que não são mais que principios falsos, invectivar o partido que governa? Todos nós temos macula, repito, os nossos costumes politicos estão feitos, pessimamente feitos. Mas pergunto: por esse estado de cousas, por essas condições miseras, a que chegamos, quem é o principal responsavel? Seguramente o partido, que mais tempo tem governado. Se assim é, o partido conservador, quando está nos seus *seis mezes*... não deve recriminar o seu irmão de lutas, não tem o direito de accusal-o em nome da liberdade, quando foi elle o primeiro a sacrificar-a, quando foi elle que creou o habito de governar a custa da liberdade, com o sacrificio della. (*Apoiados*).

E' muito bonito, Sr. presidente, invocar a todo proposito o nome da liberdade. Dizia o poeta francez J. Chénier:

*Voulez-vous du public captiver le suffrage?  
Du mot de liberté soupoudrez votre ouvrage.*

E' isto mesmo : basta trazer as algibeiras cheias de liberdade, para produzir o effeito desejado... Mas não : aqui devemos trazer as algibeiras cheias de verdades, confissões reciprocas, como as que estou fazendo e quero que façam, das nossas fraquezas, das nossas miserias politicas. Confessem Ss. Exs. por sua vez, que não são, não direi os senhores, mas seu partido, que entretanto representam, o maior culpado de todas estas miserias. Sofram de bom grado... E' esta a ordem das cousas: chegou tambem o nosso dia.

O SR. LEONARDO DE ALMEIDA:— Faço votos, para que o nobre orador continue de amanhã em diante a sustentar neste recinto a mesma linguagem.

UMA VOZ DA MAIORIA:— E' de esperar do caracter do nobre deputado.

O SR. TOBIAS:— Não gosto de fazer promessas publicas; parece-me que ha nellas alguma cousa de theatral; mas posso declarar ao meu caro collega que cumprirei nesta casa o *nosso* dever...

O SR. LEONARDO DE ALMEIDA:— O nosso dever !  
(*Apoiados da maioria*).

O SR. TOBIAS:— ... como já o estou cumprindo; observando, porém, a Ss. Exs. que se mostram tão cuidadosos do cumprimento do *meu* dever, que comecem, por me dar o exemplo em cumprir o *seu*, retirando-se deste recinto, pois que não são deputados.

O SR. LEONARDO DE ALMEIDA:— Se aqui ficasse, seguiria o mesmo caminho.

O SR. TOBIAS:— Meus illustres collegas, affeiçãoos, sympathicos e amigos, não tendes razão de insistir, deveis retirar-vos. Não estais no vosso tempo, nem no vosso lugar.

O SR. OLYMPIO MARQUES:— No nosso lugar estamos, no nosso tempo é que não.

O SR. TOBIAS:— Comico, dizia Aristoteles, isto é, produz impressão comica tudo aquillo que não está em seu lugar, nem em seu tempo, se não envolve perigo, pois que, se o envolve, será então tragico... Ss. Exs., produzem uma tal impressão; toda nossa contenda consiste em que Ss. Exs. querem fazer da sua situação comica uma situação tragica; nós, pelo contrario, queremos que isto não tenha perigo, que permaneça no comico. Principiamos sorrindo, acabaremos sorrindo.

E' ainda necessario que Ss. Exs. comprehendam que não estamos a sós: em torno de nós ha alguém que nos escuta, ha alguém que nos vigia e que tem direito de pedir-nos contas do nosso procedimento. (*Calorosos applausos nas galerias*).

UMA VOZ DA MINORIA:— Julga-nos a todos.

O SR. TOBIAS:— Foi isto mesmo que eu quiz dizer: a todos nós. Mas havendo aqui duas ordens de procedimento, o povo escolhe e decide, o povo julga da nossa tolerancia, da nossa paciencia (*Apoiados da maioria*);

o povo que tem uma certa sabedoria, resultante da experiencia dos tempos, uma especie de sedimento dos seculos, que tem o nome de *sensu communi*, dirá nas suas horas de reflexão: o partido conservador, quando no poder, não dá treguas ao seu adversario; se isto fosse no tempo do partido conservador, similhante luta já teria acabado, similhante luta não existiria. (*Apoiados das galerias*). Agora que está de cima o partido liberal, tantos obstaculos lançados á sua marcha: que quer dizer isto? . . .

Achais vós que o povo deduz d'ahi a fraqueza do partido liberal? Não. O povo sabe que este partido tem em si não sómente numero, mas tambem força.

O povo tira outra conclusão, conclusão perigosa, perigosissima; pois elle diz comsigo: a razão de tudo é que o partido conservador, achando-se sempre de posse da governação, habituou-se a ella e sem ella não pôde viver. (*Apoiados da maioria*). E' que o partido conservador tem por si as sympathias da *suprema causa*.

E com effeito: os conservadores podem repetir as palavras do poeta: « as grandes naturezas contam com o que são, as pequenas com o que fazem. » Sim, nós outros liberaes, politicamente falando, confessamo-nos pequenos em contar somente com o que fazemos, não obstante tudo o que fazemos ser esquecido ou desprezado; vós outros, porém, contaes sómente com o que sois; basta ser conservador, para julgar-se com

exclusivo direito de governar, de governar sempre. Em uma palavra, Sr. presidente, e para servir-me de uma imagem rasteira, porém expressiva, direi que a organização politica brasileira pode-se figurar sob o *schemma* de um enorme banquete, de muitos milhares de talheres: vós, conservadores, sois os homens da *primeira mesa*; nós liberaes os homens da *segunda*, que já vamos, em grande parte, roer os ossos que nos deixais. Atraz de nós é que vem a pobre *musica*, que ainda não comeu... — são os *republicanos*... (*Riso*).

O SR. OLYMPIO MARQUES: — Os senhores estão agora na primeira mesa.

O SR. TOBIAS: — Senhores, vós governastes, não quero entrar na apreciação, se bem ou mal. Seria muito facil, recordando os factos, mostrar que o governo de vosso partido acabou muito mal. Não podeis contestal-o. Elle acabou sob o impulso das *circumstancias*, acabou exausto de força. Para que, pois, esta resistencia contra uma situação politica tão natural? Deixai-nos tambem governar, deixai-nos tambem exercer o nosso direito. Não queirais agora fazer-nos carga dos nossos máos hábitos politicos, que aliás são obra vossa. Não queiraes agora fazer-nos carga de cousas de que todos nós já temos conhecimento, principalmente o povo, que já tem bastante experiencia dellas, o povo que já está sceptico, e que não mais acredita nessas phrases de effeito. (*Apoiados da maioria*). Por

consequinte, para que continuar nesta luta e darmos ainda uma vez um espectáculo triste? Estamos no nosso lugar e no nosso tempo, deixai-nos. No momento preciso, em um momento de bom ou máo umor, o vosso *grande homem* chamar-vos-ha ao poder.

Porém agora tolerai que aqui fiquemos.

Temos sobre vós um maior grau de presumpção em nosso favor. Não sois deputados, não podeis reclamar contra a validade das nossas eleições, porque, peço desculpa para dizel-o ainda uma vez, sois, co-réos do crime praticado pela camara suspensa. (*Applausos ; bravos calorosos das galerias. O orador é cumprimentado por quasi todas as pessoas presentes*).

## Reforma do Regimento

(Assembléa de Pernambuco. — Sessão em 1 de Fevereiro de 1879)

---

O SR. TOBIAS:— Sr. presidente, pedi a palavra para fazer simplesmente uma indicação, e isto de accordo com o disposto no art. 148 do regimento. Ahi, com effeito, se determina que nenhum artigo do mesmo regimento será supprimido, substituido, additado ou alterado, sem preceder indicação, sobre a qual haja parecer da commissão de policia, devendo passar pelos tramites dos projectos de lei. Eu pretendo indicar a suppressão de um artigo; tenho, porém, necessidade de fazer perante a casa a *genética* da minha indicação.

Já houve um momento, Sr. presidente, em que julguei necessario, ao menos quanto a mim, e creio que,

como todos os membros desta casa, tenho todo o direito de ser respeitado e acreditado nas minhas opiniões, julguei necessario, repito, que, de conformidade com o art. 41 do regimento, se nomeasse uma commissão especial, com o fim de ir, em nome desta assembléa, testemunhar e fazer sentir á S. Ex. o Sr. presidente da provincia o desgosto resultante de uma certa alteração, de uma certa desharmonia plantada na familia liberal em Pernambuco, por effeito da *dubiedade politica* de S. Ex. (*Muito bem!*)

Mas eu me esforço por ser razoavel. Essa idéa de uma commissão especial para um tal fim, desapareceu perante o art. 145, que infelizmente diz :

« A assembléa, nem por escripto, nem por meio de deputação, poderá dirigir voto de censura, de louvor ou de felicitação, ou congratulação a quem quer que seja: . . . »

Recuei, pois, Sr. presidente, diante desta imposição; ficando, porém, convencido de que ella é altamente inconveniente e tolhedora do direito que assiste a esta assembléa de manifestar seus sentimentos a respeito da administração.

O SR. SAMUEL PONTUAL:—E' até offensiva á assembléa.

O SR. TOBIAS:—Nesse artigo vê-se claramente a forja, onde elle foi fabricado; reconhece-se a mão que o preparou, a mão da obediencia passiva, do mutismo

servil, da prevenção calculada ; e este é o ponto capital : esse artigo não teve em vista mais do que *prevenir* que qualquer opposicionista de assembléas conservadoras pudesse lançar mão de um meio mais solemne de formular censuras contra os actos de algum presidente amigo. Eis tudo.

Mas nós devemos acabar com semelhante preceito. A assembléa deve ter ampla liberdade de exprimir seus sentimentos quaesquer que elles sejam, e pelo modo que lhe aprouver, a respeito da marcha que leva a administração da provincia. (*Apoiados*).

Meus senhores, ainda que no pensar de um grande espirito, como foi sem duvida o catholico José de Maistre, a consideração do que é pessoal, o chamado respeito da personalidade, não seja mais do que uma *illusão franceza*, visto como, dizia o bom do carola romantico, *nada se tem feito contra as opiniões emquanto se não atacam as pessoas*, todavia eu entendo que esta idéia singular está sujeita a muitas restricções e o *cavidoso* conselho, que ella encerra, não é de todo aceitavel. Porquanto, por mais calamitosos que sejam os dias que atravessamos, por mais que tenha baixado a temperatura da atmospherá moral que nos envolve, ainda não chegamos ao ponto de poder qualquer julgar-se dispensado dos deveres de cavalheiro ; ainda não chegamos a um daquelles momentos, de que falava Mallet du Pan, momentos fataes e extremos de diminuir os motivos de ser

virtuoso, quero dizer, de ser sincero e razoavel, polido e generoso.

E' facil de comprehender o pensamento que envolvem estas palavras, e qual seja o quarto termo da minha proporção. A cousa é simples: tratando de S. Ex. o Sr. presidente da provincia, que conta nesta casa amigos e defensores, eu estou para os amigos de S. Ex., como os amigos de S. Ex. estão para mim. Se sinceras são as razões que os determinam a defendel-o, sinceras tambem são as razões que me determinam a accusal-o. Indagar, portanto, dos motivos pessoaes, subjectivos da minha accusação, seria tão incabivel, como indagar eu tambem dos motivos pessoaes, subjectivos da sua defeza.

E aqui, Sr. presidente, occorre-me a proposito uma reminiscencia de minhas leituras. Lembro-me ter lido n'um jornal — *The Nation*, — de Nova-York, que é alli um dos orgãos dirigentes da opinião publica, estas palavras significativas e dignas de ser ponderadas:

« O traço caracteristico do politico anglo-saxoneo é a sua disposição natural a considerar qualquer differença de opiniões como conciliavel com a pureza dos motivos, e tratar os adversarios como homens racionaes e honestos, cujas vistas podem ser influenciadas ou mudadas por meio de razões. D'est'arte, a fé na honradez geral e em uma geral racionalidade póde ser tida como o fundamento do nosso systema de governo. Qualquer influencia,

que se esforce por enfraquecer essa fé e ensinar ao povo que os adversarios são insensatos e indecentes, é procedimento mexicano ou francez, em caso nenhum procedimento americano, além de ser absolutamente hostil á vida constitucional...»

Ora, não vejo razões, porque não possamos tambem proceder assim.

E é justamente este mutuo respeito, esta mutua crença na boa fé e honradez de todos, que eu reclamo em meu favor, quando tenho a franqueza de declarar que muito assentaria no character desta assembléa, se lhe fosse possivel, por uma commissão especial, levar ao conhecimento do Sr. presidente da provincia o descontentamento produzido pela sua politica dubia e vacillante.

Haveis de lembrar-vos, meus senhores, de que neste recinto já ergueram-se vozes para accusar fortemente os actos de S. Ex.

O SR. BARÃO DE NAZARETH:—E tambem para defendel-os.

O SR. TOBIAS:—Isto está dito...

O SR. BARÃO DE NAZARETH:—Mas eu quero ratificar.

O SR. TOBIAS:—Como podia ter falado dos defensores de S. Ex., se não tivesse aqui apparecido quem o defendesse?

Porém, nessa occasião, posto que já me sobrassem razões para tomar parte na luta, eu pude conter-me,

pude guardar silencio, a despeito de um certo impeto que me levava para esse lado. Não é que eu quizesse ainda esperar do tempo, da successão dos factos, ou de um estudo mais acurado do proceder de S. Fx., maior numero de provas da sua incerteza de vistas, maior accumulção de desgostos provocados pela sua administração. Não era isso, meus senhores; nada mais havia a colher, a vindima estava feita, e quasi que eu podia dizer com o poeta: *claudite jam rivos, pueri...*

Porém havia ainda uma vantagem na minha reserva: era não contribuir logo e logo com a minha quota de honrosa rebeldia para tornar cada vez mais saliente a immensa discordia que grassa no seio do partido governante; era tambem, pelo que particularmente me toca, não fornecer d'est'arte a uma certa ordem de prophetas, áquelles espiritos calmos, de pisadas macias e movimentos calculados, um optimo pretexto para exultarem e dizerem: bem que nós vaticinámos, eis ahi a confirmação do nosso vaticinio: o homem é realmente um doido!... (*Riso*).

Era isto, ao certo, o que eu queria evitar. Mas afinal cheguei a convencer-me de que tudo é inutil: nada aproveita empregar meios, de qualquer natureza, para manter a união, que uma vez foi quebrada; não aproveitam reservas e cautelas de ordem alguma, como remedio contra o mal, que dilacera sem piedade o coração do partido; e, quanto a mim, é o presidente da

provincia a causa immediata de similhante desordem. (*Apoiados, não apoiados*).

Ainda ha pouco, Sr. presidente, por occasião e a proposito da ultima crise ministerial da Italia, que terminou pela queda de Cairoli, dizia a *Gazeta de Colonia*: « Dá-se com os partidos politicos o mesmo que se dá com os corpos vivos: logo que delles retira-se o espirito, os atomos se desaggregam e elles se dissolvem. » Nós estamos assistindo a este processo, não sei se chimico ou metachimico, de dissolução do partido liberal em Pernambuco; porque delle retirou-se a força que o animava, retirou-se o espirito da harmonia, graças ao máo influxo do Sr. Adolpho de Barros. Já se vê, portanto, que valor devia ter a realisação da minha idéia que tive aliás de abandonar, cedendo, máo grado meu, á disposição regimental.

Porém não fica ahi. Um novo embaraço me é agora offerecido pela mesma disposição, bem que em sentido contrario, em presença da idéia, que tambem me apparece, de apresentar uma moção de louvor ou felicitação ao illustre moço pernambucano, ao digno deputado geral por esta provincia, o Dr. José Mariano Carneiro da Cunha. (*Apoiados do recinto e das galerias*). Uma moção de louvor... Sim! Ponhamos de parte, meus senhores, as considerações politicas ou antes as considerações partidarias, pois que, em ultima analyse, nós não temos politica, porém sómente partidos, não

temos governos políticos, mas governos partidarios; effeitos de velhos habitos enraizados, que nós, é verdade, não estamos no caso de reformar. Mas, façamos um esforço, ponhamos tudo de parte e falemos com franqueza: desde que Pernambuco teve a felicidade de ver o distincto moço, no verdor dos annos, mostrar força e coragem bastante para arcar com um ministro poderoso; desde que teve a felicidade de vê-lo affrontar o perigo, como quem levava daqui, por assim dizer, a tesoura de Dalila para cortar os cabellos de um novo Sansão, a provincia deve orgulhar-se desse acto não commum de seu illustre filho, e, pondo de lado qualquer consideração de outra ordem, apoiar o seu procedimento e animal-o, como merece.

Entretanto, entendamo-nos bem: eu não peço elogios, não proponho uma moção de louvor para aquillo que disse, ou por ventura tenha dito o Dr. José Mariano; o que julgo digno de preito, é sómente o acto em si; não me refiro ao que elle *disse*, porém ao que elle *fez*; e no mundo politico, tanto quanto no mundo moral, os factos são sempre superiores aos ditos. Ora, se o facto é meritorio, se o facto é heroico, a idéia de uma felicitação, neste sentido, seria de todo aceitavel, como grandiosa e nobilitante, se não tivéssemos infelizmente pela frente o art. 145. Em taes conjuncturas, parece-me acertado que se supprima similhante artigo, pelo que, assim justificado, mando á mesa a minha indicação. (*O orador envia á mesa a indicação de que fala*).

### III

## Opposição ao Sr. Adolpho de Barros

(Assembléa de Pernambuco. — Sessão em 7 de Fevereiro de 1879)

---

O SR. TOBIAS: — *(Ao subir á tribuna o orador é calorosamente saudado pelas galerias).*

O SR. PRESIDENTE: — Attenção! As galerias não podem dar signal de manifestação alguma.

O SR. TOBIAS: — Sr. presidente, tomando a palavra para sustentar, para prestar o meu concurso, ainda que fraco, *(não apoiados)* ás justas queixas do nobre deputado, autor do requerimento, eu sinto-me ainda uma vez obrigado a chamar em meu auxilio a *musa da civilidade*; sinto-me obrigado a invocar um principio superior, que domina sobre todos nós: o do reciproco respeito. E não é porque me arreceie de ver em publico

desvendados os meus defeitos, ou magoadas as minhas feridas ; mas tão sómente porque eu, que já vou entrando na idade canonica da gelada prudencia e do prosaico *bom* senso, que faz trindade santa com o *bom* tom e o *bom* gosto, começo a provar um asco irresistivel contra as represalias, as quaes, no caso, talvez me forcassem a ir tambem magoar as feridas alheias ; procedimento este que, além do mais, é improprio de espiritos cultos e incapaz de produzir outra cousa senão um documento de esterilidade, um tristissimo testemunho de pobreza.

Assim, Sr. presidente, tratando de sustentar, como disse, as justas queixas do nobre deputado contra a administração da provincia, eu julgo poder usar da franqueza que o facto exige, de toda aquella franqueza de que sou capaz e que creio ser para mim um dever imprescindivel.

Entretanto, não se entenda que esta minha attitude assenta na presupposição, geralmente aceita, de que nos corpos deliberativos maximé na esphera politica, a opposição é sempre uma necessidade ; principio aprioristico e arbitrario que só seria exacto se previamente fosse demonstrado que, onde quer que ella se levante, a opposição está sempre do lado de Ormurzd, no reino da luz, deixando os adversarios ao lado de Ahriman, no reino das trevas ; que a opposição é sempre composta de interpretes privilegiados da justiça e da verdade.

Ora, isto é absurdo, para não dizer, ridiculo e pueril. Já se vê, portanto, que sendo o primeiro a desconhecer essa tão falada necessidade do papel de uma especie de *avocatus diaboli*, a quem incumba, em todo o caso, tingir de preto o que os outros pintam de roseo, atacar tudo, oppor-se a tudo *ex-officio*, não é um capricho a satisfazer, não é uma formula a seguir, ou um desejo particular de reagir contra a corrente, o que determina o meu procedimento. Tenho motivos poderosos, motivos muito sérios para tomar a posição em que me acho, e no ponto, de que se trata, apoiar, como apoio, os reclamos e accusações do meu illustre collega. (*Apoiados*).

Sr. presidente, disse Charles de Rémusat :

« A politica faz passar os espiritos pelas mesmas provações, porque fal-os passar a philosophia : primeiramente agarramo-nos a certos principios, depois duvidamos delles, ainda depois não os vemos mais e afinal nos tornamos indifferentes ou absolutistas. »

Eu não sei, ao certo, em qual destas phases estou ; mas sei que não me acho na primeira, já não creio na verdade e sinceridade, com que entre nós se diz professar os principios liberaes. (*Applausos das galerias*).

O SR. CISNÉROS : — Eu já descri, ha muito tempo.

O SR. TOBIAS : — Agita-se nesta casa, e a proposito, uma questão particular, que entretanto tem um character geral, um character que affecta, que dá a verdadeira feição á nossa actualidade.

Não posso admittir, Sr. presidente, permitta-me o nobre preopinante que assim o diga, não posso admittir a distincção metaphysica estabelecida por S. Ex. entre questão politica e questão administrativa; não sei o que seja no nosso paiz uma administração, que não traga a côr politica do respectivo partido. (*Apoiados*) E falemos com franqueza: nós não podemos ser moralistas politicos, não estamos no caso de *catonisar* e, sobre tudo, catonisar de tal modo, que são sempre victimas desses momentos de catonismo amigos nossos e correigionarios sinceros. (*Rumor*).

O SR. PRESIDENTE:— As galerias não se podem manifestar. (*Redobram os applausos. O orador senta-se. Reclamações das galerias*).

VOZES:— Queremos ouvir o orador.

O SR. TOBIAS:— Peço ás galerias que me não deem manifestações; desta maneira estão me comprometendo!... Mas ia eu dizendo, Sr. presidente, que nós outros liberaes, não menos do que os conservadores, nossos adversarios, não estamos, no caso de ser moralistas politicos. A politica e a moral não são duas palavras significativas da mesma cousa. Cada uma dellas tem a sua esphera de acção, o seu objecto especial. Não devemos transportar para o dominio de uma aquillo que exclusivamente pertence ao dominio da outra.

De mais, que moral se invoca? De que moral se trata? De uma moral muitas vezes duvidosa e contestavel, de

uma moral, cujas regras já estão um pouco velhas e estragadas. Não quero com isto dizer que, por principio de partido, por dedicação á religião politica que se professa, tolere-se e anime-se todo e qualquer desatino, todo e qualquer desmando dos nossos irmãos em crenças. O que eu penso, e o que quero dizer, é que não se deve applicar uma medida moral a factos, que estão fóra dessa esphera, que nada têm que ver com a moralidade ; e sendo um desses o caso, de que se trata, o presidente da provincia não devia, de mãos dadas com o chefe de policia, comprehender e levar o seu *catonismo* ao ponto de, por meio de uma demissão acintosa, ferir a dous distinctos amigos politicos. (*Apoiados*).

Sr. presidente, sabe S. Ex. que em geral a politica *fala inglez*. Vejamos, neste sentido, quaes são os costumes do paiz classico do regimen constitucional. Os inglezes têm um complexo de principios e regras de uma especie de moral politica, a que elles dão o nome de *Ethics of party*. Não são principios tomados de emprestimo á moral commum, porém regras baseadas nas necessidades do respectivo partido, e aquelle que as viola, é olhado com repugnancia pelos seus correigionarios. Sirva de exemplo a posição tomada, em relação ao seu partido, por dous eminentes estadistas inglezes, Wellington e Robert Peel. Sabemos como elles procederam; e no emtanto são assim julgados por Erskine May: « Como homens perante a humanidade, elles

cumpriram o seu dever, são dignos de louvor, mas como membros, como chefes de partido, procederam sem honradez, desleal e indignamente ».

Ora, Sr. presidente, eu adopto estes principios, e como tal não hesito em dizel-o: desde que S. Ex. o Sr. presidente da provincia e o Dr. chefe de policia, sem attenderem ás necessidades actuaes do partido, e ainda que fossem a isso levados por escrupulos de moralidade, assentaram em demittir, como demittiram, a esses dous dedicados amigos nossos, demissão esta, cujos effeitos, se se faziam precisos, poderiam aliás ser obtidos por meios mais regulares e menos offensivos, nós outros politicos, a falar sinceramente, não podemos apoiar um similhante acto, não podemos concordar com similhante rasgo de moralidade, toda particular e sem proposito. Não duvido, é verdade, que *vis-à-vis* de suas consciencias, diante de seu oratorio, os senhores presidente da provincia e chefe de policia, estejam quites com Deus e com a moral; mas não estão quites com o partido a cujo serviço se acham, e que póde bem dispensar o concurso dos moralistas; porém, a dar-se moralidade politica, necessita principalmente que ella se mostre em todos os actos daquelle que administra.

Eu notei, Sr. presidente, que o nobre deputado, que falou contra o requerimento, occupou-se de preferencia com a defesa do chefe de policia, e só *per accidens* tratou do presidente da provincia.

O SR. GERVAZIO CAMPELLO : — São solidarios. (*Ha muitos apartes*).

O SR. TOBIAS : — Entretanto, se houve erro como creio, esse erro é compartilhado em igual quinhão por ambos elles. Não sei que o presidente da provincia esteja adstricto ás solicitações do chefe de policia. O que houve de mau no procedimento deste affecta igualmente a S. Ex. que de tão bom grado concordou com o acto do mesmo chefe de policia.

SR. ERMIRIO COUTINHO : — O presidente da provincia toma a sua parte de responsabilidade.

O SR. TOBIAS : — Poderá não ! Se todo homem toma a responsabilidade de seus actos, como não assim o presidente da provincia? Não o supponho idiota ou mentecapto; só em tal caso poderá deixar de aceitar a responsabilidade do que pratica.

Meus senhores, compunge-me dizel-o, mas sou forçado a isso; S. Ex. o Sr. presidente, com essas duas demissões, veio afinal, uma vez por todas, comprovar o juizo, que já circulava na opinião publica, isto é, que nós não temos, na administração desta provincia, um liberal, porém um conservador. (*Não apoiados. Applausos calorosos das galerias*). De novo peço ás galerias que não me deem applausos. Assim me compromettem. Devem saber muito bem os meus caros amigos que com isso se pode especular, e chegar até a dizer que eu me reservo para vir aqui somente receber estas manifestações !

O SR. BARÃO DE TABATINGA : — Isto é que é muito nobre ; e assim deviam proceder todos .

O SR. TOBIAS : — Sim, Sr. presidente, essas demissões vieram provar o que ha muito se dizia, vieram tornar patente que não temos um administrador liberal. E o peor é que, ao passo que os liberaes estão convencidos de achar-se na presidencia da provincia um conservador, os conservadores ainda crêm que têm pela frente um liberal ! Ahi é que está o maior mal. (*Riso*).

Lembro-me, Sr. presidente, de ter conhecido em minha terra um caçador fanatico, um desses homens que timbram, que fazem consistir a sua gloria em ser grandes escopeteiros. O bom do meu velho conhecido armava-se, preparava-se para a caçada e nesse intuito corria campos e florestas, onde via muita corça bonita, muito veado nedio e robusto, mas faltava-lhe a ceragem de atirar contra os animaes bravios, e assim voltava sem ter ousado dar, sequer, um só tiro ; porém na ancia de mostrar a todo custo o seu *escopeterismo*, ao chegar em casa, fazia fogo nas aves domesticas do proprio terreiro... E' a figura do Sr. Dr. Adolpho de Barros ; passeia nas florestas conservadoras, vê e contempla muita caça de importancia, muito veado agil e formoso, mas não tem animo de atirar, e vem então descarregar sua arma, vem mostrar que tem mão certa, contra os proprios liberaes !...

O SR. CUNHA E MELLO : — Apoiado.

O SR. TOBIAS : — O que ha ainda de mais singular, é que o nobre administrador da provincia, cujas intenções respeito, mas cujo tino administrativo não posso deixar de contestar, o que ha de mais singular é que elle, segundo parece, tem querido somente governar ao aceno da opposição conservadora, ao som do *apito* do *Tempo*. E lastimavel tem sido a figura de S. Ex. desse modo adstricto á vontade dos adversarios : assimilha-se á um desses moços de navio, que obedecem cegamente ás ordens do capitão, e isto debaixo de um chuveiro de descomposturas. E' assim que o *Tempo* diz : « Presidente inepto, demitte esta, demitte aquella autoridade ! » E *vite* S. Ex. cumpre a ordem. « Presidente inepto, faze mais isto, faze mais aquillo. » E promptamente a cousa se faz. S. Ex. vai assim em tudo curvando-se ao mando do *Tempo*, attendendo em tudo ás suas reclamações, acompanhadas de insultos e improperios.

Creio que ninguem achará similhante procedimento digno de louvor ; pelo contrario elle é muito e muito censuravel. O partido liberal em Pernambuco, secundado por uma administração desta natureza, acha-se de todo compromettido e completamente estragado. E vós deveis saber, meus senhores, qual é o juizo, qual é a opinião que já vai se formando no espirito das classes, das quaes depende o futuro do paiz, das classes que constituem o nosso *povo*, pois no Brasil não conheço plebe. A opinião é esta, que todos já vão repetindo : neste paiz

não se pôde ser liberal; neste paiz só se pôde ser conservador!... (*Calorosos applausos das galerias*).

E qual é a causa disto? E' justamente este proceder dubio, esta timidez, esta tibieza de acção, esta falta de energia de administradores como S. Ex.

(*Ha um aparte.*)

O SR. TOBIAS: — Um presidente de provincia, que veio iniciar uma situação, devia mostrar-se mais energico; não devia aceitar, a todo proposito, as suggestões de um jornal de opposição.

Sr. presidente, a questão suscitada não pôde ser debatida, senão neste terreno. Ella não pôde ser discutida, nem com phrases de moralidade, nem com principios de direito. Não se trata disto. Os nobres deputados, defensores do presidente e chefe de policia, se lhes fosse perguntado, em que artigo da nossa legislação penal incorreram por ventura o delegado e o administrador da cadeia, pelo facto que motivou a sua demissão, achariam certamente bastante difficuldade em dar uma resposta. E se alguém sabe que m'o diga... O facto praticado por esses dous funcionarios não é daquelles, cuja criminalidade está de ante mão determinada por lei. Ha duas ordens de factos que a lei pune nos empregados publicos: as acções ou omissões, que importam crimes; e as acções ou omissões meramente disciplinares. As primeiras têm penas estabelecidas pelo codigo criminal e leis complementares; as segundas têm

penas traçadas nos respectivos regulamentos. Pergunto eu agora, onde está no nosso código determinada a pena que deveriam soffrer o delegado e o administrador da *Detenção*? E se no código não se acha, qual é a disposição regulamentar, que estabelece penalidade para o acto que elles commetteram?

O SR. MALAQUIAS: — A pena é a mesma que se applica aos que abusam do poder. (*Grande rumor das galerias. Protestos. Alguns Srs. deputados levantam-se gritando: á ordem! á ordem! O Sr. presidente agita fortemente a campainha. Só depois de alguns minutos consegue-se restabelecer o silencio*).

O SR. TOBIAS: — Respondo ao aparte...

O SR. MALAQUIAS: — Já vê o nobre deputado que eu não posso dar apartes; peço-lhe, portanto, que não se dirija mais a mim.

O SR. TOBIAS: — O nobre deputado não pôde dizer que eu tenha por isso responsabilidade alguma.

O SR. MALAQUIAS: — O que eu digo, é que não posso, sequer, responder a uma interpegação feita pelo orador...

O SR. TOBIAS: — O abuso do poder, pelo nosso direito, é um conceito geral, do qual se desenvolvem as diversas hypothèses e previsões da lei. Abusa-se do poder deste, daquelle e daquelle outro modo; e conforme a variedade destes diversos modos, variam também as penas. Ora, ahí mesmo é que está a questão:

no meio dessas diversas fórmulas da morphologia criminal do abuso de poder, pergunto eu, em qual dellas estão incursos o delegado da capital e o administrador da *Detenção*? A questão é esta, e não póde ser respondida satisfactoriamente.

Pelo que toca ás penas meramente disciplinares, ainda ousou perguntar: qual é o regulamento que prohibe o acto praticado pelos dous empregados demittidos? E no caso de haver realmente essa prohibição, qual a penalidade que lhes é applicavel, pela violação commettida?

O SR. ERNESTO FREIRE: — O nosso codigo criminal marca penas para os casos de falta de exacção no cumprimento dos deveres.

O SR. TOBIAS: — E' exactamente o que se questiona. Isso é um sophisma do nobre deputado. Trata-se precisamente de saber, se houve da parte dos dous funcionarios descumprimento de um dever. De mais, a falta de exacção presuppõe alguma cousa de negativo, e o acto arguido é um acto positivo, que se quer entretanto saber que lei violou. Já se vê que o aparte do nobre deputado não foi muito feliz.

E' pois claro, Sr. presidente, que a administração não procedeu regularmente, pois que não se tratava, nem de um crime propriamente dito, nem mesmo de uma violação de preceitos disciplinares. Porém demos de barato que fosse um crime: não era esse o meio,

como aqui já se fez sentir, de punir os funcionarios descumpridores do seu dever; o meio de justiça era fazel-os responsabilisar pelo seu acto criminoso. (*Muito bem. Apoiado*).

E se o facto estava em condições de ser punido, segundo as normas leaes, a um presidente zeloso da boa nota do seu partido, a um politico zeloso da harmonia dos seus correligionarios, corria o dever de não escandalisal-os por meio de demissões caprichosas dadas a dous membros notaveis da nossa commum crença politica.

Minha questão é sómente esta. Creio que tenbo me feito entender; eu não faço cabedal da moralidade ou não moralidade do acto; pois que comecei por dizer: em politica não admitto a bitóla moral, não sei o que é politica moralisante; em politica, na nossa politica, não comprehendo *catonismos*, pois nós não temos Catões.

Qualquer partido, qualquer grupo, qualquer facção politica, entre nós, e onde quer que se ache, não passa de uma *galeria de estatuas mutiladas*. Todos nós temos as nossas mutilações. Para que pois lançar mão desse meio, o meio de moralisar, que aliás se abandona em outras occasiões, onde por ventura seria mais util o seu emprego? Que quer dizer, em taes casos, o manejo da estRICTA moralidade? Se devessem sempre e sempre prevalecer os principios de estRICTA moral e absoluta justiça, ninguem dirá seriamente que nós outros aqui estariamos.

Prometti, Sr. presidente, franqueza e sinceridade. Os nobres deputados hão de permittir que lhes diga: nada faremos, nada conseguiremos, se quizermos, como politicos, seguir á risca os chamados principios de moralidade, sobre tudo, se se attende que a administração da provincia só se lembra delles, para ferir e abater o partido liberal. Isso dará sómente em resultado augmentar o desanimo e o desgosto, que já sentem muitos de nossos correligionarios.

Assim, Sr. presidente, já vê S. Ex., que razão de sobra tem o nobre deputado, autor do requerimento, para pedir informações sobre tal negocio; razão de sobra tem elle para queixar-se e lastimar que tenhamos chegado a este ponto, em que aos pobres liberaes já não resta, sequer, aquella convicção que dá uma certa segurança de direito. Por segurança de direito publico entendendo aquelle estado em que o homem pertencente a um credo politico pôde affirmar consigo mesmo: ao menos enquanto estiver de cima o meu partido, não ser-me-ha tirado, por capricho politico, o cargo que exerço; confio que nelle serei conservado.

Mas nem mesmo esta confiança podem mais ter os liberaes. Estão acabadas para elles todas as garantias que deveriam encontrar naturalmente em um administrador sectario do mesmo partido; deste partido em lucta com um outro, que aliás não se distingue pela perseguição aos seus correligionarios.

Notai bem, meus senhores. A vida politica no Brasil é um verdadeiro jogo de dous parceiros. Nesse jogo, nessa lucta pelo ganho, empenha-se o futuro, empenha-se tudo. Um dos parceiros, o partido liberal, quer ser sincero, quer timbrar de honrado, quer fazer de homem de bem ; o outro, porém, que é habilissimo na arte da *empalmação (riso)* sabe tirar vantagem da honradez do seu contendor, ganhando-lhe a fortuna inteira ; e o pobre do maluco levanta-se perdido, tendo apenas a consciencia de se haver derrotado com toda a sinceridade. (*Riso*)

Ora, Sr. presidente, se sabemos de tudo isto, para que mostrar tanto rigor sobre o negocio que se discute? Se esses funcionarios delinquiram, que se os mandasse processar. Nesse processo elles teriam occasião de esclarecer a cousa, de provar a sua innocencia ou a sua criminalidade. Mas assim de chofre, summariamente, dar-se-lhes uma demissão, cuja justiça pôde ser contestada, e realmente eu contesto, por me parecer que foi antes um acto caprichoso e desponderado... oh! isso não era digno de passar em silencio. E eis porque voto em favor do requerimento.

Sr. presidente, é preciso que attendamos : o nosso partido não está seguro. Eu tenho serios receios pelo futuro do partido liberal, e os meus receios vão sendo cada vez mais alimentados por estas e outras anomalias.

UM SR. DEPUTADO :— Anomalia é o que está dizendo o nobre deputado.

OUTRO SR. DEPUTADO:— Tem dito muitas verdades que lhe desagradam.

O SR. TOBIAS:— Sim, Sr. presidente, tenho receios pela sorte do partido liberal em Pernambuco, onde tivemos a infelicidade de se mandar como presidente, como creador, por assim dizer, de uma situação e iniciador da nova phase politica na provincia, um espirito timido e acanhado, inteiramente baldo daquella força e energia do character, que deve distinguir a todos os politicos, principalmente a um administrador.

Disse uma vez Agostinho Thierry, e já na ultima quadra da sua existencia: «Eu lutei, estudei, caminhei e cheguei enfim, por amor da sciencia, a este ponto, em que me vejo — cego, completamente cego. Pois bem: se me fosse dado começar de novo a minha jornada, eu seguiria exactamente o mesmo andar, percorreria exactamente o mesmo caminho.»

Ora pois, Sr. presidente, quero aqui servir-me das palavras do mestre; eu cheguei a este ponto; mas se me fosse concedido refazer a minha viagem, seguiria de novo o mesmo trilho, dormiria á sombra das mesmas arvores, colheria na estrada as mesmas flores, em uma palavra, andaria exactamente pelo mesmo caminho; só havia uma differença: é que não acreditava mais no liberalismo official de Pernambuco.

*(Prolongados applausos das galerias. O orador é  
comprimentado).*

## IV

### Educação da mulher

(Assembléa do Pernambuco. — Sessão em 22 de Março de 1879)

---

O SR. TOBIAS:—Sr. presidente, trata-se, ao que parece, de uma questão importante; e eu não tive a felicidade de assistir ás duas primeiras discussões do projecto, que foram, segundo consta, de um valor scientifico não commum. Não tenho tambem, portanto, a vantagem de me achar com o espirito esclarecido pela observação do muito, que de bom e luminoso aqui se tenha porventura enunciado, para entrar, como agora entro, com a minha parte de interesse e dedicação convicta, na materia que se debate.

E não é só isto. Além de não ter a vantagem, de que falo, accresce ainda que me sinto embaraçado pela

consideração do perigo, a que me exponho, de vir talvez repetir, sem sabel-o, alguma cantiga já conhecida, e dest'arte reduzir as minhas palavras a não serem mais do que uma segunda ou terceira *dynaminisação* do que outros já tenham dito, phenomeno que não é raro nas nossas *corporações falantes*.

Este perigo, que corro, como correm todos em iguaes condições, inquieta-me sobremodo; e é por isso, Sr. presidente, que o meu primeiro e maior trabalho será o de esforçar-me para evitar um tal escolho, para não repisar o terreno pisado, para não comer o sobejo alheio, quero dizer, não servir simplesmente de *caixa de resonancia* daquillo que nesta casa foi ouvido, quer a favor, quer contra o projecto em discussão. Cada cousa tem as suas nove faces, diz o proverbio.

Por mais que os illustres deputados, que tomaram parte na questão, tenham perscrutado todas as dobras, de que ella se compõe, é sempre de presumir que algum ponto importante passasse despercebido, ou pelo menos não fosse devidamente apreciado.

Eu ousou pois confiar na boa causa que trato de defender, e no bom genio que me inspira, o genio do reconhecimento e do culto rendido ás excellencias do bello sexo, ousou confiar, repito, que poderei tambem contribuir com algumas verdades, seriamente meditadas e francamente expressas, para arredar desta assembléa a immensa responsabilidade de um peccado imperdoavel contra o

*santo espirito* do progresso, de um crime de lesa-civilização, de lesa-ciencia, qual seria sem duvida o de ficar aqui decidido, barbaramente decidido e assentado, que a mulher não tem capacidade para os misteres scientificos, para os misteres que demandam uma alta cultura intellectual.

VOZES:— Muito bem!

O SR. TOBIAS:— Existe, Sr. presidente, um certo genero de assumptos, sobre os quaes é mais facil escrever um livro, do que fazer um discurso. A este genero pertence o thema, que nos occupa; não, considerado em sua fôrma primitiva, como elle se acha contido na modesta petição de uma menina intelligente, que veio impetrar da provincia uma subvenção para ir estudar medicina, mas sim tal qual o tornaram, com as proporções, que lhe deram, levando-o para o chamado *campo scientifico*, onde aliás é certo que a theoria sustentada pelo nobre deputado, o Sr. Dr. Malaquias, já de ha muito retirou-se do combate, envergonhada de si mesma, theoria decrepita, sem razão de ser, pretendida *physiologica*, da mulher condemnada por natureza á incapacidade e ao atrazo mental, theoria que já hoje, no mundo da sciencia, representa o mesmo papel, que representa, no mundo poetico, a insulsa maldição classica dos *vates* indignados contra as *Marilias* sempre ingratas, as *Marcias* sempre crueis, as *Jonias* sempre traidoras.

Quando digo, Sr. presidente, que este assumpto presta-se mais a um livro do que a um discurso, não

viso por certo um livro de doutrina, porém um livro de historia, no qual se narrassem todas as phases, por que tem passado a questão aqui suscitada, e o estado em que ella se acha. Tal é o muito que se tem escripto a respeito e tanto que essa questão possui, por si só, uma immensa litteratura. Se pois alguma cousa me pôde causar admiração, é ver um espirito culto, qual é o nobre deputado, combatente do projecto, um digno representante da medicina entre nós, por capricho ou máo humor...

O SR. MALAQUIAS: — Não apoiado.

O SR. TOBIAS: — ... abraçar-se com o cadaver de uma theoria inanida, que já não pertence aos nossos tempos, que deve ser enterrada na mesma fôssa, em que dorme o pobre dogma do peccado original, de quem ella é filha bastarda, o dogma da queda de Adão por culpa de Eva, e o terrivel *veredictum*: ... *sub viri potestate eris et ipse dominabitur tui!*... Sim, é isto que me admira, e esta admiração sobe de ponto, quando considero que foi em nome da sciencia, que o illustre deputado pretendeu falar; que foi em nome da sciencia, e pela força unica do adverbio — *physiologicamente*, que pretendeu demonstrar a inferioridade da mulher, sua dependencia perpetua em relação ao homem, sua inaptitude para os estudos serios; tudo isto escripto, como elle pensa, no proprio cerebro feminino: o que, entretanto, não passa de uma especie de *buena dicha*,

pela qual se tem a pretensão de lêr na massa cerebral da mulher o seu predestino, os limites do seu desenvolvimento, o acanhado de sua intelligencia...

O SR. MALAQUIAS: — Pretensão muito legitima.

O SR. TOBIAS: — ... da mesma forma que as bohemias feiticeiras leem na palma da mão a sorte boa ou má de quem quer que a ellas para isso se offereça. Dar-se-ha que a physiologia seja tambem uma cigana? Dar-se-ha que ella se arrogue o dom de predizer e ser infallivel em suas predicções?... A physiologia, da qual aliás diz um homem competente, que deve ser muito autorisado para o nobre deputado, o Sr. Augusto Laugel, *bien connu dans les sciences physiques*, como d'elle exprime-se Littré... a physiologia, sim, da qual diz esse sabio que, como todas as sciencias na infancia, está sobrecarregada de observações, ou falsas, ou incompletas?!...

O SR. MALAQUIAS: — Dá um aparte.

O SR. TOBIAS: — Este estranho modo de pensar da parte do nobre deputado faz-me comprehender a exactidão, com que ha pouco tempo o grande zoologo allemão Carl Semper, um dos mais fortes adversarios de Ernesto Haeckel, escreveu que no dominio das sciencias verifica-se a mesma lei natural, que se dá na vida dos povos, a saber: o vencido tem sempre alguma influencia sobre o vencedor; e assim vemos que a zoologia está prestes a admittir o methodo praticado

naquella ordem de idéas, contra a qual ella tem de preferencia combatido, e crê ter ganho a victoria, isto é, está prestes a admitir a fé absoluta em dogmas, que por se dizerem scientificos, não são menos incompreensíveis que os dogmas religiosos.

Neste caso está o dogma impertinente, o artigo da fé tradicional, que se quer impor como baseado em provas physiologicas, relativo a não sei que incompetencia natural da mulher para o cultivo completo de suas faculdades mentaes.

Costuma-se dizer, Sr. presidente, que, na esphera politica, nada existe de mais terrivel do que a *dictadura da espada*. Pois bem: conheço alguma cousa de semelhante, alguma cousa de igualmente horrivel na esphera scientifica: — é a *dictadura do escalpello*.

Mas eu me illudo: estou querendo fazer a physiologia, ou qualquer outra sciencia medica, responsavel por um modo de ver pessoal, por uma insistencia no erro da parte de quem quer que ainda creia poder provar, com factos scientificos, que a mulher é, por natureza, mediocre.

O SR. MALAQUIAS: — E' a lei quem o diz.

O SR. TOBIAS: — Que tem mais que vêr a physiologia, a sciencia do homem em geral, com semelhante anachronismo?

Sr. presidente, permitta-me S. Ex. que eu conte uma pequena historia. Ha cerca de 25 annos existio na

capital da Bahia um velho philologo, latinista e hellenista, *doctus sermones utriusque linguæ*, a quem uma vez occorreu a lembrança de tentar provar, *por meio da algebra*, que a alma humana é immortal. Firme neste proposito, metteu mãos á obra, e estabelecendo a sua equação com o competente — *X* —, depois de muito suar e lidar, achou enfim o que queria, ficando ufano e contentissimo da sua descoberta; e morreu convicto de ter com effeito demonstrado a immortalidade da alma — *algebricamente* !...

E' preciso todo o sério, que inspira o spectaculo dos tumulos, para conter o riso diante de tal tentativa, diante dessa especie de *délit manqué* philosophico de um pobre espirito, que assim se finou na graça de Deus e da madre igreja, com cheiro de idiotismo.

Ora, a esta classe de demonstração, *mutatis mutandis, exceptis exceptiendis*, pertence aquella que se julga feita — *physiologicamente*, — com o fito de deixar claro que a mulher é incapaz de compartilhar com o homem de todos os esforços e todos os proventos da civilisação e do progresso.

Seja-me licito, Sr. presidente, repetir aqui as palavras de um grande espirito contemporaneo, um notavel professor da universidade de Copenhague:

« Na sociedade moderna, diz elle, o individuo que nella entra e com ella vive, encontra, por assim dizer, um antigo vestuario de prejuizos, que elle deve

ageitar ao seu corpo. Como assim? pergunta o miserico-  
condemnado a enfiar, mau grado seu, o uniforme social,  
é indeclinavelmente preciso que eu me embrulhe neste  
manto esburacado? Não posso dispensar a velha roupa  
que todos vestem? E' inevitavel que me pinte o rosto,  
ou que ponha tambem a minha mascara? Devo eu  
necessariamente crer que Polichinello não tem giba,  
que Pierrot é um homem honesto, e Arlequim um  
homem sério? Não se concede, neste sentido, uma graça  
em favor de alguém?... Nenhuma graça se concede  
se tu não queres ser açoitado por Polichinello, escou-  
ceado por Pierrot e palmatoriado por Arlequim.»

Magnificas palavras que subscrevo de coração  
porque ellas exprimem perfeitamente a triste verdade  
das cousas.

Ora pois: eu affronto impavido o látigo de Po-  
lichinello e a férula de Arlequim, para dizel-o alto e  
bom som: um desses antigos vestuarios de prejuizos  
e erroneas opiniões consagradas, uma dessas peças de  
roupa velha, mais anachronica e ridicula do que os  
colletes de paysagem e as calças de alcapão dos nossos  
antepassados, é a idéa preconcebida, a opinião extrava-  
gante de que a mulher não tem talento para a cultura  
scientifica.

O nobre deputado, a quem aprouve dar á pre-  
sente questão uma cor, que não se fazia aqui precisa,  
e chamal-a para um terreno, onde ella correu, se ainda

não corre o risco de ter uma solução desfavorável á joven peticionaria; o nobre deputado, que poz o seu talento a serviço de uma causa má, porque importa a sustentação de uma theoria atrazada, permittirá que lhe diga: ou S. Ex. acha-se ao facto de que existe de assentado a respeito da aptitude feminina para os estudos medicos, e sufficientemente informado sobre as phases que tem atravessado essa questão; ou não se acha. No caso affirmativo, S. Ex. não tem desculpa de haver guardado segredo, de haver escondido o que ha de mais novo sobre a materia, para tomar um ponto de vista inadequado e prejudicar assim a pretensão da impetrante. Se porém ignora, o que duvido, ainda menos desculpavel é S. Ex., pois que devendo inteirar-se do verdadeiro estado da questão, e não o fazendo, não pode insistir, como tem insistido, na defesa de sua opinião, que é mal segura, desde que em torno della não se agrupam factos comprobatorios e argumentos fornecidos por uma theoria mais vigente. (*Apoiados*).

Sr. presidente, a questão que aqui hoje nos occupa, a questão de saber se a mulher pôde estudar e exercer a medicina, já não é uma tal, já não tem character problematico para o alto mundo scientifico. Pode-se até fazer-lhe a historia e enumerar os seus *momentos* diversos. Foi em dezembro do anno de 1867, que na Europa se deu o primeiro impulso para um dos maiores movimentos dos tempos modernos, sendo

conferido a uma mulher, em acto solemne o gráo de *doutora em medicina* por uma universidade celebre, a universidade de Zúrich. Essa mulher é uma russa e seu nome Nadeschda Suslowa. Foi esta, sim, a primeira vez que se resolveu alli praticamente e de modo satisfactorio o problema inquietante dos estudos universitarios da mulher, em commum com estudantes do sexo masculino. Até então não se tinha suscitado duvida séria sobre a competencia, ou incompetencia della, para as funcções especiaes de medico.

Este facto que na occasião tomou as proporções de um acontecimento, não deixou de ter sua influencia. O exemplo de Nadeschda Suslowa attrahio a Zúrich outras aspirantes; e tres annos depois, a 12 de março de 1870, recebia ignalmente o gráo doutoral a segunda medica daquella universidade, uma moça ingleza Elisabeth Morgan, sobre cujo character e talento se exprimiram do modo mais honroso, na occasião do gráo, diversos professores da escola. Tal foi a impressão do acto e do brilhante papel da moça medica que não resistiram ao desejo de manifestar a sua admiração. Ao decano da faculdade o professor Biermer, coube arguil-a a respeito da dissertação, que tratava do seguinte ponto: — *Sobre a atrophia progressiva dos musculos*. Creio que é um ponto scientifico e de alguma importancia. Creio, digo eu, porque nestas materias sou um simples devoto, um simples crente; posto que, é verdade, quando

menino, na minha terra, ouvisse muitas vezes alguns devotos discutirem theologia com o vigario. (*Riso*). A moça doutoranda respondeu a todas as objecções de um modo tão vantajoso, que o professor não poude conter o seu enthusiasmo, dirigindo-lhe entre outras as seguintes palavras: «Vós tendes, mademoiselle, uma boa parte na solução do grande problema social que aqui nos occupa. Pelo vosso serio scientifico vos tornastes um modelo para as mulheres que aqui estudam; e eu não duvido um só instante que, em vosso proprio interesse e para bem de muitas outras, haveis de applicar dignamente os conhecimentos entre nós adquiridos.»

Do meio dos moços estudantes, pois que naquella universidade teem elles o direito, que oxalá existisse tambem nas nossas faculdades, de arguirem os doutorandos, ergueram-se então duas vozes a atacar duas das *theses*, não sei se por um acto de grosseria, ou de simples galanteio, e a ambos os oppoentes, diz o autor, a quem devo estas informações, a candidata respondeu *tranquilla e satisfactoriamente*. Terminado o acto da promoção de Miss Morgan á doutora de medicina, cirurgia e obstetricia, um outro professor universitario, na allocução que proferio, disse-lhe ainda: «...Acabais de dar-nos uma nova garantia do bom exito da experiencia, que fazemos em Zürich, para a solução da questão social, que hoje mais que qualquer outra preoccupa o mundo: a questão da mulher.»

Isto dava-se em março de 1870. Em outubro de 1871 e no acto do doutoramento de outra medica da mesma universidade, o anatomista professor Hermann Meyer dizia tambem á joven aspirante: «Mostrastes pelo vosso exemplo que é possível á mulher dedicar-se com todo o sério á vocação medical sem por isso renegar o character feminino. »

Como se vê, o facto estava assentado e ninguem ousava contestal-o. Eis que, porém, nesse mesmo anno de 71, levantou-se uma voz, uma unica voz autorizada para protestar contra elle, e tentar ainda convencer o publico da incapacidade feminina para os misteres medicos. Essa voz foi a do Dr. Frederico Bischoff, professor de physiologia na universidade de Mûnich, o qual escreveu uma obra especialmente destinada ao assumpto, que tem por titulo: *Do estudo e do exercicio da medicina pelas mulheres.*

Apparecendo este livro, no qual, depois de apresentar todos os argumentos e considerações theoricas em apoio de sua opinião, Bischoff teve a franqueza de declarar que nunca tinha ensinado a mulher alguma, nem jamais admittil-as-hia entre os seus discipulos, foi como que uma provocação aos professores de Zûrich, e a refutação não se fez muito esperar. Os Drs. Victor Boemert e Hermann, não aquelle, de que já falei, mas um outro lente de physiologia, sahiram ao encontro de Bischoff, o primeiro no escripto: *O estudo das mulheres, segundo*

*as experiencias da universidade*, e o segundo em outro escripto: *O estudo das mulheres e os interesses da escola superior de Zürich*. Dous pequenos livros, em que as idéas preconcebidas de Bischoff são de todo combatidas e mostra-se claramente o anachronico da sua obra, o fraco da sua argumentação, que ainda se basea em grande parte na ordem providencial do destino da mulher e sobretudo a singularidade de falar *a priori* de uma cousa, sobre que não tinha conhecimentos praticos.

Não ficou ahi. Alguns outros professores ainda acharam occasião de dar o seu parecer sobre o ponto questionado; e homens, como Frey, lente de anatomia e histologia comparada, e o já mencionado Biermer, decano da faculdade e lente de clinica se expressaram de maneira a não deixar a minima duvida: «De accordo com as minhas experiencias, diz Frey, que todas se fundam na instrucção pratica, sou forçado a reconhecer em um grande numero de cabeças femininas uma alta capacidade para o estudo das disciplinas anatomicas, e até para os pontos mais difficeis da anatomia superior. . . Exactamente na microscopia, parte importantissima da medicina moderna, a mulher tem um futuro.» E Biermer exprime-se assim: «Na clinica muitas mulheres se têm distinguido e assignalado por uma cuidadosa indagação e uma excellente diagnose.»

Já isto seria bastante, quando mesmo fosse tudo. Mas não é tudo. Saiba mais o nobre deputado, meu

illustre e respeitavel antagonista na questão debatida, que quasi por esse mesmo tempo, em que taes cousas se davam na Suissa, admittira-se na universidade de Edinburgo o ensino das mulheres. Succedeu, porém que os estudantes inglezes, impellidos não sei por que motivo, entenderam dever fazer barreira á tendencia dominante, e reunindo-se para isso peticionaram á faculdade, e esta resolveu por 6 votos contra 4 a exclusão das discipulas. Contra uma tal exclusão protestou o lente de anatomia Dr. Handyside, e o seu protesto é tanto mais digno de consideração, quanto é certo que foi feito, sem intenção possivel de lisongear o bello sexo, em uma carta particular, dirigida ao Dr. Boemert, em que elle declarou que os estudantes tinham feito aquelle movimento levados de pretextos frivolos (*ou very frivolous pretences*). E terminou a carta (o nobre deputado tome nota das expressões do seu collega) dizendo: « E' *ridiculo*, em nossa profissão querer-se ainda lutar contra a corrente, pois as mulheres são sem duvida admiravelmente conformadas para brilhar (*to excel*) em anatomia, cirurgia, obstetricia, pharmacia e muitos outros departamentos da profissão medica. »

Eu creio, Sr. presidente, que em presença de tantos e taes factos, confirmados pelo testemunho de homens competentes, não é possivel insistir no modo de ver contrario. Onde existe a cultura, existe de parceria com ella a docilidade. O meu honrado collega,

combatente do projecto, ha de convir que neste ponto deixou-se mais conduzir por um máo humor...

O SR. MALAQUIAS: — Não apoiado.

O SR. TOBIAS: — .... por um capricho, por um desses impetos de momento....

O SR. BARÃO DE NAZARETH: — Quem sabe se o defeito não está no signatario do projecto? ...

O SR. TOBIAS: — .... pois que tendo bastante habilitação, como lhe reconhecemos...

O SR. BARÃO DE NAZARETH: — Apoiado.

O SR. TOBIAS: — .... sendo mesmo autoridade na materia por elle discutida, deve saber e concordar que não se trata de uma questão theorica, de uma questão que se possa resolver com dados *aprioristicos*, porém de uma que só no terreno experimental pôde ser elucidada. Ora, no terreno experimental, esta questão está resolvida do modo mais favoravel á mulher.

O SR. BARÃO DE NAZARETH: — Apoiado.

O SR. MALAQUIAS: — Não apoiado.

O SR. TOBIAS: — Os factos ahi estão e com elles o testemunho de homens notabilissimos. Não é mais possivel insistir de encontro ao que já é verdade reconhecida; salvo, se se pretende qualificar todos esses homens de incompetentes, ou animados de paixões confessaveis, o que não é admissivel. São homens sérios, que estudaram a materia com a seriedade da sciencia.

O SR. ERMIRIO COUTINHO: — Autoridades.

O SR. MALAQUIAS : — Existem tambem muitas em contrario.

O SR. TOBIAS : — Agora, Sr. presidente, passarei a apreciar outro ponto da argumentação do nobre deputado. Segundo constou-me, a maior parte das considerações feitas por S. Ex. contra a idéa contida no projecto, referio-se ao cerebro da mulher. Eu disse nas minhas palavras iniciaes que a theoria professada pelo nobre deputado é uma theoria decrepita. Não foi isto um dito de occasião, mas um dito de convicção.

Essa theoria, repito, que ensina a determinar o gráo de intelligencia unicamente pelo peso do cerebro, é cousa um pouco desacreditada e não faz muita honra a quem quer que ainda queira basear-se nella. E' quasi o mesmo ponto de vista da velha doutrina de Gall.

E não é preciso ser espiritualista, como eu não o sou, no sentido vulgar da palavra, para assim pensar. Se para ser materialista, no sentido scientifico, se faz necessario, indeclinavelmente necessario, que se communguem taes doutrinas, então não sou tambem materialista, porque não admitto essa mechanica cerebral, essa proporção entre a massa do cerebro e o gráo de intelligencia. Acho-a incomprehensivel e acho-a assim porque não vejo razão alguma de força, que a possa sustentar.

O SR. MALAQUIAS : — As leis physiologicas.

O SR. TOBIAS : — Quaes são ellas ?

O SR. MALAQUIAS: — Quanto mais bem desenvolvido é o órgão, melhor é a funcção.

O SR. TOBIAS: — E isto já será de certo uma lei? O maior peso do cerebro é por si só uma prova de maior desenvolvimento? A physiologia, que até hoje, como diz pessoa competente, não se tem occupado nem com as funcções do desenvolvimento, nem com o desenvolvimento das funcções, bem poucas *leis* apresenta, que não possam soffrer contestação; e nesse numero não se contam as que dizem respeito ao cerebro.

Basta-me o seguinte *facto*: Nós temos conhecimento do peso cerebral de alguns grandes homens. Perguntarei pois ao nobre deputado ou a outro qualquer que siga a mesma theoria, como pôde explicar este phenomeno: o cerebro de Byron, por exemplo, pesou 2238 grammas, e o de Dupuytren 1436, um peso tal que offerece para com o primeiro uma differença de 802 grammas, uma libra e tres quartas, pouco mais ou menos. Ora, a uma differença tamanha no peso do cerebro deveria corresponder uma notavel differença intellectual entre os dous espiritos. Mas por ventura Byron, como poeta, foi maior do que Dupuytren, como cirurgião? ...

O SR. MALAQUIAS: — Como cirurgião foi o primeiro do seu seculo.

O SR. TOBIAS: — Como Byron tambem o primeiro poeta. Admittido, pois, que a massa cerebral tivesse a

significação, que se lhe quer dar, se ao peso de 2238 grammas corresponde um genio poetico da estatura de Byron, ao peso de 1436 não poderia corresponder um genio cirurgico do quilate de Dupuytren.

Mas isto não diz tudo; a questão tem ainda uma outra face. Na pergunta que vou fazer, está a morte da theoria que combato. Eis aqui o que vai mata-la: qual é o peso normal do cerebro humano? (*Pausa*).

O SR. MALAQUIAS: — Ha uma media.

O SR. TOBIAS: — Uma media não é peso normal.

Peço ao nobre deputado que me dê um peso certo e determinado.

Quantos cerebros já foram encontrados com peso igual uns aos outros? Não se conhece. Sempre offerecem differenças e estas differenças estão dizendo que não ha *normalidade*, não ha uma lei fixa a respeito.

Além disto, ainda temos a considerar o seguinte: a theoria do peso do cerebro, como medida intellectual, é anachronica e insustentavel, não só pelas razões, que acabo de expender, como tambem por um outro motivo que peço ao nobre deputado se digne de apreciar. Nós sabemos da grande importancia, do grande desenvolvimento, que tem tido a doutrina da *selecção natural* de Darwin, sobretudo reformada e engrandecida em mais de um ponto por Ernesto Haeckel. Pois bem: entre as leis da *conformação ou adaptação indirecta*, de que fala Haeckel, está em primeiro lugar

aquella que elle chama da *adaptação individual*, e segundo a qual os individuos de uma mesma especie nunca são totalmente iguaes.

Ora, pergunto eu: a *differenciação cerebral* não é mesmo um effeito desta lei? O peso do cerebro não se explica tambem por essa *adaptação individual* pela qual nunca se encontrarão dous individuos com igualdade de massa cerebral? E, sendo assim, como querer-se, comparando a mulher com o homem, deduzir de pequenas differenças no orgão do pensamento uma enorme distancia entre um e outro na capacidade intellectual?! . . .

E' inadmissivel.

Sr. presidente, a questão que se ventila tem duas faces: uma face particular, a que nos diz respeito, no caso determinado, e uma face geral, aquella que se refere ás grandes idéas do seculo, que se prende ao movimento do mundo civilisado. Aqui falou-se da *emancipação da mulher*, com o proposito consciente de prejudicar a peticionaria. . .

O SR. BARÃO DE NAZARETH:— Apoiado.

O SR. TOBIAS:— . . . Mas essa mesma questão da *emancipação da mulher* não é uma cousa extravagante; é o nome dado a um dos mais serios assumptos da época, em toda sua complexidade. Ella offerece tres pontos de vista distinctos: o ponto de vista *politico*, *civil* e *social*. Quanto ao primeiro, a emancipação

politica da mulher, confesso que ainda não a julgo precisa, eu não a quero por ora.

Sou relativista: attendo muito ás condições de tempo e de lugar. Não havemos mister, ao menos no nosso estado actual, de fazer *deputadas* ou *presidentas* de provincia.

UM SR. DEPUTADO:— V. Ex. é opportunista.

O SR. TOBIAS:— Pelo que toca, porém, ao ponto de vista *civil*, não ha duvida que se faz necessario emancipar a mulher do jugo de velhos prejuizos, legalmente consagrados. Entre nós, nas relações da familia, ainda prevalece o principio biblico da sujeição feminina. A mulher ainda vive sob o poder absoluto do homem. Ella não tem, como devera ter, um direito igual ao do marido, por exemplo, na educação dos filhos; curva-se, como escrava, á soberana vontade marital. Essas relações, digo eu, deveriam ser reguladas por um modo mais suave, mais adequado á civilisação.

O SR. CLODOALDO:— Com igualdade absoluta de direitos é impossivel a familia.

O SR. TOBIAS:— Igualdade absoluta! São termos que se repellem, pois a igualdade é uma relação.

O SR. CLODOALDO:— O que eu quero dizer é que não comprehendo a sociedade conjugal sem uma autoridade.

O SR. TOBIAS:— Esta autoridade estaria na lei. O que eu desejava, pois era que a lei regulasse as relações da familia de tal maneira, que não pudesse apparecer nem a anarchia nem o despotismo.

O SR. CLODOALDO:— E é o que temos.

O SR. TOBIAS:— Perdão! Nós temos o despotismo na familia.

O SR. CLODOALDO:— Não apoiado.

O SR. TOBIAS:— Se, por um lado, podemos apresentar exemplos, sómente devidos a uma boa indole, de maridos que seguem os conselhos de suas mulheres, que condescendem com a vontade dellas, por outro lado, encontramos muitas vezes verdadeiros despotas, semelhantes aos reis do Oriente, para quem a vida clausal é a missão suprema da mulher e que, fazendo todo o uso de seu direito, querem porque querem, mandam porque podem... *et terra siluit in conspectu ejus.*

Mas vamos ao lado *social* da questão. Ahi é que está comprehendida a emancipação scientifica e litteraria da mulher, emancipação que consiste em abrir ao seu espirito os mesmos caminhos que se abrem ao espirito do homem; e a este lado é que se prende o nosso assumpto. Se pois não se trata de fazer uma concessão de tal natureza, que venhamos d'aqui a annos ter uma deputada ou aspirante á presidencia de republica; se não se trata mesmo de conceder á mulher esta ou aquella liberdade, no dominio do direito civil propriamente dito; se é unicamente um passo dado para a emancipação social, no sentido em que falei; se é este o primeiro exemplo que vamos dar, a primeira porta que vamos abrir, um incentivo que vamos crear para o bello sexo

em geral; porque não fazer essa concessão, quando ella é tão pequena; quando é um favor tão simples, que quasi nada custa á provincia? (*Apoiados*).

Examinemos ainda uma vez a theoria, ou antes a opinião *caprichosa* do nobre deputado.

O SR. MALAQUIAS:— Não apoiado.

O SR. TOBIAS:— Essa theoria tem sua historia. Como eu disse ao principio, ella é filha bastarda do dogma impertinente do peccado original. Passou do velho para o novo testamento e incorporou-se ás doutrinas de S. Paulo, o qual na sua *primeira epistola a Thimoteo*, cap. II, v. 11 e 12, assim se exprime:— « *Mulier in silentio discat cum omni subjectione...— Docere autem mulieri non permitto, neque dominari in virum; sed esse in silentio.*

E quer agora ver o nobre deputado que razão adduzio S. Paulo para fazer uma tal prohibição e impôr á mulher tão barbara lei? Elle mesmo diz:— é que Adão foi creado primeiro!... *Adam enim primus formatus est, deinde Eva...!*—O orgão das funcções logicas estava um pouco desarranjado no grande creador do catholicismo. Mas a sua *razão* prevaleceu, e até hoje a mulher tem estado e ainda se quer que *esteja em silencio*.

Já se vê que a doutrina do nobre deputado é a mesma velha doutrina da igreja, filha da biblia sagrada...

O SR. MALAQUIAS:— Não apoiado.

O SR. TOBIAS:— ...é a doutrina de S. Paulo, a doutrina do catholicismo, cuja influencia se fez sentir na jurisprudencia italiana da idade media, e não só nesta, como tambem na jurisprudencia allemã dos seculos 15, 16 e 17. E' assim que Paulo Zachias, medico-legista desse tempo, resumio tudo o que pensava sobre a mulher nas seguintes palavras: *Das Weib ist geboren, um zu gebaren*. Textual: *a mulher nasceu para ter filhos*.

E os juristas italianos, como quasi todos da época, tinham phrases feitas para designar a inferioridade feminina, — *consilium invalidum, imbecillitas, infirmitas animi, etc...* o que tudo, queria dizer que a mulher não tem cabeça, que é fraca de juizo!... Eis ahi!

Eu não sei, Sr. presidente, como o nobre deputado, antagonista do projecto, *espirito emancipado*, pôde chegar, sob este ponto de vista, a abraçar-se com a santa igreja, a abraçar-se com S. Paulo. (*Apoiados*). Ora ahi está, meus senhores: acabo de fazer uma conversão, converti o Sr. Dr. Malaquias.

O SR. MALAQUIAS:— Perdão: eu estou nos braços da sciencia.

O SR. TOBIAS:— Engana-se; está com o catholicismo, está com S. Paulo, está com os santos padres, que tinham duvidas sobre a alma racional da mulher, como hoje se duvida do seu cerebro, está com a jurisprudencia catholica da idade media, está com toda essa gente...

O SR. GERVASIO CAMPELLO: Então está salvo. (*Riso*)

O SR. TOBIAS:— Se não se tratasse de um *espirito emancipado*, como acabo de qualificar o nobre deputado, não lançaria mão desta ordem de considerações, pois que ella, em relação a outro, não teria razão de ser. E' um argumento *ad hominem*, que só tem força, applicado ao nobre deputado que tem *idéas livres* e não faz nenhum mysterio do seu modo de ver anti-catholico. E é justamente por isso que a attitude de S. Ex. seria para mim uma cousa inconcebivel, se eu não visse nella um mero arroubo de occasião.

O SR. MALAQUIAS:— Não apoiado.

O SR. TOBIAS:— Com effeito, Sr. presidente, dizer que a mulher não tem competencia para os altos estudos scientificos é, além do mais, um erro historico, um attentado contra a verdade dos factos. Seja-me licito aqui, lançando de passagem uma vista retrospectiva, indicar uma serie de mulheres extraordinarias, cujo brilhante papel na historia não foi ainda superado, comparando-se mesmo com os grandes homens.

Assim vemos apresentarem-se na Grecia, além de Sapho, Myrtis e Corinna, tambem poetisas, a quem cabe a gloria de terem sido mestras do maior lyrico daquella nação, mestras de Pindaro. E não sómente a poesia, a philosophia teve igualmente suas dignas representantes. Dest'arte nomeia-se como primeira philosopha Clobulina, filha de Cleobulo, que floresceu na

época dos *sete sábios*. Pythagoras contou, entre os seus discipulos, grande numero de mulheres. Diz-se mesmo que elle aprendeu a philosophia com sua irmã Themistocléa, e que a sua mais applicada discipula foi Theano, sua mulher. Nomeia-se ainda a Thargelia, de Mileto, mestra de Aspasia, a mulher de Pericles, a mestra de Socrates. . .

Nos tempos posteriores e saltando por sobre a idade media onde a mulher desaparece de todo pelo voto religioso, pelo isolamento da vida claustral, posto que, mesmo assim, mais de uma, nessa época se possa mostrar, bem digna de louvor e admiração, sabemos, por exemplo, de uma Nina Siciliana, de uma Olympia Morata. A tradição fala de Helena Calderini, filha de Giovanni Andrea Calderini, professor de direito canonico na universidade de Padua, a qual costumava substituir a seu pai, quasi sempre occupado em missões diplomaticas; e quando isto fazia, subindo á cadeira, era escondida por detraz de uma cortina, para não distrahir, com a sua belleza, a attenção dos seus ouvintes! E' factó historico incontestado que ainda no seculo passado quatro mulheres preencheram cadeiras magistraes na universidade de Bolonha. Foram ellas: Laura Bassi, professora de philosophia; Anna Morandi Manzolini, professora de anatomia; Gaetana Agnesi, professora de geometria, e Clotilde Tambroni, professora de grego. Não são factos convincentes da capacidade feminina? . . .

Nos ultimos tempos vemos em França, além da celebre Stael, e a não menos celebre Sand, uma Delphine Gay, uma Louise Collet, Marie Deraisme, Julie Danbié, Clemence Royer, Daniel Sterne; vemos na Allemanha Fanny Lewald, Elisa Schmidt, Hahn Hahn, Betty Paoli, Durisgsfeld, Jenny Hirsck e tantas outras; na Inglaterra uma Martineau, uma Somerville; na Italia uma Ferrucci, uma Alaide Beccari, mulher admiravel, que padecendo de uma paralyisia e só podendo escrever com a mão esquerda, é todavia a redactora constante de um jornal publicado em Veneza e consagrado á defesa dos direitos do bello sexo, sob o titulo *La Donna*.

Onde está pois, Sr. presidente, o fundamento das pretensões em contrario? Como teimar-se em opinar que a mulher é por natureza destituida de força sufficiente para uma seria cultura intellectual?

Os argumentos que de ordinario se manejam contra a intelligencia feminina, são do genero daquelle que empregou o velho Aristoteles, quando disse que havia escravos natos, que havia homens nascidos para a escravidão. Pela existencia e condição social do escravo, cujos effeitos, em virtude da lei da herança foram se transmittindo de geração em geração, era natural que o seu cerebro passasse por alguma alteração, que ficasse de algum modo atrophiado, não se prestando ao exercicio desta ou daquella faculdade mental. D'ahi o engano do philosopho, que observando o homem escravo já nesse

estado do desenvolvimento historico, poude concluir que elle effectivamente nascera para a escravidão.

E' o que se dá, pouco mais ou menos, quanto ao modo de julgar a mulher : porque ella não tem tido, no correr dos tempos, uma educação sufficiente e dessa mesma falta de educação tem resultado para o sexo um tal ou qual acanhamento, chegou-se tambem ao ponto de suppor que ella não é susceptivel de cultivar-se e illustrar-se da mesma fórma que o homem. Mas ahi é que está o erro, e nós devemos reconhecê-lo. A mulher tem as mesmas disposições naturaes para os estudos superiores ; o que ha mister é cultura, trabalho e esforço ; o que ha mister é que se lhe franqueie o templo da sciencia. Dizia ha pouco uma escriptora allemã, a Sra. Hedwig Dohm, em um livro intitulado *A emancipação scientifica da mulher* : « Nós, não queremos bater á porta dos parlamentos, queremos bater á porta da sciencia, á porta das universidades ; é esta sómente que nós pedimos que se nos abra. »

Eis a verdade ; não se quer mais do que isto e o que se quer é justo. Assim, não se continue a lançar mão de argumentos prejudicados, que já não ferem a questão, que são caducos, que não provam mais cousa alguma.

E' possivel que, procedendo-se a uma analyse das qualidades masculinas e femininas, descubra-se realmente no homem maior grão de desenvolvimento ; mas,

este phenomeno se explica pela razão que acabei de indicar e que é incontestavel: a educação incompleta, a cultura escassa da mulher. Até hoje educada só e só para a vida intima, para a vida da familia, ella chegou ao estado de parecer que é esta a sua unica missão, que nasceu exclusivamente para isto. E tal é a illusão, em que laboramos: tomando por effeito da natureza o que é simplesmente um effeito da sociedade, negamos ao bello sexo a posse de predicados que aliás ella tem de commum com o sexo masculino.

Entretanto, é para notar que, até certo ponto, a mulher como que foi talhada mais do que o homem para os estudos scientificos. A proposição parece paradoxal; mas não o é; e eu tratarei de provar-a, sendo mesmo o nobre deputado, meu illustre antagonista, quem me ha de fornecer as armas.

Não é exacto, pergunto eu, que para o estudo serio de qualquer sciencia, tem-se necessidade de muito esforço, de muito trabalho? Não é tambem exacto que esse mesmo trabalho e esforço envolvem a necessidade de uma vida sedentaria, de uma vida de gabinete? Mas agora ainda pergunto: quem está mais no caso de supportar um tal modo de vida, o homem ou a mulher?

O SR. BARÃO DE NAZARETH: — A mulher.

O SR. TOBIAS: — Porquanto, não é certo, como dizem os competentes, que a mulher tem menos necessidade de oxygeneo do que o homem?

O SR. MALAQUIAS: — V. Ex., está agora pedindo á physiologia argumentos que ainda ha pouco combateu.

O SR. TOBIAS: — Eu não combati a physiologia, — V. Ex. não tem razão. Disse apenas que a considerava ainda uma sciencia incompleta para querer estabelecer certas leis e leis que regulem relações de ordem tão complexa, como se dá na questão que debatemos.

De mais, eu creio que no ponto mencionado já vai de envolta outra sciencia. Indagar se ha no homem ou na mulher preponderancia de *carbono* ou de *oxygeneo*, já não é simplesmente physiologia.

O SR. MALAQUIAS: — Mas a chimica é a base da physiologia.

O SR. TOBIAS: — Dizia, pois, Sr. presidente, que a mulher tem menor necessidade de *oxygeneo* do que o homem, e é por isso que o homem sente mais do que a mulher o impeto da vida exterior, o desejo do ar livre. Ora, se para uma continua applicação e estudos profundos, é mister uma vida sedentaria, de solidão e recolhimento, não ha duvida que a mulher, por este lado sobrepuja o homem em disposições naturaes para o cultivo das sciencias. Pouco importa o facto, que eu não nego, de haver no mundo feminino um certo predominio da *sentimentalidade*... Effeito da educação, e não da natureza, esse phenomeno cessará, desde que cesse a sua causa. Como não se chegar a semelhante

resultado, como não dar-se na mulher essa preponderancia do *sentimento sobre a razão*, se até hoje a sua educação tem sido preponderantemente sentimental? Começa pela educação religiosa, que é toda de sentimento; vem em seguida a educação moral, que ainda é de preferencia dirigida á sensibilidade, e afinal completa-se a obra com o despertar do sentimento esthetico, — é o piano, é o canto, é a musica em geral. Isto por annos, atravez de muitas gerações, não podia deixar de produzir as consequencias que ahí vemos.

Tome-se outra direcção ; e outros tambem serão os resultados. Qualquer reforma, neste sentido, não será de certo util para a geração presente ; mas isto não é razão para que deixemos de ir logo dando os primeiros passos.

E' possivel, ainda insisto, descobrir actualmente no homem um grande numero de qualidades espirituaes superiores ás da mulher. E' possivel mesmo que o mais bonito homem seja sempre superior em belleza a mais bonita mulher, como já houve quem dissesse, posto que, de minha parte, não duvide em opinar diversamente; e sendo sabido, como é, que Byron, por exemplo, foi um homem formosissimo, todavia eu preferia sem hesitação dar um beijo no pé da Guiccioli a beijar a fronte do grande poeta.

O SR. CLODOALDO :—Somos dons.

O SR. TOBIAS : — Tudo é possivel, menos, porém, sustentar-se com razões plausiveis, que a mulher não

deve estudar, por não dispor de um cerebro accommodado ás mais difficeis funcções do pensamento.

Quanto é falso este modo de ver, acabo de mostrar exuberantemente, e não simplesmente com razões logicas, porém com factos e com attestação de homens autorisados.

O SR. BARÃO DE NAZARETH:—Apoiado.

O SR. TOBIAS:—Na questão que nos occupa, e que já está praticamente resolvida, as mulheres fizeram justamente, como Diogenes, o philosopho grego, para quem o melhor modo de responder ao sophista, que negava o movimento, foi caminhar, foi mover-se. Assim procederam ellas. A aquelles que lhes negavam capacidade para os estudos superiores, maxime para o estudo da medicina, ellas disseram: aqui estamos, eis-nos no meio de vós a praticar com vantagem a sciencia medica.

E foram então apparecendo mulheres, como as irmãs Blackwell, nos Estados-Unidos, duas medicas famosas, que chegaram a ter um redito annual de 15 a 20 mil dollars. A mais velha dellas Elisabeth Blackwell, foi afinal residir em Londres, e a outra, Emily Blackwell, ficou em New-York, como professora no *Medical College*. Sobre aquella, ha até de notavel, como diz um biographo, que ao principio não se sentia com vocação alguma para o mister, nem mesmo pensava nisso; mas succeden que assistindo á doença de uma sua amiga, ouviu-a continuamente lamentar que a medicina não

fosse exercida pelas mulheres, para obstar que as pobres doentes se vissem obrigadas a confiar-se a um homem. E dahi nasceu a sua deliberação de fazer-se medica; o que realisou a despeito de sacrificios.

Alem das irmãs Blackwell, aponta-se ainda na America uma Clemence Eozier, uma Harriot Hunt, ambas celebres por uma vida de trabalho e dedicação á causa da sciencia que professam. Na Europa, entre outros, o nome de uma Miss Garrett importa a mais completa refutação das opiniões adversas ao estudo e exercicio da medicina pelas mulheres.

Voto, pois, Sr. Presidente, em favor do projecto.

Entretanto, seja-me permittido offerecer um additivo. Já disse uma vez que essa concessão a intelligente menina, filha do Sr. Romualdo Alves de Oliveira, era uma concessão pequenina, era um favor de pouca monta para a provincia.

Votando, portanto, como desde já empenho o meu voto em favor do projecto, eu ousou addicionar-lhe uma emenda, em prol de um outro espirito esperançoso e promettedor, de quem tive, por algum tempo, a hora de ser mestre e mestre que muitas vezes teve de possuir-se de uns certos receios diante do talento de sua discipula. Refiro-me a Sra. D. Maria Amélia Florentina, filha do Sr. João Florentino Cavalcanti.

Esta moça estudiosa, aproveitando a occasião que mais azada se lhe offerece, dirige assim, por meu

intermedio, á representação da sua provincia um pedido que já ha algum tempo projectara dirigir-lhe, para ver se consegue levar a effeito o seu mais intimo desejo, que é o desejo de illustrar o seu espirito, o desejo de instruir-se.

E eu justamente encarreguei-me de apresentar aqui o seu pedido, porque tenho pleno conhecimento do seu talento, conheço perfeitamente, quanto pode a sua intelligencia, e tenho convicção de que saberá tirar toda a vantagem, para si e para a provincia, do favor que se lhe faça. Já tem, pelo menos, instrucção preparatoria sufficiente para habilital-a, em pouco tempo, aos estudos universitarios.

Não sei se os meus nobres collegas conhecem a moça, de que falo; não sei se têm tido occasião de apreciar de perto o seu grande talento.

Mas posso afiançar-lhes, e sem exaggeração, que é um espirito elevado, é uma dessas mulheres, que nasceram para o estudo, que nasceram *para o livro*, dotada de uma certa *curiosidade scientifica*, que não é commum nos proprios homens, naquelles mesmos, que se têm na conta de muito devotados á sciencia.

Mando a mesa a minha emenda; e, ao concluir, Sr. presidente, peço á casa, e ao nobre deputado a quem de preferencia me dirigi, que, se por ventura, no correr da minha argumentação, escapou-me alguma cousa menos conveniente ou offensiva, dignem-se de me desculpar,

pois de certo não foi voluntaria, nem houve de minha parte o minimo proposito de offender a quem quer que seja.

E' de esperar, e eu espero da assembléa, que comece desta vez a abrir a porta da sciencia ao bello sexo de Pernambuco, que muito necessita de instrucção: e talvez seja esta mesma a mais urgente necessidade da provincia. (*Apoiados*).

Todo homem tem a sua mania; e é infeliz aquelle que não a tem: a minha mania, senhores, é pensar que grande parte, senão a maior parte dos nossos males vem exactamente da falta de cultura intellectual do sexo feminino. *Apoiados. (Muito bem, muito bem. O orador é cumprimentado).*

## V

### Ainda a educação da mulher

(Assembléa de Pernambuco. — Sessão em 22 de março de 1879)

---

O SR. TOBIAS:— Se para firmar, Sr. presidente, uma vez por todas, o juizo vantajoso que de ha muito formo do talento do nobre deputado, ainda houvesse mister de qualquer prova, outra melhor não poderia ser-me offerecida, do que o discurso que acabamos de ouvir. Nelle vejo com effeito um importante documento de sua alta capacidade.

O SR. MALAQUIAS:— E' bondade de V. Ex.

O SR. TOBIAS:— Mas dito isto, e dito sem lisonja, devo tambem declarar que a demonstração que o nobre deputado de novo produzio em prol da sua these, não pareceu-me ainda satisfactoria. S. Ex. lançou mão dos

mesmos argumentos, das mesmas considerações que já foram combatidas, esforçando-se em vão, posto que revelando summo talento, por dar-lhes uma apparencia de novidade. E' que lhe faltaram melhores razões; e o talento, que seja mesmo em gráo superior, como o do nobre deputado, não póde chegar ao ponto de desvirtuar a natureza, de contrariar a verdade das cousas.

O que fez mais impressão, de todo o meu discurso, no espirito de S. Ex., foi ter eu dito que a sua theoria é uma theoria decrepita filiada no catholicismo, irmã do dogma do peccado original.... Ora, pois, insisto nessa idéa; e não receio que se me accuse de exagerado ou injusto.

Deveis notar, meus senhores, se é que tive a honra de merecer a vossa attenção, que a minha argumentação não foi, não podia ser physiologica, visto que não sou physiologo, nada entendo de tal materia. O meu combate foi de preferencia dirigido contra a deducção que o nobre deputado procurou tirar de dados que suppõe certos para affirmar assim a inferioridade intellectual da mulher. Ahi é que eu me colloco em antagonismo com S. Ex. e ainda ousei, como ousei, dizer-lhe que essa theoria, pretensamente derivada de fonte scientifica, não passa de uma velha doutrina religiosa, que nada tem que vêr com a sciencia, nem a sciencia com ella.

O SR. MALAQUIAS:— Não apoiado.

O SR. TOBIAS :— Dado mesmo de barato, que a mulher em geral tenha o cerebro menos pesado que o do homem ; dado mesmo que quanto ao volume e á riqueza de *circumvoluções*, o cerebro feminino seja regularmente inferior ao masculino ; ainda assim nada se esclarece, nada fica resolvido em favor da theoria do nobre deputado. Porquanto, não obstante a menor riqueza de *circumvoluções*, não obstante a inferioridade em volume, e no que mais possa ser, a questão permanece a mesma : qual é o peso normal do cerebro humano ? Qual é o peso que determina a aptidão para as sciencias ?

Se é possível que a mulher, tendo, na hypothese, um cerebro de peso inferior ao do homem, mesmo assim se desenvolva, mesmo assim cultive com proficiencia este ou aquelle ramo scientifico, para que mais lançar mão de semelhantes argumentos, que não passam de conjecturas, já desmentidas pela experiencia ? Com effeito, já não se trata de uma mera possibilidade, trata-se de um facto : tem existido e existem na época de hoje mulheres notaveis, que se hão dedicado com vantagem a estudos superiores. E' um facto : para que desconhecel-o ?...

Eu concedo, que a mulher, a mulher de talento mesmo, por exemplo, aquella russa, a que já me referi, primeira doutora de Zürich, tenha o cerebro menos pesado do que qualquer medico intelligente. Mas pergunto : que importa essa differença ? Desde que ella com o seu cerebro inferior em qualidades physicas, como é

o peso, não obstante mostra praticamente possuir toda a competencia para o estudo e exercicio da medicina, já não é licito pôr em questão o que se acha resolvido e dar ainda a essa pequena differença uma importancia que ella não tem.

Sabemos que têm sido medidos e pesados diversos cerebros femininos e comparados com os dos homens. Assim Huschke avaliou o termo médio do conteúdo do craneo do homem europeu em 1.446, do da mulher européa em 1.226 centímetros cubicos. Weissbach estabeleceu a respectiva medida entre um e outro com a seguinte proporção — 878:1000. Pelo lado do peso, segundo o professor Bischoff, o cerebro masculino excede o feminino em 134 grammas.

Rodolpho Wagner, de Göttingen, diz ter verificado de suas experiencias que o cerebro feminino é mais leve que o masculino cerca de 1/11, isto é, aquelle é igual a 10/11 deste; relação esta que me faz lembrar a que existe justamente entre o *moderno* metro e a *velha* vara. Eu estou pelo *moderno*...

Ora, meus senhores, admittindo isto, não como lei, mas como simples regra, pois que uma lei physiologica não póde estar sujeita a ser desmentida, a cada momento, será possível que uma differença de 1/11 em relação ao cerebro do homem produza na mulher o singular effeito de tornal-a incapaz para estudos de ordem mais elevada? Não comprehendo.

Esta mesma menor riqueza de circumvoluções, a que alludio o nobre deputado, este mesmo volume e peso menores, tudo isto se explica perfeitamente, como disse o proprio nobre deputado, pela lei da adaptação ao meio natural, mediante as condições physicas da alimentação, do ar, da luz, do frio, do calor, e as condições moraes da educação, dos costumes, das crenças, em uma palavra, do ambiente social em que a mulher tem vivido.

O SR. MALAQUIAS : — São influencias que não destroem o principio.

O SR. TOBIAS : — O principio que S. Ex. estabeleceu, e que eu aceito, de que a intelligencia influe no orgão, e por sua vez o orgão influe na intelligencia, prova sómente em meu favor. Porquanto, se a intelligencia influe no orgão, e se a intelligencia da mulher não tem sido desenvolvida, é claro que o orgão correspondente não tem adquirido por isso mesmo aquellas qualidades, que aliás podera ter, se fosse melhor cultivada a intelligencia feminina.

Posso ainda citar em meu apoio a opinião recente de um grande espirito, que não é suspeito para nós ambos : a opinião de Büchner. Büchner escreveu, ha pouco tempo, em um jornal que se publica em Berlim, *Der Frauenanwalt*, — o advogado das mulheres, um bello artigo sob o titulo — o cerebro da mulher, no qual elle combate o modo de vêr de todos esses que dão summa importancia aos factos referidos, e chega á conclusão

de que a sciencia physiologica é ainda impotente para tirar consequencias da natureza das que tirou o nobre deputado.

Quando eu disse, Sr. presidente, que a theoria do nobre deputado era decrepita, que se podia até considerar já morta, foi tendo em vista o seguinte ponto: é que quando a physiologia, ou outra qualquer sciencia do genero, observando a massa cerebral, diz: tem tantas e tantas libras de intelligencia, tantas e tantas grammas de imaginação, etc., etc., ella filia-se, quer saiba, quer não, e pelo lado puramente scientifico, na velha escola de Gall, está em pleno dominio phrenologico, no dominio de uma theoria que já cahio.

O SR. MALAQUIAS: — Mas o principio em si nunca foi contestado.

O SR. TOBIAS: — Isto é o principio descarnado e esteril de que o orgão é necessario para a funcção, e que deve corresponder a maior porção de cerebro, maior porção de actividade intellectual. Mas nem isto mesmo se pôde dizer um principio, é antes uma affirmacção conjectural, um postulado da sciencia, que entretanto ainda não está cercado daquellas garantias precisas para constituil-o um verdadeiro dado, uma presupposicção scientifica. E' esta a minha questão. Não devemos, por consequinte, lançar mão de tal ordem de considerações, em todo o caso aqui incabiveis, para negar o favor pedido, favor tão pequenino, como já disse.

O SR. BARÃO DE NAZARETH: — Apoiado.

O SR. TOBIAS: — Costuma-se dizer, e o nobre deputado repetio esse dito ou principio vulgar: que a missão da mulher é ser mãe...

Dá licença que eu refute este principio com um outro, não menos vulgar? Sim, a missão da mulher é *ser mãe*, da mesma forma que a missão do homem é *ser pai*...

O SR. MALAQUIAS: — Não ha duvida nenhuma.

O SR. TOBIAS: — Ora, em que é que a missão de ser pai tem privado e priva o homem de se dedicar á sciencia? Do mesmo modo, pois, a mulher pôde ser mãe, muito boa mãe, e todavia cultivar perfeita e profundamente a sciencia.

Temos exemplos eloquentes: entre outras, Laura Bassi, professora da universidade de Bolonha, já aqui mencionada, foi mãe de 12 filhos; o que não obstou que ella se dêsse com todo o desvelo ao cultivo scientifico.

Eu sei que ha ainda um certo prejuizo arraigado, e difficil de extirpar, a respeito da inferioridade da mulher. Ha quem diga infelizmente... para vergonha da época, que a mulher nasceu sómente para a *agulha* ou para o *tear*!...

Esta theoria é do tempo, em que o homem tambem só tinha nascido para a *enxada*. Houve um tempo, com effeito, em que o homem, no espirito de muita gente, sómente nascera para *esse mister*; e tanto assim é que a reminiscencia existe na linguagem; ainda hoje se diz:

a banca do advogado é a sua *enxada*; a clinica do medico é a sua *enxada*; a *enxada* do actor é o palco, etc., etc. Isto, que é uma especie de psychologia do povo estudada na lingua, autorisa-nos a afirmar que já houve realmente uma época, em que o supremo idéal da actividade varonil, aquillo que o homem de mais nobre podia aspirar, era... a *enxada*. Desse tempo é o gracioso dito: que a mulher se deve limitar á *agulha* ou ao *tear*.

Entretanto, ou queiramos, ou não, a mulher é a melhor metade do genero humano. E saibamos ainda mais: esta exquisita doutrina, que quer pôr barreira ao desenvolvimento das mulheres já vai dando em resultado uma reacção correspondente da parte do bello sexo mesmo.

Hepworth Dixon na *Nova America*, livro muito lido e celebrado nos Estados-Unidos, nos fala de um *Evangelho da revolução feminina*, cuja apostola se chama *Eliza Farnham*, e no qual se prega precisamente o contrario das idéas correntes a respeito da mulher. De accordo com a nova doutrina as mulheres não são iguaes aos homens, pela simples razão de lhes serem muito superiores. Já não querem sómente que os homens se mostrem para com ellas cavalheiros e polidos, querem exercer sobre elles o supremo poder. Segundo as idéas da seita, a mulher é o ser mais perfeito. O que é o homem para o *gorilla*, é a mulher para o homem...

E eu acho neste ponto alguma razão. Porquanto, se a natureza revela uma certa sabedoria em seu desenvolvimento, se faz acompanhar ao desenvolvimento morphologico o desenvolvimento physiologico, se á perfeição das formas deve naturalmente corresponder a perfeição das funcções, a mulher, sendo de formas mais bonitas, deve ter funcções mais desenvolvidas.

O SR. BARÃO DE NAZARETH : — Muito bem.

O SR. TOBIAS : — Ora, o homem, physicamente, dista pouco de um *gorilla*.

Não exagero, é a verdade. Abstraia-se da roupa, dos appendices artificiaes e diga-se então se, considerado em sua fôrma natural, o homem não se aproxima sómente do *macaco*?

Mas agora vejamos tambem: pôde-se imaginar formas mais bellas do que as de uma bella mulher?... Parece que a natureza, realisando a mulher, fez o que de mais completo cabia nas suas forças.

Se pelo lado morphologico, foi ella tão poeta, podia ser tão prosaica pelo lado physiologico?

O SR. MALAQUIAS : — Exactamente para preencher as funcções a que é a mulher destinada.

O SR. TOBIAS : — A natureza não faz distincção: ella é toda harmonica. A desharmonia é criação nossa, é obra da sociedade. A natureza, que harmonisa tudo, não pôde ter querido que a bonitas formas deixem de corresponder funcções perfeitas. (*Muito bem*).

Ainda tenho a fazer uma consideração. Houve da parte do nobre deputado uma certa lacuna a respeito da apreciação do peso cerebral.

Ha um peso absoluto e outro relativo.

O SR. MALAQUIAS:— Mas este mesmo é superior...

O SR. TOBIAS:— Não; o peso relativo é de vantagem para a mulher. A cabeça feminina, em relação ao corpo, é mais pesada que a do homem. Assim acho ensinado por Sommering e Burdach, que é de certo já um pouco antigo...

O SR. MALAQUIAS:— Tanto um como outro são antigos.

O SR. TOBIAS:— Sim senhor; mas tenho também a opinião de Büchner, que é bem moderno. Segundo elle, a mulher, em proporção do corpo, tem mais cerebro do que o homem.

Experiencias feitas em dous celebres exemplares de belleza plastica, o *Apollo do Vaticano* e a *Venus de Medici*, deixaram estabelecidas as seguintes proporções entre a cabeça e o corpo: no *Apollo* a cabeça está para o corpo, como 1 : 8; na *Venus*, porém, como 1 : 6. E' claro que, neste caso a vantagem fica do lado feminino.

O SR. MALAQUIAS:— Mas foram estudos feitos em estatuas.

O SR. TOBIAS:— Perdão! Não offenda a esthetica.

O SR. MALAQUIAS:— Não; eu a respeito muito.

O SR. TOBIAS : — Essas estatuas são *specimens* de belleza. E ahi mesmo é que está a força do cinzel do artista : não só em imitar a natureza, como tambem muitas vezes em corregir de um certo modo as suas obras.

Ainda uma vez, Sr. presidente, confesso ter esperanza de que a assembléa ha de praticar um acto de magnanimidade, fazendo a concessão requerida. E ao terminar, meus senhores, seja-me licito recordar um factio historico : na idade media, por occasião da celebre batalha de Bouvines, quando os cavalleiros francezes se encontraram com as legiões do imperador Ottão (nesse tempo em que entre os francezes havia as chamadas *cortes de amor*, perante as quaes, se ainda hoje existissem, o nobre deputado o Sr. Dr. Malaquias seria condemnado), antes de entrarem na luta as duas alas inimigas, rompeu das fileiras francezas este grito de enthusiasmo : *lembremo-nos das mulheres!* E tanto bastou para assegurar a victoria. Seja essa tambem a nossa divisa.

VOZES:—Muito bem.

## VI

### Privilegio de carros funebres

(Assembléa de Pernambuco — Sessão em 28 de Abril de 1879)

---

O SR. TOBIAS :—(*Applausos das galerias*) :—Sr. presidente, quasi que não tenho o que dizer, porque folgo de vêr que o nobre deputado que acaba de sentar-se, um dos campeões que aqui pela primeira vez se ergueram contra o projecto, fazendo modificações no seu pensamento primitivo, deu a entender, demonstrou cabalmente que sabe ceder ás conveniencias, mais do que isto, que sabe ceder aos interesses da justiça, aos interesses da causa publica.

Isto, porém, não quer dizer que eu me ache de todo convencido da superioridade absoluta do substitutivo ao projecto.

VOZES DAS GALERIAS :— (*Apoiado*).

O SR. TOBIAS :— Noto que o art. 1.º do substitutivo foi apenas substitutivo de papel, porque o pensamento dos membros desta casa, autores do projecto, foi repetido textualmente no substitutivo de S. Ex.

Mas isto não faz questão, nem é cousa digna de sobre ella demorar-me.

A minha questão capital é esta, Sr. presidente, é esta, Srs. deputados: nós devemos a todo transe e a todo custo abolir o privilegio (*alguns apoiados do recinto, applausos das galerias*) qualquer que seja o regulamento que venha posteriormente, quaesquer que sejam as bases que se dêm para este regulamento, existam ellas ou não existam; a nossa questão, questão de justiça, questão de conveniencia social, questão até de dignidade politica é a da abolição do privilegio. (*Applausos das galerias*).

Não é preciso, senhores, ter a vocação do martyrio, não é preciso ter o talento de agitar, de inflammar as massas, talento perigoso na época em que vivemos, talento que eu confesso sinceramente não possuir; não é preciso ter nenhuma destas qualidades para comprehender, á prima vista, que o projecto de que se fala é um projecto digno de toda a aceitação, porque tem por fim a abolição de uma lei pessoal, de uma lei de classe, (*calorosos applausos das galerias; o Sr. Presidente agita a campainha*) e não digo uma lei aristocratica,

porque não conheço em meu paiz verdadeira aristocracia. (*Applausos das galerias*).

O SR. PRESIDENTE :— As galerias não podem intervir na discussão.

O SR. TOBIAS :— Sr. presidente. Srs. deputados, a lei que o projecto procura extinguir é uma lei que tem uma historia e uma historia muito feia; esta lei que surgiu em 1873, logo depois teve contra si uma lei promulgada em 1875, se me não engano, sancionada pelo então presidente o Sr. Dr. Carvalho de Moraes, que fez perder á lei privilegiosa, se assim posso dizer, todo seu valor; desvigorou-a completamente e por meio de uma assembléa provincial conservadora, onde, (seja dito em honra deste partido, deste partido nosso adversario), o privilegio soffreu a mais renhida, a mais extremada opposição.

VOZES :— E' exacto.

O SR. TOBIAS :— Apresentou-se depois um projecto, que pode chegar até a 3ª discussão, no qual se pretendia sophismar a lei, sancionada pelo Sr. Carvalho de Moraes, que tinha directamente extincto o privilegio, o qual nós ainda hoje pretendemos abolir.

Felizmente essa lei sophismante não chegou á sua ultima phase, ao seu ultimo momento.

Em regra, a lei de Junho que o projecto quer revogar não tem razão de ser, porque uma lei posterior já a revogara; não sei mesmo porque razão essa lei

perniciosa, essa lei de classe, como já a qualifiquei, continúa a vigorar.

E' preciso, pois, que nós acabemos com ella ; não é uma satisfação, não é um favor que nós queiramos fazer ao povo : é 'um preito que nós queremos, que nós devemos render á justiça. (*Apoiados*).

Meus senhores, eu sei que ha sobre este assumpto opiniões, que alguns classificam de extravagantes, mas a que eu não me julgo com direito de dar tal qualificação, porque tenho por habito respeitar as convicções alheias.

Bem dizia eu que alguém opina que, tratando-se de um privilegio, a assembléa provincial não pôde revogar a lei, que o concedeu, e que isso só compete ao poder geral.

Creio que foi isso.

O SR. ESTEVÃO DE OLIVEIRA :— Esta opinião ficou condemnada pela casa.

O SR. EUDOXIO DE BRITO :— Demonstrou-se o contrario.

O SR. TOBIAS :— Mas não foi emittida aqui em sessão ?

O SR. JACOBINA :— Não é exacto.

O SR. MALAQUIAS :— Foi emittida, sim ; sustentada por mim.

O SR. TOBIAS :— Sustentada por S. Ex., bem.

Já disse que respeitava muito as convicções dos meus collegas, como respeito as convicções de todo e qualquer

espírito ; mas desde que S. Ex. tem a franqueza, a coragem moral de dizer que foi sustentada por S. Ex. uma these, que eu não posso deixar de qualificar de absurda, permitta o meu nobre collega, eu o provooco para exhibir aqui ás nossas vistas os documentos logicos, a força *probante* das suas razões, em virtude das quaes teve a coragem de sustentar...

O SR. MALAQUIAS :— Já o fiz.

O SR. TOBIAS :— ... esta theoria absurda.

O SR. MALAQUIAS :— Já o fiz.

O SR. TOBIAS :— Já o fez?!

Não poderia fazel-o com vantagem...

O SR. ESTEVÃO DE OLIVEIRA :— A maioria não aceitou esta opinião.

O SR. TOBIAS :— ... porque qualquer que seja a altura da illustração, do talento de S. Ex., o talento é sempre uma força, mas uma força que não tem o poder de converter o preto em branco e o absurdo em verdade. (*Muito bem; prolongados applausos das galerias*).

O SR. PRESIDENTE :— A discussão não pôde continuar deste modo ; do contrario suspendo a sessão.

O SR. TOBIAS :— Privilegio, dizem os competentes, é alguma cousa de excepcional em relação á regra common do direito, e essa alguma cousa de excepcional ou tem por fim trazer como resultado uma vantagem, que é o que os juristas ou romanistas chamavam — *beneficia*

*legis* — benefícios da lei, leis beneficinas, ou é o que estes mesmos juristas chamam, e ainda hoje se conserva a denominação da doutrina, — *privilegia odiosa*, em todo caso, o privilegio tem por fim fazer alguém, individual ou collectivamente considerado, gozar de certos benefícios, com preterição dos outros.

Eu não sou daquelles, note-se bem, que entendem que o privilegio, absolutamente, em todo o caso, é uma cousa má, não: já tive occasião aqui de dizer, e a proposito de um aparte de um nobre collega nosso, que o privilegio, em these, é odioso; mas sabem os nobres deputados que toda a these está sujeita a uma antithese, e que toda a antithese ou é uma proposição contraria, ou uma proposição contradictoria; aqui será contradictoria, isto é, nem todo privilegio é odioso. Quaes são, pois, esses privilegios que não são odiosos? São justamente aquelles que trazem vantagem para a communhão, e não sómente para os privilegiados; aquelles que, trazendo benefícios aos privilegiados, todavia tomam em linha de conta as conveniencias da communhão, de que o mesmo privilegiado faz parte.

E' assim que, meus senhores, os privilegios que tem por fim favorecer a industria, isto é, favorecer o talento inventivo, o genio creador na industria ou na arte, esses privilegios ninguem dirá, por certo, que são privilegios odiosos, pelo contrario; são privilegios necessarios, porque, animando por um lado, o talento, o

genio inventivo, por outro lado, elles importam necessariamente um beneficio á sociedade.

Ainda mais; estes privilegios teem por fim, não só animar o talento inventivo, não só por meio d'elle dar incremento á industria, como tambem compensar o *risco*, que corre o espirito emprehendedor.

Assim, se um individuo emprehende qualquer cousa, se forma, se tem em mente qualquer empreza, e para a execução desta empreza tem de arriscar capital e trabalho, para compensar este risco, é bom que se lhe conceda uma garantia, e esta só pelo privilegio.

Mas no caso vertente: será porventura a missão de enterrar os mortos alguma cousa de novo, alguma cousa de salutar, descoberta por algum grande talento inventivo? (*Applausos das galerias*).

E' cousa muita velha, velha como a humanidade; é uma necessidade tão necessaria, permitta-se-nos o pleonasmo, como a necessidade de respirar, como a necessidade de comer e beber (*muito bem*); é uma necessidade natural.

Ora, como é que para satisfação dessa necessidade natural, dessa necessidade que, ou queiramos ou não, se ha de fazer sentir, pode-se dar privilegio a quem quer que seja? Como se pôde dar privilegio de enterrar os mortos? (*Riso; signal de assentimento*).

Vê-se, pois, meus senhores, que, em these, o privilegio concedido á Santa Casa foi um privilegio mal concedido, um privilegio que não devia ter existido.

O SR. MALAQUIAS : — Nisto estamos de perfeito accordo.

O SR. TOBIAS : — Mas não queiramos entrar nesta questão.

Foi concedido o privilegio. Por culpa da Santa Casa...

Ia fazendo uma critica á Santa Casa, sem que lhe fosse applicavel. Pego perdão.

Em 1873 a assembléa provincial deu privilegio á Santa Casa, autorisando-a a contratar com qualquer pessoa o serviço mortuario. Esta disposição, assim concebida e com tal faculdade, foi uma disposição alteradora da essencia do privilegio, por que se um privilegio desta ordem, ainda que odioso em si, como já demonstrei, todavia foi outorgado á Santa Casa, em virtude da sua natureza, em virtude do seu destino e do seu fim, elle era pessoal, inherente áquella pessoa moral e juridica, de direito civil, exclusivo daquella corporação, que só existe para fazer o bem, para praticar a caridade; e no exercicio dessa virtude se acha comprehendido o dever de enterrar os mortos. (*Apoiados; muito bem das galerias*).

Mas passemos pelo erro da lei, *legem habemus* ou antes *habebamus*; não sei como diga. Este erro da lei pouco nos importa.

A Santa Casa recebeu o privilegio, exerceu-o por si, ou por alguém com quem contratou; isto tambem já nada vem ao caso; que fosse o serviço mortuario feito por este ou aquelle, já não é esta a questão.

O que interessa deixar liquido, é que, se o privilegio foi concedido pela assembléa provincial, deve tambem por ella ser abolido. (*Apoiados*).

Não admitto a theoria de que por isso que se trata de uma *cousa inconstitucional*, só o parlamento, só a assembléa geral é que pode revogal-a.

Esta theoria é *exquisita*: não sei onde isto se acha consagrado, quer na constituição, quer no acto addicional, porque o acto addicional o que diz é que, quando as decisões da assembléa provincial ferirem a constituição, pois que o presidente da provincia tem obrigação de remetter copias das resoluções provinciaes, se o governo geral entender que essas leis violam a constituição, mandará suspendel-as.

Mas, visto que essa lei é de 1873, ella devia já ter sido remettida ao governo geral, e entretanto não appareceu suspensão alguma, nem outra qualquer medida em contrario.

Agora que nós comprehendemos que é uma lei má, que é uma lei injusta, que é uma lei perniciosa, que é uma lei odiosa, e queremos acabar com ella: onde está a prohibição de assim procedermos, e isto sob o estranho pretexto de ser inconstitucional?

Oh! é galante! Em que ha offensa ao preceito constitucional? Então, sob pretexto de que uma lei é inconstitucional, nós não podemos abolil-a?!...

Esta é nova, novissima!...

Mas eu tambem não admitto que, só pelo facto de ser inconstitucional, devessemos nós aqui extinguir, isto é, revogar qualquer lei, não; poderíamos considerar realmente que a cousa é inconstitucional, mas por outro lado, considerando que ella poderia trazer um bem, deveríamos cruzar os braços e aguardar que o bem resultasse a despeito da supposta inconstitucionalidade. (*Apoiados*)

Não está neste caso a lei de que se trata. Porquanto, meus senhores, e para dizer tudo de uma vez, tambem não sustento a theoria, não quero para mim a doutrina que por ventura ensine que a lei em questão é inconstitucional.

Não, não é inconstitucional; a lei de que nos occupamos, que devemos revogar, é muito constitucional, mas é muitissimo injusta, porque constitucional e justo não são conceitos que se cubram, porque muita cousa constitucional é evidentemente injusta, e muita cousa inconstitucional pôde ser perfeitamente justa. Se tudo que é constitucional fosse justo, o poder moderador seria d'uma grande justiça (*apoiados, risos*); se tudo que é constitucional fosse justo e bom, a eleição indirecta seria uma cousa justa e boa. (*Apoiados*).

Já se vê, repito: os conceitos de justiça e constitucionalidade não se cobrem, não se ajustam em todos os pontos. Por conseguinte, pouco importa que fosse ou não inconstitucional; a questão é que é uma lei

iniqua, e é iniqua porque não satisfaz as exigencias da população, as necessidades da communhão social, para a qual foi decretada. (*Applausos das galerias*).

Meus senhores, eu não gosto de falar muito, porque me tenho em pequena conta, sou muitissimo ignorante. . .

VOZES. — Não apoiado.

O SR. TOBIAS. — . . . muitissimo ignorante, repito, e tenho o defeito de em certas questões que tomam uma feição mais seria, não caminhar sozinho; peço sempre a alguém mais competente do que eu, que me leve pela mão.

O SR. BARÃO DE NAZARETH: — S. Ex. não precisa.

O SR. TOBIAS: — Preciso: é bondade de S. Ex.; S. Ex. que tem o talento diplomatico em alta escala, está me lisongeando.

O SR. BARÃO DE NAZARETH: — Dá um aparte que não ouvimos.

O SR. TOBIAS: — Os privilegios, diz um publicista contemporaneo, Pözl, professor da Universidade de Mních, se extinguem ou por si mesmos, quando estão sujeitos a uma condição resoluta e essa condição apparece, ou por morte do privilegiado, ou por um acto voluntario do poder que o conferiu, ou emfim por vontade propria do mesmo privilegiado.

Se o poder legislativo que concede o privilegio tem o direito de extinguil-o, é cousa, diz esse publicista sobre que hoje difficilmente se pôde levantar uma duvida;

porquanto o poder que concedeu o privilegio, para concedel-o, deixou-se levar por considerações de ordem publica, e desde que entende que a manutenção do privilegio se oppõe ao bem commum, é seu direito, mais que isto, é seu dever extinguil-o.

E ha ainda mais, uma segunda questão que dali surge: questiona-se sobre saber, se, verificado este caso e abolido o privilegio, o privilegiado tem por ventura direito á indemnisação ?

Responde o publicista: na hypothese de que a lei privilegiante não prevenisse o caso, o privilegiado não tem direito á indemnisação alguma. (*Apoiados*).

O SR. CYSNÉROS: — Esta é que é a verdadeira doutrina.

O SR. TOBIAS: — Ora, desde que a lei de Junho não prevenio a hypothese de uma abolição do privilegio e da indemnisação á Santa Casa, nós concedendo-lhe esta porcentagem, somos ainda generosos, porque damos-lhe aquillo a que ella não tinha direito. (*Apoiados*).

Desde que está demonstrado que a manutenção de um tal privilegio é uma cousa que, para servirmo-nos de uma phrase theologica, brada aos céos, é um peccado contra... não estou bem certo.

O SR. CUNHA MELLO: — E' um peccado contra os mortos.

O SR. TOBIAS: — E' um peccado contra o povo (*applausos das galerias*), o povo a quem eu não lisongei,

— com licença de Sua Magestade, o povo soberano, — o povo a quem eu não lisongeio, repito, a quem eu não adulo, porque não quero consa alguma, porque sou um homem do povo, mas não sou, não pretendo ser um homem popular...

Mas o povo, na época em que vivemos é um factor com que devemos contar (*calorosos apoiados*), é um algarismo que deve entrar, bon gré, malgré, nos nossos calculos, não é um zero, é um algarismo de certo valor.

O povo insta, e quem diz povo, diz opinião publica... (*Apoiados*).

O SR. BARÃO DE NAZARETH: — Apoiadissimo.

O SR. TOBIAS: — Boa ou má opinião publica, isto é outra questão; eduque-se o povo, e teremos então uma opinião publica illustrada. Mas a opinião que temos é justamente essa que se levanta do seio popular.

Pois bem, essa população, este espirito publico reclama instantemente a abolição indicada.

Eu não duvido (voltando ás minhas primeiras palavras), não duvido aceitar o substitutivo do meu nobre collega, uma vez que em familia, sim em familia assentemos e concordemos em satisfazer essa exigencia publica. E' este o melhor alvedrio.

Eu não gosto de rhetorica, se bem que todas as vezes que aqui me levanto, *rhetorise* um pouco; sou inimigo da rhetorica, não gosto do palavreado, em que

gastamos um tempo enorme, e o que mais admira, inutilmente !

Seria bom, insisto, que não gastassemos mais tempo sobre tal assumpto, que nos convencessemos que o povo necessita da revogação desta lei repugnante; toda a sociedade tem disto urgente necessidade.

Esse privilegio, já o disse, é um privilegio iniquo.

Quanto á questão secundaria de tabella mais ou menos elevada, entendamo-nos em familia, que é o verdadeiro modo de fazer-se o melhor; ponhamos de parte prevenções, caprichos: nada, nada disto! E' uma necessidade publica e estamos aqui para isso mesmo, para attender aos reclamos dos interessados.

Satisfaçamos esta aspiração geral, demo-nos as mãos, concordemos, harmonisemo-nos; harmonicamente prosigamos; deixemos de offerecer qualquer pretexto, e não só pretexto, até motivo de qualquer agitação popular, o que não é nada bom.

E daqui eu peço aos meus dignos irmãos, membros deste grande corpo a que se chama — povo, membros desta *alguma cousa* de *cahotico*, de *amorpho*, da qual um dia ha de surgir o edificio do futuro; eu peço-lhes como já uma vez lhes pedi: sejamos moderados; ainda não temos razão de desesperar, ainda não temos motivos de impaciencia.

Ha virtudes, cuja pratica, cujo exercicio nunca fatigam; entre essas está a generosidade; e nada mais

bello que a generosidade do povo a quem de ordinario se pinta como facilmente inflammavel, que se deixa pôr em movimento ao sopro do primeiro agitador : é bello que este povo assim pintado, assim imaginado, dê ainda uma vez prova de sua longanimidade : sêde generosos, esperai a justiça ; porque ella ha de sahir desta assembléa.

*(O Sr. Dr. Tobias, ao terminar este discurso, foi entusiastica e calorosamente applaudido pelas galerias, donde jogaram-lhe grande quantidade de flores).*

## VII

### Projecto de um Parthenogogio

(Assembléa de Pernambuco em 1879)

---

O SR. TOBIAS BARRETO:— Não sei, Sr. presidente, se a dissimulação é uma boa qualidade politica; mas eu não posso dissimular: o projecto que apresentei e que se discute, é um daquelles que parecem de antemão condemnados a morte prematura, porque elle tem por fim a realisação de uma novidade, e nós não estamos muito habituados a acceitar de bom grado, sobre tudo nos dominios da vida publica, os tentamens de character novo, que envolvem sempre uma ousadia, que importam sempre uma invasão arriscada no terreno do desconhecido. Não serei eu quem possa negar que o projecto em discussão está realmente no caso de provocar mais de um ataque,

mais de uma contradicção, até da parte daquelles que não se deixam sómente levar por ideias preconcebidas, da parte dos poucos espiritos, que não trazem, como diria Nathan, o sabio, o seu saquinho de verdades feitas e contadas, alem das quaes, tudo o que passa é falsa moeda, é cousa nunca vista, paradoxal ou absurda. Do lado desses mesmos, que assim não pensam, o projecto está no caso de suscitar impugnações; mas isto só pela circumstancia de que elle, em mais de um ponto, revela e trõe a inaptidão da mão que o elaborou. Nesta unica circumstancia esgotam-se os motivos rascaveis da opposição, que por ventura elle possa despertar; como tambem, importa dizel-o, é só por este lado que eu teria justos receios de empenhar-me em qualquer luta, na sua sustentação, se commigo não estivessem, como seus co-assignatarios, alguns distinctos talentos, que melhor do que eu poderão mostrar as vantagens por elle offerecidas. Não hesito, pois, em assegurar que, fazendo-se abstracção da fôrma, lacunosa e imperfeita, o projecto encerra no seu fundo a satisfação de uma das mais urgentes necessidades da provincia, qual é sem duvida a necessidade de instrucção, em geral e particularmente, feminina, instrucção em mais alto gráu e melhores meios, do que presentemente existe. O projecto não tem em vista inaugurar na provincia o dominio das *blue stocking* ou das *précieuses ridicules*, mas simplesmente abrir caminho, entre nós, á solução lenta e gradual de uma das

mais graves questões da actualidade: a elevação do nível intellectual da mulher ou, se assim posso dizer, a purificação, pela luz, da atmospherá em que ella gira.

E para demonstrar, Sr. presidente, a utilidade da cousa como primeiro signatario do projecto, eu não tenho necessidade de altear o cothurno, lançar mão da harpa romantico-revolucionaria e entoar um canto ao bello sexo. Não hei mistér de dizer com Olympia de Gourges, uma celebre decapitada de 93: se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ella deve ter igualmente o direito de subir á tribuna; o que é de certo uma bonita aspiração, mas não deixa de ser tambem um pedido exaggerado. E tão pouco tenho necessidade de collocar-me no ponto de vista do *emancipacionismo* russo e americano para reclamar, em favor das mulheres, o exercicio de funcções, que ellas ainda não podem exercer; para fazer, em seu nome, exigencias extravagantes, que se culminam na pretensão extrema, não só de uma igualdade de direitos como até da igualdade no trajo. Nem tomarei por norma o grito de alarma das mais illustres representantes do radicalismo feminino, as Paulinas Davis, as Lucrecias Mott, Elisabeths Stanton e não raras outras agitadoras do tempo. Nada disso é o que nós queremos.

A pretensão contida no projecto é bem differente, muito simples e modesta: ella importa menos uma homenagem aos encantos da mulher do que uma séria attenção

prestada ao bem commum, ao interesse geral, ao progresso e desenvolvimento da sociedade em que vivemos.

Se eu tivesse de filiar a minha ideia nalgum principio mais elevado, não filial-a-hia por certo neste ou aquelle arroubo de sonhador, mas numa verdade pratica, bellamente expressa por um homem pratico. Frederico Diesterweg, um notavel espirito allemão, o qual, com Pestalozzi e Froebel, é o terceiro na série dos grandes pedagogos da idade moderna, se exprime deste modo: A liberdade do povo e a felicidade do povo, pela cultura do povo não pôdem ser conseguidas por meio da instrucção parcial, ministrada a um só sexo.

Eis o que é incontestavel, e possuido de tal verdade é que eu ousou confiar que o projecto não parecerá indigno da attenção desta casa. Trata-se nelle da criação de um estabelecimento de instrucção publica; tanto basta, creio eu, para attrahir a sympathia e adhesão de todos. Mas ha uma circumstancia peculiar e quasi estranha: é a de ser um estabelecimento de instrucção publica superior feminina; poderá ella influir para denegar-se a medida proposta? E' doce esperar que não; e assim o espero.

Julgando-me dispensado, Sr. presidente, de entrar em apreciações sobre a maior ou menor capacidade da mulher para o cultivo intellectual, eu tenho para mim, como verdade clarissima, que um dos maiores embaraços, com que luta a civilisação, é a ignorancia

desproporcional da bella metade do genero humano ; ignorancia que, por cumulo de infelicidade, aos olhos de uns ainda é uma cousa indifferente, aos olhos de outros uma cousa desagradavel, sim, mas afinal fatalmente determinada por lei da natureza, e até aos olhos de muitos . . . uma graça de mais, um adorno poetico, um attractivo lyrico ! . . . Não terá entretanto chegado para nós tambem a occasião de acabar com estes erros de velhas éras ? Se as mulheres são seres humanos, que têm uma missão na sociedade e deveres a cumprir para com ella, se, como seres humanos, as mulheres trazem consigo thesouros espirituaes que devem ser aproveitados e desenvolvidos, é preciso todo o escrupulo de uma freira, ou toda a logica de um frade, para entender que estabelecimentos da ordem do que se acha indicado no projecto, não passam de appendices ou excrescencias inuteis, quando elles são, pelo contrario, complementos indispensaveis da educação total de um povo civilisado, ou mesmo civilisavel, se não é que nós outros brasileiros pertencemos áquella classe de *povos crepusculares*, de que fala H. Klencke, povos que vivem no *lusco e fusco* perpetuo de uma semi-cultura banal, sem saber o que são nem o que devem ser, atacados da mais grave das psychoses, a *photophobia* intellectual, o medo da luz, o horror da claridade.

Já é tempo, meus senhores, de irmos comprehendendo que o bello sexo em Pernambuco, bem como no

Brasil inteiro, tem direito a maior *somma* de instrucção do que lhe tem sido até hoje fornecida pelos poderes publicos. A escassa instrucção elementar, que a provincia proporciona ás suas filhas, não satisfaz, não pôde satisfazer as exigencias da época. A chamada secundaria, que é dada nos collegios particulares, com rarissimas excepções, está abaixo de qualquer critica; e a superior é totalmente nulla. Por uma velha metaphora consagrada costuma-se dizer que a instrucção é o *alimento do espirito*. Dou que seja; mas tambem é força confessar que esse alimento, pelo que toca ás mulheres, ainda se limita a pobres migalhas cahidas da parca mesa da cultura masculina, ou antes para servir-me da expressão de uma escriptora allemã contemporanea, Josephina Freytag, o alimento espiritual do bello sexo — são confeitos, em vez de pão. Sim, nada mais do que confeitos; e a relação de similhaça conserva-se até na propriedade de enfastiar e indispôr o espirito para tomar o verdadeiro sustento. Assim, um pouco de musica, algumas peças de salão para o piano, um pouco de desenho, gaguejar uma ou duas linguas estrangeiras, e lêr as bagatellas litterarias do dia, eis o total da maior cultura do sexo feminino em nossos tempos, cultura anomala, que E. Von Hartmann justamente qualifica de instrucção systematica da vaidade, e que, entretanto, não é preciso dizel-o, redobra de esterilidade e de penuria entre nós...

VOZES:— Muito bem.

## VIII

### Em mangas de camisa

(Segunda Sessão do Club Popular da Escada)

---

MEUS SENHORES! — Ainda uma vez, é a mim que incumbe vir expôr-vos, e em traços mais visiveis, a idéa que se propõe realizar o *Club Popular da Escada*. A primeira reunião que já fizemos, não foi nem podia ser inteiramente satisfactoria, sob este ponto de vista, porquanto, além da grave difficuldade, que ha em falar, de modo efficaz, a um auditorio não preparado, accresce que seria então antecipar, sem vantagem para esta sociedade, a explanação detalhada do seu objecto e dos seus intuitos. Bem quer me parecer que similhante reserva, da minha parte, podia dar direito a se suppôr que ha no fundo deste meu tentamen uma certa dóse

de mysterio e intenção secreta, que só pouco a pouco é dado perceber. Mas isto fôra erroneo e altamente injusto.

O pensamento que forma a base desta sociedade, como de outras de igual natureza, não se resume, é verdade, numa definição, nem se exgota em centenas de discursos. Só ás crianças é licito imaginar que poderiam conter na palma da mão qualquer estrelinha, que se lhes afigura do tamanho de uma moeda, e apta para um brinquedo. Do mesmo modo, sómente aos parvos é permittido crer que o conceito inspirador e dirigente de uma corporação creada com fins humanitarios, politicos e sociaes, qualquer que seja o circulo de sua acção, é susceptivel de abranger-se numa folha de papel, e pôde se deixar ver em todos os seus aspectos e attitudes seductoras, á luz morticã de velhas phrases consagradas ao culto apparatuso dos idolos do dia.

Porém tambem é certo, senhores, que quando se evangelisa uma idéa nobre, por mais densa até que seja a nuvem, em que ella venha envolvida, o genio do povo se encarrega de penetrar-lhe no intimo e conhecer, por instincto, o seu valor e o seu alcance. Nem eu quero dissimular que uma associação, á guisa da nossa, que tem por principal agente o espirito popular, o impeto democratico do seculo, encerra naturalmente alguma particula de reacção e protesto contra a tyrannia das cousas, algum germen de rebeldia, contra a *imprudencia dos deuses*, e importa, como tal, uma gotta de *assafetida* na

taça de nectar dos poderosos da terra. Mas isto não desfigura a placidez e serenidade do nosso intento, nem seria motivo sufficiente para as chamadas autoridades constituídas nos pedirem contas, por *tentativa de insurreição*. Tranquillisai-vos, pois: se ha aqui algum segredo, esse segredo não é para vós; é para aquelles que teem a orelha longa e fina, que no simples acto da livre respiração, que na systole e diastole do coração do povo percebem sempre um como fluxo e refluxo do mar, que vem engulidos; é para aquelles, em cuja opinião o menor esforço para sair deste somno de abatimento e miseria, é um plano de amotinados, assim como o sangue, que borbulha e jorra impetuoso, póde ser tambem um revolucionario, na opinião do punhal; é para aquelles, emfim, que tendo boas razões de unirem-se a nós, de estarem com-nosco, não se dignam, todavia, de apparecer aqui, pelo receio que lhes inspira o contacto dos *lazaros* politicos, quaes somos todos nós, os homens do *trabalho* e não do *emprego publico*, os desherdados da patria, os excluidos do seu banquete, mas que, a despeito de tudo, guardamos ainda uma esperança no peito e uma setta na aljava!... É para esses, sim, que o exercicio de um direito póde tomar as proporções de um phenomeno perigoso, de uma nuvem tenebrosa, que esconde no bojo alguma tempestade. Quanto a nós, porém, não nos incommodemos por isso; e quanto a elles, deixemol-os conjecturarem o que lhes bem aprouver; e prosigamos em nossa marcha.

Volto a tratar, senhores, do assumpto capital do nosso entretenimento, que já foi em synthese indicado, a primeira vez que aqui nos reunimos. Esforçar-me-hei, sobretudo, por ser claro. Não compareço entre vós, para fazer-me admirar, mas para me fazer comprehender. A musa que me inspira nesta occasião, é muito modesta, para que me obrigue a trajar a grande galla da linguagem bordada a ouro, e muito menos a *ouro francez*. Alguma cousa de familiar, alguma cousa de designavel por *um discurso em mangas de camisa*, é o que vos venho apresentar. Se a viagem é curta e aprasivel, se fui eu, quem vos convidou para ella, não seria uma extravagancia, addicionada de uma impolidez, que eu quizesse ir a cavallo, quando os de mais vão a pé? Nada, pois, de formalidades, nem geitos oratorios; nada de *espartilho* rhetorico: todo a commodo, e com toda calma, vou expôr-vos o que nos interessa.

Disse uma vez o padre Lacordaire que a posição mais desfavoravel ao orador é quando tem de falar a homens que comem; porém ha outra, a meu ver, ainda mais desfavoravel: é quando se fala a homens que teem fome, se não se trata dos meios de satisfazel-a, ou ao menos de moderar-a. Tal seria por certo, a minha posição diante de vós, como iniciador da idéa de um *Club Popular*; se me viesse á mente a singular lembrança de occupar-me em outros assumptos, que não fossem os males da nossa vida publica, o estado de penuria,

e a peor das penurias, a penuria moral, em que labo-ramos, o desanimo dos espiritos, a surdez das consciencias, em uma palavra, todos os symptomas da doença, que mata as nações, o *abandono de si mesmo*, o *esquecimento de seus direitos*, pela falta de justiça e liberdade, de que todos nós sentimo-nos sequiosos e famintos. Não me compete, nem seria agora opportuno, lançar as vistas no paiz inteiro, depondo sobre a mesa das dissecções o grande corpo brasileiro, para sujeitar a uma analyse rigorosa a totalidade dos seus órgãos. Não interessa mesmo, nem a mim, nem a vós, dividindo o Estado em suas partes naturaes, tomar a provincia por objecto de nossa apreciação. Limito-me, portanto, ao municipio, e ao municipio concreto, quero dizer, a este de que somos habitantes. E' um fragmento do monstruoso *tremó*; mas este pedacinho reflecte tão bem a nossa face, o nosso character nacional, como todo o espelho.

O que mais salta aos olhos, o que mais fere as vistas do observador, o phenomeno mais saliente da vida municipal, que bem se póde chamar o *expoente* da vida geral do paiz, é a falta de cohesão social, o desagregamento dos individuos, alguma cousa que os reduz ao estado de isolamento absoluto, de atomos inorganicos, quasi podia dizer, de poeira impalpavel e esteril. Entre nós, o que ha de organizado, é o Estado, não é a nação; é o governo, e a administração, por seus altos funcionarios na côrte, por seus subrogados nas provincias, por seus infimos

caudatarios nos municípios; não é o povo, o qual permanece *amorpho* e dissolvido, sem outro liame entre si, a não ser a communhão da lingua, dos máos costumes e do servilismo.

Os cidadãos não podem, ou melhor não querem combinar a sua acção.

Nenhuma nobre aspiração os prende uns aos outros; elles não teem, nem força defensiva contra os assaltos do poder nem força intellectual e moral para viverem por si: tal é o facto mais notavel que a observação estabelece em geral, porém, que me parece não se manifestar em lugar algum tão carregado de más consequencias, como na Escada. Aqui de certo, os habitantes do municipio, maximé os da cidade, fazem a impressão de viajantes, que se reuniram á noite em uma mesma *casa de rancho*, mas logo que amanheça, cada um tomará o seu caminho, quasi sem probabilidade de outra vez se encontrarem. Deste modo de viver *à parte*, de sentir e pensar *à parte*, resulta a indifferença, com que olha cada um para aquillo que pessoalmente não lhe diz respeito, e enquanto não chega o seu dia, contempla impassivel os tormentos alheios, sem saber, que, como disse o poeta:

A todos cabe o mal da humanidade,  
De lagrimas e dôr fatal convivio,  
E aquillo que um tomou sobre seus hombros,  
E' para os outros verdadeiro allivio.

Não fica ahí. Essa impassibilidade, que acabo de assignalar, não se revela sómente por uma certa ausencia de sincero amor e caridade, nas relações puramente humanas, mas tambem, e sobre tudo, pela falta de patriotismo, nas relações nacionaes, pela ausencia de senso politico e dignidade pessoal, nos negocios publicos locaes. E' a esta doença moral, de que padece o povo da Escada, que o nosso *Club* propõe-se applicar um remedio, senão de todo efficaz, ao menos palliativo.

E importa advertir: *O Club Popular Escadense* não toma por principio director nenhum dos estribilhos da moda, menos que tudo a celebre trilogia: *liberdade, igualdade e fraternidade*, tres palavras que se espantam de se achar unidas, porque significam tres cousas reciprocamente estranhas e contradictorias, principalmente as duas primeiras. E para que não se me accuse de paradoxia, permitti-me, por um pouco, tratar de demonstral-o; o que tanto mais interessa, quanto é certo que não temos por nós nenhuma das tres pessoas dessa *trindade revolucionaria*, e por isto muito importa sabermos, se uma só dellas nos basta, ou se de todas necessitamos, bem como se é possivel a sua consecução.

Mas antes de tudo, que a liberdade e a igualdade são contradictorias e repellem-se mutuamente, não milita duvida. A liberdade é um direito, que tende a traduzir-se no facto, um principio de vida, uma condição de progresso e desenvolvimento; a igualdade, porém, não

é um facto, nem um direito, nem um principio, nem uma condição : é, quando muito, um postulado da razão, ou antes do sentimento. A liberdade é alguma cousa, de que o homem pôde dizer : — *eu sou ! . . .* ; a igualdade alguma cousa, de que elle sómente diz : — *quem me deua ser ! . . .* A liberdade entregue a si mesma, á sua propria acção, produz naturalmente a desigualdade, da mesma forma que a igualdade, tomada como principio pratico naturalmente produz a escravidão. A liberdade é aquelle estado no qual o homem pôde empregar, tanto as suas proprias, como as forças da natureza ambiente, nos limites da possibilidade, para attingir um alvo, que elle mesmo escolhe. Onde, pois o individuo é perturbado no uso de suas forças, e a respeito das acções que não se oppõem á liberdade dos outros, nem ás necessidades sociaes, é sujeito a uma tutela, ahí não existe liberdade, nem civil, nem politica, nem de outra qualquer especie. A igualdade é aquelle estado da vida publica, no qual não se confere ao individuo predicado algum particular, como não se lhe confere particular encargo. Igual independencia de todos, ou igual sujeição de todos. O mais alto gráo imaginavel da igualdade, o communismo, porque elle presuppõe a oppressão de todas as inclinações naturaes, é tambem o mais alto gráo da servidão. A realisação da liberdade satisfaz ao mais nobre impulso do coração e da consciencia humana ; a realisação da igualdade só pôde

satisfazer ao mais baixo dos sentimentos : a inveja . Que uma e outra não se harmonisam, que são exclusivas e repugnantes entre si, prova-o de sobra a revolução franceza, que tendo começado em nome da liberdade, degenerou no fanatismo da igualdade, e reduziu-se ao absurdo nas mãos de um despota . O povo francez assemelhou-se então a uma cidade que se submerge, só ficando de pé uma torre enorme, no meio do lago immenso : a figura de Napoleão ! Estava assim, da melhor fórma, attingido o idéal de Mirabeau : — *la monarchie sur la surface égale* . Os individuos, ou os povos, que esquecem a liberdade por amor da igualdade, são semelhantes ao cão da fabula, que larga o pedaço de carne que tem na bocca, pela sombra que vê na agua do rio .

Estas palavras bastam, senhores, para fazer-vos comprehender, qual é neste sentido o meu modo de pensar . Quanto á fraternidade, francamente vos declaro que a considero mais um conceito religioso, do que um conceito politico . Dentro dos limites, em que pôde ser realisada, ella não é o sacrificio da pessoa, pelo qual recebe-se uma bofetada, e offerece-se a face para receber segunda, mas é sómente a união de todos em uma mesma idéa, em um mesmo sentimento, a idéa da patria, o sentimento do direito . E dest'arte exercida, a fraternidade torna-se fecunda, porque conduz á conquista da liberdade, pondo de parte os sonhos extravagantes de uma igualdade impossivel .

Entretanto podeis perguntar-me: como far-se-ha que cheguemos ao alvo que nos propões, nós outros homens do quarto pela maior parte, do terceiro e segundo estado, operarios, artistas, homens de letras, que nada temos, que nada somos, visto como os nossos direitos se acham sequestrados nas mãos de meia duzia de felizes, constituídos nossos depositarios? A pergunta seria grave, porém teria resposta. E' certo que, a despeito de todas as apparencias e exteriores constitucionaes, a sociedade brasileira em sua generalidade, e mais visivelmente, em particular, em um ponto dado, é uma sociedade de privilegios, senão creados pela lei, creados pelos costumes, de cujos dislates a lei é complice, não lhes oppondo a precisa resistencia. De balde se fala de uma *indistincção civil*, a não serem as differenças produzidas pelos talentos e virtudes, quando é certo que o talento e a virtude não servem para marcar distincção entre os individuos, considerados como fracções sociaes. O *denominador commun* é a fidalguia, ou o seu subrogado, o dinheiro.

E' certo que a nossa população se acha dividida não sómente em classes, mas até em castas.

El não só em castas sociaes, como tambem em *castas politicas*, quaes são sem duvida os dous partidos, que se disputam o poder, dos quaes o dominio de um é equivalente á perseguição do outro, modificada apenas pela infamia dos renegados e dos transfugas. Tudo isto é certo,

senhores ; e aqui acode-me a lembrança de um facto, que serve ao assumpto: quando, ha dez annos, foi nomeado bispo de Pernambuco o Sr. Cardoso Ayres, de *glorioso esquecimento*, como são todos os bispos, finados e por finir, na sua primeira pastoral, escripta em latim, dirigiu-se aos seus diocesanos, sob a tripla categoria de clero, nobreza e povo, *clero, optimatibus et populo*, senão *plebi* ; e esta classificação provocou a censura publica. Devo confessar que ainda hoje não comprehendo uma só palavra das criticas e reclamações, que ella teve o poder de suscitar. O bispo, que estava em Roma, conhecia melhor as nossas cousas, do que todos os reclamantes. O Brasil era então, como é e continúa a ser, isto mesmo : um clero privilegiado, o qual, não obstante haver um salario do seu trabalho, não obstante receber por uma *capella de missas* tanto, quanto nem sempre o advogado recebe por uma causa, nem o pequeno negociante ganha na feira do sabbado, nem o artista lucra com os seus artefactos, todavia não paga imposto, como tal, bem que a sua industria, sendo altamente rendosa, nada soffresse em contribuir com um centesimo dos proventos para as despesas communs. Depois do clero, uma nobreza *feita á mão*, pela mór parte estúpida, pretenciosa, e ainda peor que a clerezia, pois que esta ao menos não manda açoutar os cidadãos, nem prendel-os no tronco dos engenhos.

Não falo da classe economica propriamente dita, porque a sua vida se limita a uma *luta pelo capital*, e

nada tem que ver com as nossas *lutas pelo direito*. Após então vem o povo, o povo triste e soffredor, em cuja frente, não poucas vezes, junto ao estygma da infelicidade, por cumulo de miseria, a sorte imprime tambem o estygma da ingratição; o povo que é o numero, mas um numero abstracto, um numero que não é a força; perseguido, humilhado, abatido, a ponto de sobre elle os grandes disputarem e lançarem os dados, para ver quem o possui, como os judeus sortearam a tunica inconsutil do martyr do Calvario.

Não exagero, senhores, é a verdade. O povo brasileiro, ou mui restrictamente, o povo da Escada, é tido na conta de uma cousa apropriavel, se já não apropriada. Quereis uma prova, entre muitas? Eu vol-a dou; reparaí bem. O anno passado, quando se tratava da qualificação dos votantes desta parochia, nessa época de baixeza e picardia, que hoje porém já não me espanta, porque depois disso tenho aqui mesmo testemunhado mais negras miserias, haveis de estar lembrados que os dous partidos em contenda, para mostrar qual delles tinha por si a maioria, levaram á imprensa, com uma ingenuidade infantil, sómente a apreciação do *numero dos engenhos*!!... « Ha mais engenhos do lado dos liberaes » diziam estes. « Nem tantos, como allegam » diziam os conservadores, e accrescentavam: « Se os liberaes têm alguns engenhos de mais, os dos conservadores, em compensação, são mais extensos, mais povoados, mais ricos. » Eis ahi.

Quereis melhor? Se isto não era uma questão de *fabrica*, isto é, de maior numero de bois, cavallos e escravos, inclusive os cidadãos votantes, já sei que as palavras perderam o seu sentido, ou eu perdi o uso da razão. E' pois evidente que, pela propria confissão das partes, está creada na Escada uma *assucaroocracia*, a qual se julga com direito á posse de todos aquelles que vieram tarde e não encontraram um pouco de terra para chamar sua, e dentro desse dominio manejar sem piedade o *bastão da prepotencia*.

Tudo isto, repito, senhores, é de uma clareza solar, de tudo isto estamos inteirados por amarga experiencia. Porém tambem é certo que não devemos desanimar. O processo da acção do povo, se me é licito assim expressar-me, para adquirir a posição perdida, é *summario*; uma especie de *interdicto unde vi*, em materia politica. Ainda não passou anno e dia para intental-o, se é que o povo não prefere usar do meio que as leis permittem aos *esbulhados da posse* de cousas materiaes, e que seria absurdo não permittir igualmente aos esbulhados de causas mais sagradas que uma geira de terreno, se é que já não chegamos áquelle estado de vilania e transtorno dos conceitos moraes, em que a vida é preferivel á honra, e a propriedade preferivel á vida. Esta linguagem eriça cabellos; a mais de um *amigo da ordem* pôde ella parecer o cumulo da extravagancia; e todavia, senhores, este meu vinho tem agua, não é delle

que se costuma beber nos festins da democracia. Seja, porém, como fôr, não hesito em declarar-o: o povo da Escada, a quem ora me dirijo, deve pôr-se fóra de tutela. Tomando conta de si mesmo, e contestando aos poderosos a faculdade de disporem desta cidade, como de uma *filial* das suas fazendas, cumpre-lhe erguer-se á altura de um poder, com que elles devem contar, em bem ou mal, e não continuar a ser um algarismo minimo, um *millesimo* de força, cujo erro não lhes perturba os calculos. Ao povo da Escada importa convencer-se que elle não tem para quem appellar, senão para o seu proprio genio, que não é o da resignação e da humildade. Importa convencer-se que *ninguem se lembra d'elle, ninguem por elle se interessa*. Os magnatas do municipio, por mais que finjam o contrario, não escapam á censura de serem todos accordes no tratar com desprezo a esta localidade. Sirva de prova o facto extraordinario de não haver um só proprietario do termo, qualquer que seja o seu gráo de riqueza, que possua dentro da cidade um predio, digno do si, relativo á sua posição e á influencia que por ventura queira ter. Não ha um unico, se quer, que tenha aqui edificado, nem em grande nem em pequena escala. Muitos até existem, que contam nos dedos de uma só das mãos as vezes que têm vindo á séde do municipio, e ainda fica dedo desocupado para uma pitada de rapé.

Este phenomeno singular e significativo, creio eu, não se repete em outro lugar, pelo menos, com tão claro

proposito de desdem votado á população da cidade. Seria futil e desprezível a objecção que me fizessem, allegando que as despesas da edificação da nova matriz correram quasi todas por conta desses mesmos proprietarios. Nenhuma duvida; porém que importa? Uma questão de *bigottismo*, senão antes de alardo pecuniario, ou de simples consideração ao burel de um capuchinho.

Não vos illudais, senhores. Em assumpto de popularidade, de homens dedicados á causa popular a experiencia está feita: e sou tentado a dizer-vos, como o francez H. Beyle: . . . *J'invite à se méfier de tout le monde, même de moi*. . . . Aconselho-vos que desconfieis de todo mundo, até de mim mesmo. Confiai sómente em vós, que releva levantardes a fronte, nos vossos esforços, que é mister multiplicar, no vosso proprio character, que é preciso reformar.

O municipio da Escada, e como elle, a provincia, e como a provincia, o paiz inteiro, aneia pela vinda de qualquer grande acontecimento. Não sei qual elle seja, mas elle ha de vir.

Não sou judeu para crer no Messias, nem tenho a ingenuidade dos primitivos christãos para acreditar na *parousia*; mas sou philosopho em confiar nas leis da historia, que regulam o destino dos povos; e essas hão de tambem cumprir-se entre nós. Os cometas não percorrem uma mesma orbita, e as nações não seguem um mesmo caminho. Do paiz em geral se ergue como que um

sussurro de imprecações e lamentos ; é o naufrago que se approxima. Nada de bater nos peitos, nem de pedir misericordia. Ninguém nos soccorrerá, se o soccorro não vier de nós mesmos. Abramos mão de nossos prejuizos, de nossas reservas, de nossos temores e sejamos um povo livre.

Sim, meus senhores, é a liberdade que nos falta ; não aquella que se exerce em falar, bradar, cuspir e macular o proximo, porque esta temol-a de sobra, mas aquella que se traduz em actos dignos e meritorios. Informa-nos escriptor competente que no portico da nova casa do parlamento allemão existe, entre outros, o retrato de um celebre deputado liberal, Carlos Mathy, debaixo do qual se leem as seguintes palavras suas : *A liberdade é o preço da victoria, que adquirimos sobre nós mesmos.* E' esta, senhores, que deve provocar os nossos anhelos, é desta que carecemos : o preço da victoria adquirida, não tanto sobre um governo malefico e execravel, como antes sobre nós mesmos, sobre os nossos desvarios, e a nossa facilidade em deixarmo-nos intimidar, ou seduzir, pela tentação dos seus demonios.

Entretanto, eu tenho, neste sentido, sombrias apprehensões. Talvez já seja tarde para conseguil-o. Notai bem : tarde, e não cedo. Não pertenco á escola dos theoreticos pacientes, que julgam o povo ainda não maduro para a liberdade. Como se fosse possivel aprender a nadar sem metter-se dentro da agua, ou aprender a

equitação, sem montar a cavallo! Dislates iguaes aos dos que querem que o povo passe por um tirocinio da liberdade, sem aliás exercel-a.

O que me causa apprehensões, é o contrario disto. Receio que comnosco succeda, o que se deu com a mais robusta incarnação do bysantinismo moderno: o imperio de Napoleão III.

Este infeliz regimen teve duas phases: uma de marcha em linha recta, na senda do despotismo, sem transigir, nem tergiversar, foi a época da ascensão ao seu apogeu; outra de decadencia e enfraquecimento, foi a época das concessões e tentativas liberaes, que durou até a queda final do imperio e o desastre da nação.

De 1852 a novembro de 1860, que é a data do primeiro decreto, onde o despotismo dignou-se de encurtar o diametro, e dahi, de concessão em concessão, isto é, de fraqueza em fraqueza, até 1870, quero dizer até Sedan!... Similhante factó, senhores, confirma a seguinte verdade: que qualquer governo corre o risco de cair, quando mente aos seus principios e torna-se incoherente, assim como, que uma nação, por força do absolutismo, pode chegar ao estado de incapacidade para um regimen livre. Desconfio que o nosso *Libertas quae sera tamen*... será de todo inutil. O Brasil já faz a impressão de um menino de cabellos brancos. Estamos estragados. Quando aprouver ao imperador conceder-nos um pouco mais de ar, não será fóra de tempo, não estará

já tudo perdido, até mesmo a honra? Tenho medo !... Nem ha razão para estranhardes o parallelo. Se existe alguma differença, é só de desvantagem para o nosso lado. Poucos annos antes da queda do segundo imperio, dizia delle um pensador politico da Allemanha, que sem embargo da constituição, sem embargo de um senado e corpo legislativo, o que tudo não passava de machinismo *bureaucratico*, o governo napoleonico não era mais do que um puro absolutismo, *temperado pelo temor das bombas de Orsini*.

Muito bem. O escriptor disse a verdade, não porém toda a verdade. Não era sómente o temor das bombas de Orsini que temperava o governo de Napoleão, o qual se podéra chamar *o socialismo no throno*. Era tambem o amor das classes necessitadas, a continua attenção aos interesses do quarto estado, ponto este que sempre constituiu o pensamento director do novo bonapartismo.

Sim, o governo absoluto de Napoleão era ainda temperado pelas *sociétés de secours mutuels*, pelas *cités ouvrières*, pela *société industrielle* de Mulhouse ; era ainda temperado pelos *fourneaux* do principe imperial, que forneciam comida aos trabalhadores por baratissimo preço, pelos banhos gratuitos da capital, pelo *grand café Parisien*, levantado á porta de S. Martin, confinando com os quarteirões dos operarios, no qual o homem pobre por poucos soldos, á luz de candelabros e num divan de velludo, podia tomar o seu *petit verre*. Entretanto, nós

outros que é que temos? Também um puro absolutismo apenas, porém, temperado... pela *Batalha de Avahy*, pela *Fosca*, pela bancarrota do Estado, pela corrupção dos ministros, pela *miseria* do povo e as *viagens* do rei. Ou será que vós, ao menos vós, cidadãos da Escada, tendes motivos de vos julgardes felizes? Vós que difficilmente adquiris o pão quotidiano, com o suor do vosso rosto, vós a quem é applicavel, bem como á maioria do paiz, o que uma vez disse Gladstone de sua Inglaterra: Em nove casos de dez, a vida não é mais do que um *combate pela existencia*?! E que combate! Um combate com a natureza, que não raro se vos mostra cruel; um combate com a sociedade, que se vos oppõe não menos madrasta; um combate com o capital, que vos olha desconfiado e não se digna de animar-vos; um combate com o Estado, que multiplica os impostos, augmenta as difficuldades, toma as vistas do futuro; e desta quadrupla luta é que têm de sahir os meios de viver e educar os vossos filhos!!... Eu não sou socialista; não engrosso o numero dos que cuidam poder, com um traço de penna, extinguir os males humanos, quasi irremediaveis. Mas tambem não faço côro com a escola de Manchester: não penso que a pobreza é sempre o castigo da preguiça economica, e que, como tal, qualquer medida de soccorro ou allivio para ella, importa premiar os inertes e preguiçosos. Alto e bom som se diz que a Escada é riquissima, que é um dos

mais ricos municipios da provincia. Quero crer que seja assim. Porém não é estranhavel que, sendo o municipio tão abastado, offereçam aliás os habitantes da cidade, por este lado, aspecto pouco lisongeiro? Para as vinte mil cabeças da população do termo, esta cidade contribue com tres mil, pouco mais ou menos. Sobre estas tres mil almas, ou melhor, sobre estes tres mil ventres, é probabilissimo o seguinte calculo :

90 por cento de necessitados, quasi indigentes.

7 por cento dos que vivem soffrivelmente.

1  $\frac{1}{2}$  por cento dos que vivem bem.

1  $\frac{1}{2}$  por cento de ricos em relação.

---

100

Similhante quadro, que póde peccar por excesso de côr de rosa, não é todavia apto para dar do nosso estado economico outra idéa, senão a de um pauperismo medonho, quando muito, moderado pela esperança de uma *sorte* de loteria. Nesta triste conjunctura, que faz o Estado, que faz a provincia, que faz a communa, em favor da população, para diminuir-lhe os obstaculos e facilitar-lhe o trabalho? Nada mais nem menos do que sobre o costado da besta, já cahida de fadiga, arrumar mais alguns kilos, afim de ajudal-a a erguer-se. O Estado e a provincia sugam annualmente deste municipio, sem falar de outros canaes, e só do

que corre pelas duas collectorias, de 25 a 30 contos de réis. Eis o que vai no refluxo. Vejamos agora o que vem no fluxo; 10 por cento dessa quantia, que se gasta com a magra instrucção publica; 15 por cento, com a justiça e seus appendices; 20 por cento, com a policia; 1 a 2 por cento, com o artigo — religião; e o resto, a saber, mais da metade, vai perder-se em outras plagas, sendo ainda para notar que as despezas com a policia local são as unicas que trazem um resultado pratico e sensível, pois que o cidadão em muitas occasiões recebe no lombo a benefica pancada do *refle*. Por sua vez a municipalidade exercita, com o mesmo zelo, as suas funcções exaurientes, e não se sabe em ultima analyse, em que se emprega a sua receita. Por toda parte, pois, e sob todos os pontos de vista os mesmos symptomas morbidos, as mesmas ancias, a mesma angustia. As consciencias como que perderam o centro de gravidade moral e balançam-se inquietas em busca de um apoio. A instrucção é quasi nulla, á medida que tambem é nullo o gosto de se instruir; e temos em casa o exemplo. Acabais de ouvir que o dispendio feito com as escolas desta cidade é muito inferior ao que se faz com a policia: signal evidente de atraso intellectual. Não se limita a isso. Segundo a opinião de competentes, a proporção regular entre o numero de habitantes de um lugar e o das pessoas que devem frequentar a escola é de 12 a 15 por cento, se esse lugar quer ter o titulo de

adiantado. Ora, dos tres mil espiritos, que dissemos haver aqui dentro, 4 por cento e alguns quebrados é que se encontra realmente de frequencia em cinco casas de instrucção que existem, sendo sómente 7 por cento o numero dos matriculados ! ... Vê-se pois que ainda entre nós ha uma certa má suspeita contra a arte *diabolica* de ler e escrever, para servir-me da ironica expressão do italiano Aristides Gabelli. Juntai esses aos demais phenomenos da nossa decadencia.

O *Club Popular Escadense*, meus senhores, não nutre a pretensão, que seria ridicula, de vir levantar um dique de resistencia contra a corrente de tantos males, cujo ligeiro esboço acabo de fazer; mas tem o intuito de inculcar no povo desta localidade um mais vivo sentimento do seu valor, de despertar-lhe a indignação contra os oppressores e o enthusiasmo pelos opprimidos. E ha momentos, já disse com razão alguém, ha momentos, em que o enthusiasmo tambem tem o direito de resolver questões...

Tenho concluido. (1)

---

(1) Este discurso é de 1877.

## IX

### Manifestação ao Dr. J. Mariano

---

MEUS SENHORES. — Não sei se bem comprehendo o intuito da vossa festa : não sei se descubro ao longe o alvo que tendes em mira. Como quer, porém, que seja, desde que se trata de uma festa popular, que importa a consagração de um justo renome, pelo culto devotado a um homem de grande merito, apresentando-me entre vós eu não faço mais do que ceder ao pendor natural que me faz abraçar todas as causas, onde sinto palpitar o coração do povo. E sabendo como sei que a causa precipua é nobre, eu que ha muito já troquei a bluzza do poeta pelo casacão do philosopho, e como tal, não crendo nas finalidades da natureza, descreio tambem do valor das finalidades sociaes, não me dei ao trabalho de

reflectir previamente que effeitos de ordem moral ou de ordem politica podem resultar deste ruido de enthusiasmo, deste bater de azas invisiveis, com o qual vem misturar-se, como uma nota dissona, minha palavra selvagem. Não me dei ao trabalho de ponderar, por um lado, as susceptibilidades feridas, os desgostos acordados, os despeitos enfurecidos, e, por outro lado, a sorte que me possa aguardar, pela ousada extravagancia de acceder tão de bom grado ao vosso convite, maximé por ser eu um representante da provincia e não dever dest'arte violar uma das regras sacrosantas da pragmatica dos partidos, que é o deputado divorciar-se inteiramente do povo e dar com o pé na escada por onde subiu...

Não reflecti, não ponderei nada disto. Bem sei, meus senhores, que o liberalismo entre nós, o liberalismo de salão, que tem suas cerimoniaes e etiquetas de baile, não tolera de boa vontade estas manifestações da praça publica.

Não se distinguindo em cousa alguma pela divisa do seculo, que é o talento de ousar, o liberalismo corrente do nosso tempo, é um trabalho que cança, é um mister que fatiga, sobretudo se se attende que elle se move dentro de formulas economico-mercantis e escreve a sua vida por partidas dobradas.

Mas eu ainda não cancei de ser liberal, o que vale dizer que ainda não cancei de crer na realidade de uma força superior que nos descobre um mundo melhor, que nos impelle para elle; ainda me não senti obrigado a

ajoelhar-me diante dos idolos e pedir perdão da minha virtude, a unica, talvez, de que me posso lisongear, a virtude de poder pensar no povo sem pensar no rei, estes dous conceitos que para mim serão sempre os dous termos de uma antinomia do sentimento, mil vezes mais inconciliavel que as antinomias da razão. Qualquer que seja o tédio que me inspira o espectaculo das cousas, não cheguei ainda áquelle estado, que produz o desgosto da vida, o estado de incapacidade para crear um ideal. Dahi a espontaneidade, com que me associo a todas as emoções populares ; dahi o impeto irresistivel que me faz sorver na taça da liberdade, essa feiticeira de todos os tempos, o esquecimento de mim mesmo, o desprezo do perigo, a paixão do desconhecido, o enthusiasmo do heroismo e talvez tambem um pouco de ingenuidade por chegar a capacitar-me que estas acções do povo tem sempre alguma influencia no animo dos poderosos... A realidade é que a marcha sinistra e tortuosa, que ha levado até hoje o governo do paiz, apenas nos tem deixado como unica liberdade consoladora, como unico favor da sua longanimidade o direito infecundo de falar, de esvair-nos em palavras, o que é tão pouco effizaz para combater os nossos males, quão pouco effizaz seria, para causar dor no coração de um despota, morder raivosa e loucamente no bronze de sua estatua...

Qualquer que seja o sentido que se ligue a esta manifestação, qualquer que seja o valor e alcance

politico que se lhe dê, a physionomia moral que se lhe imprima; ou se tenha como um facto, ainda que não commum, todavia natural e logico, não da logica vulgar, mas da logica do coração, por ser a expressão adequada de um sentimento alto e nobilitante; ou ao contrario, e de accordo com os principios da velha *sciencia da vida*, que ensina a fazer da submissão e da baixeza uma especie de ingrediente para a felicidade, se considere tudo isto como extemporaneo, inconveniente e prejudicial; em uma palavra, senhores: ou o murmuro da vossa festa vá soar aos ouvidos do poder, como um grito de enthusiasmo innocente, ou como um grito de rebeldia, como um rugido de prazer ou como um rugido de colera; eu vos declaro: não tenho tempo de pensar no perigo, só tenho tempo de pensar na gloria; commungo na vossa mesa, associo-me a vós, estou convosco! . .

Felizmente não se trata, é bom dizel-o em honra vossa, de render um preito ceremonial, e apenas recommendado pelo ritual do partido, a um desses campeões da boa dita, *honny soit qui mal y pense*, cavalleiros do successo que pelos feitiços da fada, isto é, pelas artes da politica, acordaram uma manhan e encontraram-se celebres. Sim, não se trata de juncar de flores o caminho, por onde tem de passar um favorito de Cesar. Mas isto não é tudo, nem isto só seria capaz de dar ao vosso festim a côr historica de um acontecimento, a côr poetica de uma grande obra. O que aqui mais importa

observar e fazer subir á tona da consciencia, é que vós não vos propondes mesmo pagar tributos de admiração vulgar a um deputado pernambucano, simplesmente como tal, a um membro da chamada representação nacional, a um daquelles muitos sacerdotes da theologia constitucional, da metaphysica parlamentar, por cujo encanto, ao proferir palavras santas de misera condescendencia, o *vinho transforma-se em sangue*, isto é, *os ministros da corôa se convertem de repente em ministros da nação*. Não, meus senhores, vosso intuito é mais elevado. Como todas as grandes revelações do espirito popular, tambem esta encerra a sua particula divina, a sua porção de idéal, que eu me permitto extrahir e resumir assim: Estais sem duvida pagando uma divida de justo reconhecimento para com o moço impavido, uma das mais bellas encarnações do *justum et tenacem propositi virum* — sonhado pelo poeta; rendendo um preito de gratidão ao vosso representante, sim, mas a um que já o era de direito, antes de sel-o de facto, pois ha realmente épocas cheias de lutas a sustentar e de questões a resolver, que nomeiam por si mesmas os seus dignos combatentes: a época actual em Pernambuco é uma dellas, e José Mariano é o seu legitimo interprete. O sentido desta solemnidade não é, pois, queimar algumas bagas de barato incenso diante do idolo de um povo, ou de uma classe delle; não é *homologar*, por meio do enthusiasmo sincero de uma população avida e sedenta de acções heroicas,

os juizos encomiasticos da côrte, esse tumulo da nação, da côrte sempre suspeita de miseria, vilania e corrupção em qualquer gráo. O sentido de tudo isto é altamente moral: é a celebração do renascimento de uma raça de gigantes, que parecia extincta; o sentido de tudo isto é a *glorificação* de um character.

Meus senhores! Assim como em philosophia natural, o que se chama um *typo*, marca o ponto culminante do desenvolvimento morphologico da especie, da mesma fôrma em philosophia social, o que se chama um *character*, marca o ponto culminante do desenvolvimento historico de um povo... Mas que é ser um character? Digamol-o em poucas palavras.

Que um mesmo homem, nos diversos dominios de sua actividade, produza muita cousa significativa, não é um phenomeno sorprehendente, pelo contrario, á vista da riqueza da natureza humana, é um facto comprehensivel e facilmente explicavel, pela variedade dos dotes naturaes. Numa só pessoa assentam, como se ella para isso nascesse, diversas formas da vida, do mesmo modo que no actor uma multidão de papeis. Todo homem possui em sua phantasia um Proteu interior, que se transforma a cada passo, que a cada passo toma feições differentes. Esta é a lei commum. Mas tambem contra esta lei de mutabilidade indefinita, contra esta capacidade de transformação, este talento diplomatico da natureza humana, ha espiritos que reagem, não sei se por um privilegio

especial, ou por esforço proprio, e tomando nas mãos, por assim dizer, todos os raios esparsos da actividade sem destino, os concentram em um só ponto, e os dirigem a um só fim. São espiritos que se restringem, naturezas que se simplificam, e de uma simplicidade, que até ás vezes nos parece uniformidade monotona. Mas uma tal uniformidade é potente e grandiosa; em semelhantes naturezas toda a riqueza espiritual se converte na firmeza e energia de *uma convicção*. São espiritos, em summa, para quem toda a philosophia humana é philosophia da vontade; para elles a vida da alma não começa por um acto de pensar, mas por um acto de querer, e em cada um de seus actos elles parecem dizer: o que eu não sou por mim mesmo, eu não o sou; eu sou sómente aquillo que pratico; e d'est'arte para elles até a propria liberdade não é tanto um estado natural, um dom do céu, um presente dos deuses, como antes e sobretudo um resultado do trabalho, um producto, uma obra, uma conquista do homem. Eis ahí o que é o character, esse grande fecundador das capacidades humanas, alguma cousa de semelhante a aquelle fiel servo da parabola de Jesus, que faz render os talentos, que lhe foram confiados; o character, que é uma força, que é fonte de toda a honradez, e com a honradez a sinceridade, e com a sinceridade até a aptitude ao martyrio, a disposição ao sacrificio.

Traçando assim, meus senhores, uma especie de ideal do homem de bem, eu não faço mais do que

tirar os proprios traços da sympathica figura do moço pernambucano. E' elle mesmo que me fornece esta medida accommodada ao tamanho dos grandes homens: é elle mesmo, sim, com a sua vontade de uma só peça, com a sua fé inabalavel, com a sua *personalidade cerrada*, inaccessible, como um barbaro, aos calculos da prudencia, mas tambem inaccessible, como um heroe, ás suggestões do poder. E tal acaba de mostrar-se no combate vigoroso em que se empenhou, e do qual não é pequeno resultado a consciencia do dever cumprido.

Entretanto aqui acode-me uma ponderação relevante; — vós sabeis, senhores, como o bello procedimento do illustre representante de Pernambuco, de quem hoje se pôde dizer que *se esperava tudo mas não se esperava tanto*, como a sua attitude parlamentar, ainda que admiravel e bonita, e talvez que mesmo por ser bonita e admiravel, tem suscitado, ao lado da grande corrente da opinião applausiva, uma pequena corrente de opinião desaccorde, quer na direcção do enthusiasmo, quer no modo de julgar e apreciar a efficacia da cousa a *conveniencia* do acto; — opinando os que se pretendem mais sensatos, os politicos de officio, que no porte de Mariano um pouco mais de reserva, um pouco mais de attenção aos interesses communs do partido não teria sido máo. *Não teria sido máo!*... É assim que se exprimem negativa, indirectamente por faltar-lhes a coragem de affirmar positivamente... que *teria sido bom*.

Mas isso será exacto? Será exacto que Mariano foi além do que lhe impunham os seus deveres de politico? Terá elle por ventura, desconhecendo a velha verdade que o homem não tem sempre bastante força para seguir toda a sua razão, violado a regra de conducta, ou antes a lei social, pela qual todo aquelle, que quer trabalhar e influir de um modo efficaz, deve aprender a subordinar-se, a servir aos grandes partidos, dentro dos quaes se executa o processo da historia?! .. Será isto exacto? Não de certo. A intransigencia dos caracteres torna-se dureza e asperidade reprovavel, quando elles, *unquibus et rostro*, loucamente agarrados ao seu proposito, querem ser invariaveis, não obstante haver variado a face das cousas; querem permanecer immutaveis, a despeito de ter-se mudado a posição do mundo. Porém no caso vertente, onde é que isto se dava? Na desintelligencia do moço deputado com um ministro arrogante, onde é que estava empenhada a salvação do partido, para que fosse preciso, indeclinavelmente preciso, Mariano ceder e recuar?

Ah! meus senhores, eu não tinha necessidade de juntar mais esta parcella á minha somma de experiencias, ao meu já tão crescido capital de decepções, sobre o que são, sobre o que valem os liberaes, eu digo, os liberaes *officiaes* da nossa terra. Mas ainda me deixo tomar de admiração e de espanto, em presença de factos de tal ordem, diante deste e de tantos outros documentos de

pobreza do liberalismo em acção. Quando a baixeza é um meio de subir e engrandecer, naturalmente a independência torna-se um crime. E é isto, ao certo, o que se dá em relação aos calmos e prudentes juizes do acto de José Mariano: não estão no caso de comprehender um procedimento, que destôa do modo commum de contemporisar e obedecer.

Houve um tempo, senhores, em que sómente o homem honesto podia ser e dizer-se liberal. Foi naquelles turbidos dias, em que o simples riso de desdem sobre a marcha dos negocios publicos era um motivo de parecer suspeito aos governos. Hoje, porém, a cousa é diversa. Hoje é liberal todo aquelle que sabe especular com felicidade. O liberalismo tornou-se um *artigo da moda*, um *costume do dia*, um *objecto de negocio*. D'ahi a singularidade, para não dizer a impudencia, com que se renega no parlamento o que se proclamou nas ruas; d'ahi o triste espectáculo da morte dos caracteres, do abatimento dos espiritos, que não ousam ser o que são, que se envergonham do seu passado, para se deixarem arrastar pelo caminho das conveniencias. E nada existe com effeito, de mais contristador: o partido liberal, que se adorna de grandes promessas, que se alimenta de esperanças, que vive sempre *com os seus navios de velas desfraldadas á espera de vento, que nos conduza ao paiz da felicidade*, quando as occasiões levantam-se bellas e opportunas, quando os ventos sopram favoraveis, tem

medo de se fazer ao mar, e recúa espavorido diante dos seus proprios designios!... Nada existe realmente de mais ridiculo e humilhante do que vel-os, com todos os seus gestos de grandeza e phrases de altivez, curvarem-se resignados ao mando de *quem mais pôde*, elles, *pobres* liberaes, reproducções photographicas do retrato de Polonio, o fiel companheiro de Hamlet, no celebre drama de Shakespeare. Eis o caso: está o rei com o seu inseparavel, e trava-se entre ambos o seguinte colloquio:

Hamlet: — Vês lá em cima aquella nuvem que tem quasi a fórma de um camello?

Polonio: — Pelo céo, magestade! assimilha-se de de certo a um camello.

Hamlet: — Mas quer me parecer que é semelhante a uma doninha.

Polonio: — Realmente, tem as costas de uma doninha!

Hamlet: — Não: ella parece-me mais uma balêa.

Polonio: — Com effeito, magestade! E' toda como uma balêa!...

Ahi tendes a imagem do que se dá com os nossos homens, quero dizer, com os liberaes do dia. E' isto mesmo: a nuvem será doninha, ou balêa, conforme mais agradar ao capricho imperial. E' assim que, por exemplo, o rei dirá: a agricultura está morta, é preciso auxiliá-la, e elles acudirão: é verdade, a agricultura

está morta, carece de muito auxilio. Mas logo depois, o rei observará que não é tanto assim, que ha cousas mais importantes a auxiliar do que a agricultura: e todos dirão: é exacto; para que auxilio a agricultura? Como vêdes, pela bocca de Polonio exprimiu-se antecipadamente o liberalismo da nossa época. A figura comica do régio adulator é a sua mais perfeita encarnação.

Voltando ao centro do assumpto: fizestes bem, meus senhores! Illustres cavalheiros do *Monte Pio dos honorarios* e da *Associação Commercial*, fizestes muito bem em dar assim um testemunho de reconhecimento e admiração pela imponente attitude do vosso nobre provinciano. Esta festa é um symptoma da abundancia de sentimentos e affectos elevados, que ainda vigoram no seio deste povo. A acção, que assim praticais, não será destituida de proficuos resultados, ella é a faisca, de que talvez gerar-se-ha o grande incendio; não o incendio revolucionario e destruidor; eu não sou, não quero ser pregador de revolução; mas o incendio das grandes paixões sociaes, que é preciso que se inflammem por meio de taes espectaculos, e, ainda mais, por um exame de *consciencia politica*, pela confissão dos nossos erros, pela critica de nós mesmos. A indolencia, o abatimento de Pernambuco, é um phenomeno anomalo, que dá que fazer ao observador philosopho, como pôde dar que pensar ao naturalista o apagamento de um volcão.

Importa, pois, que vos reergais e reconquistéis os postos perdidos.

Agora a vós, geralmente a vós, brilhante porção do povo pernambucano, permiti que eu onse impor uma obrigação. A esta hora, em que exultais e ardeis de entusiasmo, talvez o nome de José Mariano já esteja registrado no *livro da condemnação*. E' mister, portanto, que contraíais aqui, neste momento solemne, um compromisso de homens de bem: que nunca, nunca deixal-o-heis ficar só. E contando com o vosso apoio, com o apoio dos vossos brios, o seu triumpho será sempre inevitavel. Se porém está escripto, *quod Deus avertat*, se está escripto no livro das nossas miserias, que tudo será inutil, e que a voz altiva do moço terá de perder-se na algazarra dos festins da immoralidade vencedora, como a voz angustiosa do naufrago no ruído do oceano, eu posso affirmar-o, e acreditai-me, senhores, José Mariano não curvará a frente. Quando tudo lhe falte, quando tudo o abandone, restar-lhe-ha sempre e sempre o instincto indomito de uma alma, para quem a macula moral do servilismo é o mal absoluto e irremediavel. Que a sociedade se estrague e role de queda em queda no abysmo da degradação, que os caracteres se apaguem, que a prostituição tome as vestes da dignidade, como Messalina a purpura de rainha; ainda uma vez vos affirmo: elle não aceita a derrota. Sentirá no seu coração o desprezo da ignominia, e

este sentimento far-lhe-ha as vezes de victoria; continuará a fortificar-se no exemplo dos heróes, e abraçando a estatua dos deuses immortaes, o dever, o pudor, a justiça, adjural-os-ha para que vinguem o seu poder desconhecido !... (1)

---

(1) Este discurso foi, em 1879, pronunciado n'uma manifestação popular feita ao Dr. José Mariano, deputado por Pernambuco, de volta á sua provincia. (N. de S. R.)

X

A Carlos Gomes

---

MEUS SENHORES!—Já houve quem dissesse que as musas não eram sómente as *nove* conhecidas, porém havia uma outra, e a mais importante de todas, que era a *saude*.

Esta decima, esta outra musa não me inspira na hora presente.

E' meu dever declarar-o; e sirva isto, ao mesmo tempo, de preliminar e de desculpa.

Confesso achar-me collocado em um tal ou qual embaraço.

Ainda uma festa, depois de tantas outras, como tributo de admiração ao componista brasileiro!

O vocabulario dos predicados pomposos, o thesouro dos epithetos ornantes está esgotado; que posso mais dizer?

Creio que nada.

E todavia sinto-me obrigado a satisfazer o encargo, que me foi commettido e que eu aceitei, de tambem aqui apparecer e falar. Mas falar o que?

E' a grande questão; pois não se trata mais de entoar um hymno ao merito do *maestro*, e tão pouco de lhe prometter, em nome do futuro, que muitas vezes não passa de um *tempo do verbo* na grammatica, ou de uma simples *esperança messianica* na eschatologia dos povos modernos, um sem numero de monumentos mais duradoiros que o bronze,...

Não se trata de repetir, pela millesima vez, que Carlos Gomes é um genio e suas obras outras tantas revelações do espirito nacional. Tudo isto está dito.

Insistir sobre este assumpto, variar sobre este thema, que já se tornou vulgar, com o concurso mesmo de novas flores e novas palmas, é uma especie de pleonasmo esthetico. Entretanto, apresso-me em pedir que não se me traduza ao pé da letra.

Ainda que eu tivesse as melhores idéas a oppor ao frenesi provocado pela presença do *maestro*, seria, ao certo, fazer acto de desazo, quando não de criminosa incivildade, querer temperar o vinho que transborda da taça dos outros com a agua da minha taça.

Mais do que uma incivildade, seria até uma tolice; e posto que eu seja daquelles que, em collisão de tolices, antes querem *pratical-as* do que *dizel-as*, não cahiria na fraqueza de praticar uma tal.

Bem pôde parecer, pela maneira de me exprimir, que me acho num estado de *anesthesia intellectual* em relação aos motivos que determinam presentemente o arroubo popular. Nada, porém, de mais erroneo.

Ninguém comprehende melhor do que eu a significação e importancia dos applausos derramados sobre a cabeça do illustre componista, como tambem, mais do que eu, não ha quem sinta a necessidade de ver a nação inteira, esta grande aguia, que vive aliás em perpetuo chôco, reunnir-se no pensamento de uma gloria commum, qual é a posse de uma notabilidade artistica, e deste modo manifestar-se ao mundo debaixo de outra fôrma, que não a de um simples *conceito geographico*, e por alguma cousa de mais do que gestos e attitudes de uma superioridade, que ella de facto não tem.

Eu sei que difficilmente pôde agradar aos patriotas de *bon aloi*, quem não está pelos seus adjectivos e pelas suas interjeições.

Mas nem por isso me julgo com direito ao *monstrari digito* como um pyrrhónico e um pessimista intolerante.

Contenho-me dentro dos justos limites.

A moderação tambem entra no reino do enthusiasmo.

Neste sentido, subscrevo de bom grado as palavras do notavel italiano Francesco de Sanctis:—Non conosco arma piú violenta che la moderazione del linguaggio

accompagnata con la buona fede: ne nasce una persuasione irresistibile. — Uma verdade pois, falada ou escripta, uma só verdade, moderadamente expressa, é muito mais honrosa para o nosso componista do que cincoenta mentiras dithyrambicamente cantadas.

Meus Senhores! — Lembro-me de ter lido na *Emilia Galotti*, de Lessing, as seguintes profundas palavras, que o poeta collocou na bocca do principe conversando com o pintor: « Vós bem sabeis, Conti, que o maior louvor que podemos tecer a um artista, é esquecermo-nos delle, absorvidos pela contemplação da sua obra. »

Quero crer que estas palavras encerram um principio verdadeiro, porém, ao certo, de difficil applicação.

Quem seria capaz de se deixar sempre medir por semelhante bitola?

Se o maior elogio que se fizesse ao artista consistisse justamente em não pensar na sua pessoa, por amor da sua obra, podia-se então assegurar que o *maestro* brasileiro não foi até aqui sufficientemente elogiado, pois ninguem ainda se esqueceu delle, para só se recordar dos seus trabalhos.

Mas eu aceito a rigorosa verdade expressa pelo celebre prognono da litteratura allemã. E' uma medida talhada para tomar o tamanho de gigantes.

Tanto melhor. Quero applical-a ao nosso componista.

Depois de mil preitos rendidos a sua pessoa, chegou tambem o momento de esquecermo-nos della, sómente para prestar homenagem a uma das suas grandes obras. Mas vêde bem: esta obra não é nenhuma das suas brilhantes composições musicaes; é um producto muito mais brilhante, porque é um acto humanitario, porque é a liberdade, em seu nome e por sua causa, restituída a dous infelizes.

Aqui e agora é que comprehendo a exactidão, com que um escriptor dos nossos dias, Carl Fuchs, em seu interessante opusculo — *Virtuose und Dilettante*, pode dizer que ha na musica *alguma cousa que não se ouve*. Perfeitamente. Esta alguma cousa, que não se ouve, acabo de comprehendel-o, é o bem que a musica nos faz; mais ainda do que isso, é o bem que ella nos obriga a fazer aos outros.

Eis o caso; e o caso é comvosco, *maestro*. Tendes tido toda especie de triumphos. Se tudo que Pernambuco já havia até hoje feito para vos glorificar não correspondia exactamente ao merecimento do artista, ao menos é innegavel que chegava para satisfazer a vaidade do homem.

Nesta conjunctura, um grande porção da classe commercial do Recife, por uma feliz inspiração, entendeu que devia pôr o individuo, com todos os seus triumphos, com todas as suas glorias, a serviço da humanidade; e vós que até o presente tinheis sido o objecto

supremo do enthusiasmo geral, vos convertestes em pretexto e occasião de um acto generoso.

E não ha duvida que servir de motivo, prestar-se como meio para a pratica de uma nobre acção, é mil vezes mais glorioso do que *ser alvo* de quantas manifestações se inventem para festejar o talento de um homem.

Permitti, illustre Sr. Carlos Gomes, que vos diga uma verdade. A deusa da verdade não costuma pintar o rosto, nem usa de véo. Mais oito ou dez gerações, e as vossas musicas, hoje tão apreciadas, ninguem mais cantal-as-ha. Posso affirmal-o em nome do progresso e da cultura humana. Mas este quadro, como quaesquer outros semelhantes, que se executem por vossa causa, nunca será esquecido. O ruído dos applausos e ovações, que suscitais, talvez não chegue nem siquer á altura em que as aguias vôam, e muito menos áquella em que se diz que os anjos cantam; porém bem alto, aos ouvidos do grande *alguem*, se é que lá existe *alguem* que nos observa, chegarão as bençãos emanadas dos labios e do coração destes pobres entes, que por amor de vós acabam de ser libertados e entregues á sociedade, que anciosa e agradecida os espera. (1)

---

(1) Este discurso foi pronunciado aos 10 de julho de 1882 n'uma festa dada em honra a Carlos Gomes, festa na qual se libertaram duas crianças escravas.

## XI

### Idéa do direito

(Collação de gráo na Faculdade do Recife)

---

SENHORES DOUTORES:—O discurso, que nesta occasião me incumbe proferir, tem traçada nos *Estatutos* a formula do seu preparo.

E' um discurso congratulatorio, é uma cousa muito simples, até onde pôde chegar a simplicidade de uma combinação binaria de estereotypos prolfanças pelo resultado feliz dos vossos esforços, e de velhas considerações, ja difficeis de classificar em uma ordem de idéas serias, sobre a importancia do gráo que acabais de receber e o uso que na sociedade deveis de fazer das vossas lettras.

Como vêdes, é uma questão de *ritual* e eu tenho obrigação de me cingir a elle.

Não seria pois de estranhar que me limitasse a dizer: eu vos felicito, Srs. doutores; a importancia do gráo, que vos foi conferido, medí-a pela magnitude dos esforços que elle vos custou, e o uso que tendes a fazer das vossas lettras, determinai-o vós mesmos, segundo os impetos do vosso talento e as inspirações do vosso character.

Não seria de estranhar, que a isto me limitasse, e dêsse então por findo o meu discurso. Nem haveria razão para se me accusar de esterilmente conciso, por excesso do respeito a uma disposição de lei.

Mas, Srs. doutores, eu creio que na propria mente do legislador nunca repousou similhante idéa, a idéa singular de serem todos aquelles, que se acham encarregados da honrosa missão que hoje me cabe, sempre condemnados a entoar o mesmo hymno, a recitar o mesmo epithalamio, por esta especie de *noivado scientifico*, como diria um romantico de antiga data, em uma palavra. condemnados a repetir em *estyllo de brinde*, as mesmas phrases consagradas, para accentuar a importancia de um facto que ninguem contesta, e o verdadeiro uso de um titulo que todo o mundo sabe qual seja.

Não, Srs. doutores, não foi, nem podia ser, este o intuito do legislador.

Eu o creio firmemente.

E de accordo com esta crença, arrastado pelo espirito da época, em nome das novas idéas, que vóam

de outros mundos, e, bom grado ou mau grado nosso, hão de encontrar agasalho em nossas cabeças, julgo tambem aqui dever exercer uma funcção superior ao modesto papel ecclesiastico de um *mestre de ceremonias*.

A occasião é solemne, sim; mas justamente por isso ella abre caminho a alguma cousa de menos vulgar do que uma felicitação, a alguma cousa de mais elevado mesmo do que o grão que recebestes; é a defesa da sciencia que professamos, e em que acabais de ser doutorados, a defesa que lhe devemos, em relação ao juizo desfavoravel que della actualmente se forma, em relação aos ataques, de que ella é alvo, sem excluir todavia a confissão dos seus defeitos e a critica dos seus desvios.

Na presente conjunctura, bem quer me parecer que nenhum assumpto melhor prestar-se-hia a formar o conteúdo da minha allocução, nem eu poderia achar um modo mais apropriado de congratular-me convosco.

Se porém estou enganado, antecipo-me em pedir desculpa do que possa o meu discurso conter, não por certo de anomalo e inconveniente, mas por ventura de excentrico e inadequado ás circumstancias do momento.

Estretanto, permitti-me uma leve observação.

Ainda hoje, Srs. doutores, nas bibliothecas de velhos claustros encontram-se palimpsestos, onde se vê, por cima, desenhada a historia de um thaumaturgo, a historia de um santo miraculoso, que morreu de penitencia e maceração,

ao passo que, por baixo, sorriem serenos os bellos versos da *Ars amandi* de Ovidio; onde apparece, na parte superior, um breviario, cheio de melancolia, repleto de adoração, e, na parte inferior, uma comedia aristophanica; em cima, depara-se-nos o orgão, que acompanha o *de profundis*, e logo em baixo o velho Anacreonte, seduzindo lindas moças; em cima, traçam-se as regras da grande arte de torturar hereges, e em baixo um velho pagão explica o capitulo do amor platónico... Ora, pois, Srs. doutores: seria acaso para censurar que minhas palavras produzissem uma impressão similhante?

E' um discurso de *duas vistas*, se assim posso dizer, um palimpsesto, se quizerem: por um lado, o comprimento exacto de um sacro programma de festa, mas tambem, por outro lado, alguma cousa de mais profano, que fica fóra do horisonte de uma solemnidade academica; por um lado, a face calma de um espirito submisso, que por amor da ordem, por amor da disciplina, não duvidaria curvar-se para reconhecer e confessar de joelhos a immobildade da terra, ou o progresso dos nossos estudos, mas tambem, por outro lado, a feição turbulenta de um rebelde intransigente, que não hesita em proferir o seu — *eppure se muove* — e dizer ao mundo inteiro: — nós estamos atrazados.

Não vos espanteis; começemos pelo principio.

Nos dias que atravessamos, a esta hora do nosso desenvolvimento, quem, como vós, Srs. doutores, mesmo

á custa de trabalho e sacrificio, é graduado em sciencias juridicas e sociaes, vê-se assaltado, como Dante em frente da loba, por uma questão sombria e importuna.

E' a seguinte: existe realmente, temos nós realmente um grupo de sciencias de tal natureza? Em face do avanço immenso, que levam todos os outros ramos de conhecimentos humanos, não sôa como uma ironia falar de uma sciencia juridica, falar de uma sciencia social, quando nem uma nem outra estão no caso de satisfazer as exigencias de um verdadeiro systema scientifico? A questão é séria, Srs. doutores, e tão séria, que a mesma consciencia, a mais lucida consciencia do proprio merecimento, deixa-se absorver e apagar pelo sentimento da dubiedade do titulo que se recebe.

Não ha negal-o, isto é um facto incontestavel.

Mas onde buscar a causa desse facto? Qual o motivo da estreiteza e acanhamento de vistas que ainda se nota na intuição do direito, no modo de comprehendel-o e apreciar o? Qual a razão, em summa, porque a sciencia do direito corre o risco de ser classificada no meio dos expedientes grosseiros, de tornar-se uma sciencia puramente nominal, que pôde dar o pão, porém não dá honra a ninguem ou, como diz H. Post, uma irmã da theologia, que se limita a folhear o *Corpus juris*, como esta folhea a *biblia*? Existe ao certo uma razão; esta razão vem de mais alto. Nós vamos vel-a.

Ha no espirito scientifico, Srs. doutores, uma tendencia irresistivel para despir os phenomenos, o que vale dizer, para despir o mundo inteiro, que é um grande phenomeno collectivo, daquella roupagem poetica, em que a imaginação costuma involvel-os.

Assim ao antigo grego que ouvia gemer a dryade dos bosques, quando uma arvore tombava, a natureza devia mostrar-se incomparavelmente mais cheia de poesia do que ao homem de hoje, que trata de cultivar e conservar as florestas, segundo as leis da economia florestal e os principios da dendrologia.

E ainda que se possa lastimar, a muitos respeito, a *despoetisação* dos phenomenos naturaes, por meio da sciencia, comtudo não se deve esquecer que o dominio do homem sobre a mesma natureza só se tem reforçado e engrandecido na proporção, em que elle tambem tem cessado de olhar para ella com os olhos de poeta.

Bem póde muitas vezes o indagador sentir até confranger-se-lhe o coração, quando se vê obrigado a destruir bellas illusões e contribuir com as suas ruinas para uma mais clara intuição do mundo.

Neste trabalho elle póde até chegar ao ponto de arrepende-se da sua tarefa, quando applica os seus processos ao mais soberbo e grandioso espectaculo que a natureza desenrola aos nossos olhos, o espectaculo do céo da noite carregado de estrellas scintillantes, pois que a sciencia não tem medo de roubar ao proprio céo

a sua poesia e reduzir a pasmosa belleza do universo á cega mechanica das forças naturaes.

Mas não é licito reagir contra essa tendencia, que é característica do espirito scientifico, em cuja frente caminham a devastação e a morte.

Aqui está, Srs. doutores, o segredo do facto que lastimamos.

Quando o homem da sciencia actual cessou de afagar mais de uma illusão de antigos tempos; quando o homem da sciencia actual cessou de olhar, com os olhos de poeta para muita cousa do céo, e para muita cousa da terra, quando elle já não se demora nem mesmo, por exemplo, em contemplar a belleza da lua, diante da qual, com seus fulgores e seus desmaios, sente-se tentado a dizer: deixa-te de *coquettices*, eu te conheço, *carcassa*, e aos requebros e langores da estrella matutina, é bem capaz de redarguir sizudo: nem tanto, como pareces, pois que ficas preta, pequenina, insignificante, passando pelo disco do sol; em uma palavra, quando o homem da sciencia actual só pisa em terreno firme, e todavia póde viver como diz Tyndall, no meio de idéas, em presença das quaes desaparece a phantasia de Milton, o homem do direito, o homem da sciencia juridica parece que não sabe disso...

Tudo quebrou o primitivo involucro poetico; só o direito não quer sahir da sua casca mythologica.

A despeito de todas as conquistas da observação, a despeito de todos os desmentidos, que a experiencia

tem dado a velhas hypotheses e conjecturas phantasticas, para a sciencia juridica é como se nada existisse.

A concepção do direito, como entidade metaphysica, *sub specie aeterni*, anterior e superior á formação das sociedades, contemporaneo, portanto, dos *mam-mouths* e *megatherios*, quando aliás a verdade é que elle não vem de tão longê, e que a historia do fogo, a historia dos vasos culinarios, a historia da ceramica em geral, é muito mais antiga do que a historia do direito; essa concepção retrograda, que não pertence ao nosso tempo, continua a entorpecer-nos e esterilisar-nos.

Ahi está, Srs. doutores, o segredo do descredito em que cahiu a sciencia que cultivamos.

E' preciso levar a convicção ao animo dos opiniaticos.

Não se crava o ferro no amago do madeiro com uma só pancada de martello.

E' mister bater, bater cem vezes, e cem vezes repetir: o direito não é um filho do céu, é simplesmente um phenomeno historico, um producto cultural da humanidade. *Serpens nisi serpentem comederit, non fit draco*, a serpe que não devora a serpe, não se faz dragão; a força que não vence a força, não se faz direito; o direito é a força que matou a propria força.

Eu bem sei, Srs. doutores, quanto esta doutrina fere ouvidos pouco habituados a uma tal ordem de idéas.

Mas o que difficulta a sua comprehensão, é justamente a mesma circumstancia que torna difficil, *exempli*

*gratia*, comprehender o pensamento como attributo material, como função do cerebro. Quando se fala em materia, em vez de se pensar nas suas mais altas phenomenisações, em vez de se pensar, por exemplo, na materia de que o sol é feito, na materia de que é feito um lindo cravo, um rubro e fresco labio feminino, pensa-se ao contrario... num pedaço de pedra bruta, ou mesmo na lama que se tem debaixo dos pés; e realmente não é possível que a intelligencia resida em similhantes cousas...

Da mesma fórma quando se fala em *força*, em vez de se pensar no conceito capital de todas as sciencias, na idéa *genetrix* de toda a philosophia, pensa-se... numa *força de policia*, ás ordens de um delegado, cercando igrejas para fazer eleições; e então... quem pôde admittir que o direito seja isso?... Ora!... E' preciso que nos elevemos um pouco mais acima.

Assim como, de todos os modos possíveis de abreviar o caminho entre dous pontos dados, a linha recta é o melhor; assim como, de todos os modos imaginaveis de um corpo girar em torno de outro corpo, o circulo é o mais regular: assim tambem, de todos os modos possíveis de coexistencia humana, o direito é o melhor modo.

Tal é a concepção que está de accôrdo com a intuitção monistica do mundo. Perante a consciencia moderna, o direito é o *modus vivendi*, é a pacificação do

antagonismo das forças sociaes, da mesma fórma que, perante o telescópio moderno, os systemas planetarios são tratados de paz entre as estrellas.

Srs. doutores, na concisa e bella carta em resposta a que lhe dirigira o corpo docente desta Faculdade, o professor Holtzendorff nos disse que, se bem comprehendeu o seu amigo Bluntschli, este tivera em mente alguma cousa que elle podia designar pelo nome de *Cosmos* do direito e da moral.

Magnifica expressão !

Ha realmente um *Cosmos* do direito ; mas este, não menos do que o *Cosmos* physico, é um producto da lei do *fieri*, da lei do desenvolvimento continuo ; e assim como no mundo material é presumivel que exista apenas uma pequena parte, em que a materia já chegou ao seu estado de equilibrio, assim tambem no *Cosmos* do direito só ha uma parte diminuta, em que as forças se acham equilibradas, e não têm mais necessidade de lutar.

Olhada por este lado, apreciada deste ponto de vista, a sciencia do direito remoça e torna-se digna das nossas meditações.

Nem estas idéas são de todo estranhas.

A concepção monistica do direito já existia esboçada no pensamento de Vico.

Não é que eu opine com o *chauvinista* italiano, professor Bertrando Spaventa, para quem Vico é *il vero*

*precursore di tutta l'Allemagna*, mesmo porque poderia succeder que os allemães me provassem que tres quartos da riqueza de Vico provieram de Leibnitz; mas é certo que no autor da *scienza nuova*, que aliás já em muitos pontos se tornou *scienza vecchia*, houve como que uma prefiguração do jurista moderno, do jurista, como elle deve ser, indagador e philosopho, capaz de utilizar-se de tudo que serve a sua causa, desde as observações astronomicas de um barão du Prel, até as minudencias naturalisticas de um Charles Darwin.

→ E' sobre isto, Srs. doutores, que ousou de preferencia chamar a vossa attenção.

Convençamo-nos da necessidade de tomar outros caminhos. Para isso é mister *estudar*, como para isso é mister *ensinar*... Novo systema de estudos, novo systema de ensino.

Ernesto Renan disse uma vez que, pelos vicios do ensino superior, a França corria o perigo de tornar-se um *povo de redactores*, e quasi ao mesmo tempo Mark Pattison, chefe do partido reformista de Oxford, lastimava por sua vez que as Universidades da Inglaterra parecessem só querer produzir *escriptores de artigos de fundo*.

— Pois bem; é bom que confessemos: pelo systema que nos rege, nós não corremos risco, nem de uma, nem de outra cousa, porém de cousa peor: é de tornarmo-nos um povo de *advogados*, um povo de *chicanistas*,

de *fazedores de petição*, sem criterio, sem sciencia, sem ideal, pois que nos cabe em maior escala o que Rocco de Zerbi disse da sua Italia: *L'idealismo non ha presa in questo paese di avvocati.*

E aqui, Srs. doutores, não posso obstar a invasão da reminiscencia do seguinte *passus* historico.

Era no anno de 1559. Occupava a cadeira pontifical o terrivel velho, como diz um chronista da época, — *tutto nervo con poca carne*, o celebre e genial Paulo IV. No dia 1º de janeiro, tivera lugar em Roma, na casa de Andréa Lanfranchi, secretario do duque de Pagliano, uma esplendida ceia, em que tomaram parte, além de outras notabilidades do tempo, o Cardeal Innocenzo del Monte, que fôra criado de Julio III, e o Cardeal Carlo Caraffa, sobrinho do pontifice.

Este ultimo commensal, que se apresentara á ceia, cingido de espada, vestido de cavalleiro, travara ahi mesmo uma luta sangrenta, por motivos de ciúme, provocado pela bella romana, madonna Martuccia, com o fidalgo napolitano Marcello Capece. O facto causara escandalo, e tinha chegado até os ouvidos do papa. Cinco dias depois, Paulo IV appareceu na sessão da inquisição, ainda mais terrivel que de costume, e em longo, tempestuoso discurso, profligou os abusos da igreja, mas sem pronunciar o nome de seu sobrinho!

→ Ao Cardeal del Monte elle ameaçou de arrancar-lhe o barrete vermelho, e concluiu bradando uma e mais

vezes, perante a Assembléa attonita e silenciosa: reforma! reforma!... Santo Padre, respondeu-lhe afouta e allusivamente o Cardeal Pacheco, reforma, sim, mas a reforma deve começar por nós mesmos.

E' assim, Srs. doutores !... E' assim que quando ouço repetir, como se repete a cada instante, que o ensino academico está de todo transviado, porque de todo tambem está perdida a faculdade de estudar, e que portanto é urgente, é urgentissima uma reforma radical, eu me lembro do Cardeal Pacheco, e tenho vontade de responder com elle: reforma, sim, Santo Padre, mas nós somos os primeiros a tratar de reformar-nos; somos os primeiros que devemos munir-nos de abnegação e de coragem, tanto quanto havemos mister de coragem e abnegação para despirmo-nos das nossas bécas, mofadas de theorias caducas, e tomarmos trajó novo. Releva dizer á sciencia velha: retira-te; e á sciencia nova: entra, moça. Darwinista ou käckeliana, pouco nos importa, o que queremos é a verdade. As Faculdades não são sómente estabelecimentos de instrucção, mas ainda e principalmente, como diz Henrique von Sybel, verdadeiros laboratorios, officinas de sciencia. E' preciso tambem pensar por nossa conta. Eis ali tudo.

/ Agora vós, Srs. doutores, ao concluir, accitai um conselho de amigo. Não adormeçais sobre os louros, mas trabalhai, continuai a trabalhar, e trabalhar sómente na direcção do futuro.

Quanto a vós, especialmente a vós, Sr. Dr. HERNANDEZ, vós que por meio de escriptos, que são outros tantos actos, outras tantas affirmações do vosso bello talento, já tendes dado prova de pertencerdes á grande familia dos trabalhadores valentes; vós que ainda tão moço, já tivestes occasião de haurir o calice amargo da injustiça dos homens, deveis estar satisfeito: o vosso merito foi reconhecido. Tratai agora só de elevar-vos e engrandecer-vos mais e mais, para que assim possais melhor comprehender os homens e melhor perdoar-lhes as fraquezas. Nada mais. Sêde felizes. (1)

---

(1) Não conheço, em lingua nenhuma, uma oração academica mais formosa do que esta, e mais profunda, ao mesmo tempo. E quando algum exaggerado perguntar, como já houve quem perguntasse,—que ficará no futuro de Tobias Barreto?... facil será responder: ficará, acima de tudo, a sua acção, o seu exemplo, e, depois, ficarão suas poesias, seus discursos, seus bellos ensaios de critica. (N. de S. R.)

## XII

### Lição de abertura do curso de economia politica na Faculdade de direito do Recife

(FRAGMENTO)

---

MEUS SENHORES,

Sinto-me acanhado diante de vós, que, entre tantos predicados, possuis o merecimento da generosidade, nunca desmentida.

E não começo por dizer-vol-o, para pretender um attributo, que me não cabe, para fingir uma humildade que não tenho. E' simplesmente a paga de um tributo, e eu não gosto de ser tributario senão da magestade do merito.

Entretanto, aqui estou para cumprir o meu dever.

Antes, porém, de assumir a minha posição de professor, obrigado pela lei a ensinar uma materia, que faz parte da systematica do curso desta Faculdade,

importa definir a minha posição de homem que pensa em relação a uma disciplina, a respeito de cujo character scientifico ha rasão para suscitarem-se duvidas bem sérias.

Com effeito, meus senhores, se a economia politica vale alguma cousa no concerto das sciencias ; se ella tem, por hypothese, um character, uma feição scientifica, é indubitavel que ella se prende ao grupo das sciencias sociaes, que ella é uma das partes da chamada sociologia.

Mas eu permaneço firme na minha velha convicção : esta palavra não tem sentido. /

O estudo dos phenomenos sociaes, considerados em sua totalidade e reduzidos á unidade logica de uma systematização scientifica, daria em resultado uma monstruosa pantosophia, que é incompativel com as forças do espirito humano. Se nem mesmo como sciencia descriptiva, que aliás, na opinião de Haeckel, é uma *contradicto in adjecto*, a sciencia social não é constructivel, pois que não podem ser observados e por isso não podem ser descriptos todos os phenomenos da sociedade, porque rasão sel-o-hia como sciencia de principios, como sciencia de leis, que têm de ser induzidas da observação completa dos factos a estudar?

Emquanto, pois, assim como a velha astrologia dos Apollonios de Thyane, dos magos da Caldêa passou a ser a astronomia dos Copernicos, dos Galileus, dos Keplers, a nova sociologia de Comte, Spencer e outros

sociologos e magos do occidente não passar a ser *sociologia* de sabios, estou firme na minha convicção: a sociologia é uma phrase.

El isto parece tanto mais incontestavel, quanto é certo que nem mesmo nos achamos no periodo sociologico, mas ainda no periodo *sociolatrico*. Ora uma sociolatria, ainda que tenha por objecto a adoração de grandes homens, é inconciliavel com uma sciencia social, qualquer que seja o grau do seu desenvolvimento. Desde que conhecemos, por exemplo, a natureza, a orbita e a marcha dos cometas não ha mais lugar de contemplal-os com terror. Se é conhecida a lei que determina a formação dos genios para que engrandecel-os e deifical-os? Não ha maior contradicção.

A *sociolatria* encarrega-se de matar a *sociologia*.

Porém releva notar: não é por este lado, não é só como ramo da arvore sociologica que a economia politica me parece carecer de autorisação scientifica. Era bem dossivel que a sociologia não existisse, não pudesse mesmo existir, etodavia a economia politica, segregada do todo, pela limitação do seu objecto, pela diminuição do circulo de suas observações, constituisse uma verdadeira sciencia. Mas ainda isto não se dá; e é facil proval-o.

Ludwig Noiré, o philosopho monista da Allemanha, diz que a Kinetica e a Esthetica, isto é, a sciencia do movimento e a sciencia do sentimento, hão de fundar como principios supremos a dupla divisão da sciencia do futuro.

Aceitemos esta idéa, que é fecunda. A economia, se é uma sciencia, pertence ao grupo da Kinetica ; ella se occupa de um dos movimentos do corpo social ; mas os movimentos de qualquer organismo vivo são outras tantas funcções ; logo a economia é uma sciencia que trata de certas funcções do organismo da sociedade. Qual é agora pergunta-se, qual é a lei, quaes são as leis, por ella descobertas, segundo as quaes, sem mais duvida alguma, essas funcções se exercitam ? Qual a funcção dos diversos factores do movimento economico, e quaes são esses factores ? A' similhaça dos philosophos antigos na época dos sete sabios, dos quaes uns iam procurar no *fogo* e outros na *agua* a origem de todas as cousas, os economistas se inclinam, ora para o capital, ora para o trabalho, como principio genetico do Cosmos economico. E ainda a esta hora não se sabe qual seja a verdadeira funcção do trabalho, qual a verdadeira funcção do capital. . . Pelo menos é certo que todo suor cahido da frente pensante de Bastiat e quejandos economistas anões, na phrase de Karl Marx, só tem chegado para descobrir que o trabalho é uma mercadoria e o capital um privilegio.

Grande descoberta que seria muito ridicula, se não fosse muito funesta ! . . .

Eu não quero hyperdiabolisar o diábo, nem fazer a economia politica mais lacunosa do que ella é. Julgando assim, nestas poucas palavras, definida a minha

posição de espirito independente no exercicio da critica sobre uma materia, que promette mais do que dá, que tem fructos de cobre com casca de ouro, creio comtudo poder conciliar esta attitude com a missão do professor. A economia politica, se não é uma sciencia no rigoroso sentido da palavra, é, todavia, um estudo, uma occupação intellectual de que é possivel tirar alguma vantagem. O suisso J. Honegger, falando da economia, diz que poderosos problemas, hoje apenas presentidos como taes, restam á joven sciencia para resolver, e aquillo que ella hoje sabe e conhece, é sómente uma *diminuta fracção* daquillo que fórma o seu problema final.

Sirva-nos ao menos esta consideração de amparo e consolo. Entremos mais de perto na materia.

.....

A primeira these do programma reúne sob um só conceito, o conceito da *força*, a totalidade dos phenomenos da natureza e da sociedade. Que os phenomenos da natureza têm causas e que estas causas são outras tantas forças é uma verdade vulgar, e não é crível que a critica feita ao programma se estenda até a este ponto, pois que para defendel-o, bastaria invocar o testemunho de todos os que se occupam de sciencias naturaes e perguntar-lhes como é que elles chamam as causas determinantes dos phenomenos, que constituem o objecto de suas indagações.

Forças chemicas, forças physicas, forças naturaes em geral, são expressões corriqueiras, que estão ao alcance do senso commum, que já não dão motivo de objecção a nenhum espirito sério. O que importa aqui averiguar, é se, assim como os phenomenos da natureza se reúnem sob o conceito da força, o mesmo succede com os phenomenos da sociedade, ou, em outros termos, se, assim como falamos de forças naturaes, tambem podemos falar de forças sociaes. Ora, é facil de vêr que a comparação é justa ; nem é preciso ser materialista para affirmar-o.

Dado mesmo que o espirito seja uma realidade e o espiritualismo uma verdade, a idéa da força não fica por isto excluida. Na opinião dos proprios espiritualistas, o espirito é uma força. E se não é, que vem a ser então? Dirão que é uma *substancia*. Vá que seja : mas hão de concordar que é uma *substancia activa* ; esta mesma *actividade* é o que se chama força.

Ainda que os phenomenos sociaes só se explicassem pela vontade livre dos homens, esta vontade livre que produz effeitos, todos os effeitos constitutivos da vida social, é uma causa e, como tal, é uma força. Sobre isto não ha duvida.

Resta saber se a economia politica, na ordem dos factos que lhe são attinentes, faz realmente entrar, como diz o programma, o seu estudo na categoria da força. Nada mais simples do que isto.

Com effeito, se a economia politica se occupa do phenomeno social da *riqueza*, e se a riqueza se produz por meio de factores diversos, entre os quaes figuram principalmente o capital, o trabalho e os agentes naturaes, desde que estes tres factores são irreductiveis entre si, qual será a idéa geral, o conceito, que possa ser commum a todos senão o conceito da força? Agentes naturaes são *forças* naturaes; trabalho é actividade humana, e esta, por sua vez, é uma *força*; capital é trabalho accumulado, por conseguinte *força* accumulada. Já se vê que o conceito da *força* tambem figura no dominio da economia politica.

Quando o programma disse que a economia se occupa de uma funcção da vida social ou melhor da vida nacional, o que elle teve em mira foi arredar a idéa de uma sociedade abstracta, de uma sociedade ideal como é a sociedade humana, e concentrar as vistas sobre as sociedades reaes que, até hoje pelo menos, são as nações. O que o programma chama funcção da vida nacional é o phenomeno da producção da riqueza, sem a qual nenhuma nação pôde existir, da mesma forma que nenhum individuo pôde viver sem se nutrir. Se é concebivel a mendicidade individual não o é a mendicidade nacional.

Na expressão: *leis ou generalisações, a que ella chega*, o programma quiz mostrar que a economia politica não tem leis, no sentido rigoroso, no sentido naturalistico da palavra lei. Assim, por exemplo, muitos

economistas proclamam o principio da livre concorrência. Será isto uma lei? Tanto não é, que admittê proclamar-se, como outros proclamam, o principio opposto. As leis não admittem excepções; as generalisações são simples regras, que podem falhar na applicação; e neste caso se acham as proposições geraes da economia politica.

Muitos dos chamados principios economicos estão sujeitos, dentro de um mesmo tempo, á relatividade de lugar, e dentro do mesmo lugar, á relatividade do tempo. O que é hoje economicamente verdadeiro para a Inglaterra, não o é de todo para o Brasil; o que convinha, por exemplo, a Pernambuco no seculo passado, não convém hoje pelo mesmo modo. Tudo isto quer dizer que não se trata de *leis*, mas de meras generalisações. . . . (1)

.....  
.....

---

(1) Esta collecção de discursos de T. Barreto seria mais volumosa, se nos tivessem chegado ás mãos diversas outras orações por elle pronunciadas na Assembléa de Pernambuco, na Academia e no Jury do Recife e finalmente no Club e no Jury da Escada.

# INDICE

---

I. Verificação de Poderes.....	1
II. Reforma do Regimento.....	21
III. Opposição ao Sr. Adolpho de Barros.....	29
IV. Educação da mulher.....	45
V. Ainda a educação da mulher.....	79
VI. Privilégio de carros fúnebres.....	91
VII. Projecto de um Parthenogógio.....	107
VIII. Em mangas de camisa.....	113
IX. Manifestação ao Dr. J. Mariano.....	135
X. A Carlos Gomes.....	149
XI. Ideia do direito.....	155
XII. Lição de abertura do curso de economia-política na Faculdade de direito do Recife.....	169



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



STF00027909